

Defesa Nacional



este número :

Planejamento Combinado das Forças Armadas (Dois Documentos Históricos) — Gen-Div A. de Lyra Tavares

O Espírito da Revolução e sua contribuição para uma renovação da Mentalidade Nacional — Major Washington Bermúdez

Colégio Interamericano de Defesa — Ten-Cel Moacyr Teixeira Coimbra

Expansionismo Meridional Luso-Brasileiro (Continuação) — Cel Moacyr Ribeiro Coelho

Parâmetros da Administração — Maj José Murillo Beurem Ramalho

A Revolução Brasileira — Cel João Perboyre Vasconcellos Ferreira

COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELLECTUAL "A DEFESA NACIONAL"

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício de 1964/1967)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente — Gen Altair Franco Ferreira

Diretor-Secretário — Maj Rubens Mário Caggiano Jobim

Diretor-Gerente — Ten-Cel João Capistrano Martins Ribeiro

CONSELHEIROS

Coronel Adailton Sampaio Pirassinunga

Tenente-Coronel Walter dos Santos Meyer

CONSELHO FISCAL

(Eleito para o exercício de 1964)

MEMBROS EFETIVOS

Tenente-Coronel Confucio Pamplona

Tenente-Coronel Germano Seidl Vidal

Capitão Luiz Paulo Macedo Carvalho

SUPLENTE

Tenente-Coronel Gustavo Moraes Rêgo Reis

Major José Murillo Beurem Ramalho

Major Diógenes Vieira da Silva

COLABORAÇÕES

- 1 — Datilografadas em um só lado do papel, espaço duplo, não devendo, em princípio, ultrapassar 20 folhas. Gráficos, croquis e outros desenhos, em tinta nanquim.
- 2 — Traduções devem indicar fonte e autorização.
- 3 — Originais de colaborações não são restituídos, mesmo que não aproveitados.
- 4 — Colaborações originais publicadas são remuneradas (mínimo de Cr\$ 1.000,00) de acordo com julgamento da Redação.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano L	Rio de Janeiro, GB — Jul/Agô de 1964	Número 596
----------	--------------------------------------	---------------

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

Accepta-se intercâmbio.

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil Cr\$ 600,00
(Desconto em folha autorizada, mensal: Cr\$ 50,00).
Exterior .. Cr\$ 2.000,00
(Registro e via aérea comportam acréscimos).

Número avulso:

Mês Cr\$ 80,00
Atrasado Cr\$ 100,00

ENDEREÇO

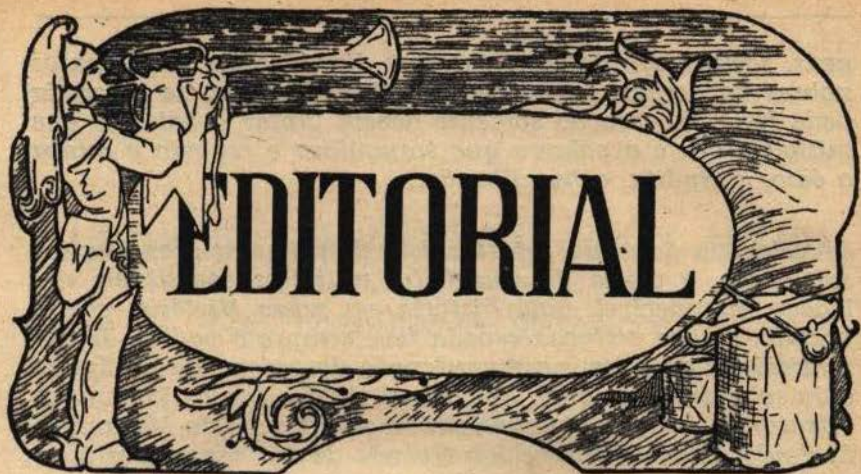
Ministério da Guerra
(Ala R. Visc. da Gávea,
3º and.)

Caixa Postal: 17 (do MG)
Tel. 43-0563

Rio de Janeiro, GB
Brasil

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial	3
Planejamento Combinado das Forças Armadas — Dois Documentos Históricos — Gen-Div A. de Lyra Tavares	5
O Espírito da Revolução e sua Contribuição para uma Renovação da Mentalidade Nacional — Major Washington Bermúdez	11
Colégio Interamericano de Defesa — Ten-Cel Moacyr Teixeira Coimbra	19
A Infantaria de Israel — Leo Heiman (Trad. do Ten-Cel Paulo Gaúcho Leal de Oliveira Mesquita)	31
O Brasil e a Guerra Fria — Briam Crozier	39
Futuro do Exército Francês — Gen-Ex Le Puloch (Tradução do Major Rubens Mário Jobim)	53
Questões de Direito — Gen-Ex T. A. Araripe	65
O Valor do Exército Chinês — J. Pergent	77
Expansionismo Meridional Luso-Brasileiro — Cel Moacyr Ribeiro Coelho	85
Parâmetros da Administração — Maj José Murillo Beurem Ramalho ...	99
Os Canhões Ainda têm Futuro ... — Cel Jack F. Diggs (Trad. do Ten-Cel G. F. de Castro)	103
A Revolução Brasileira — Cel João Perboyre Vasconcellos Ferreira ...	111
Guerra da Cisplatina — Maj Walfrido J. Alvares de Azevedo	117
O Espírito Criador do Guerrilheiro — Cel James E. Mrazek (Trad. do Maj Rubens Mário Jobim)	155



Quando se busca no horizonte de nossa História a imagem do exemplo, daquele que dignifica e enobrece o homem e o torna credor da admiração e respeito de seus concidadãos, projeta-se com nitidez a lembrança de Caxias. Autêntico líder de uma geração, participante de acontecimentos, em que os antagonismos, os choques e as contendas, internas ou externas, representavam, sem dúvida, afirmação de nacionalidade e plasmavam uma etapa de evolução de nossa gente, sua figura em nosso cenário, militar ou político, é inconfundível, pela coerência de suas atitudes e majestade de suas ações, nas quais a humildade perante a Pátria constituiu nota dominante.

Servindo uma vida inteira no Exército e para o Exército, e somente aos reais interesses nacionais, deve-lhe o Brasil, seja por sua atuação de soldado, seja por sua habilidade de cidadão e político, parcela ponderável da unidade nacional, ameaçada, em várias oportunidades, pelos vendavais das paixões e ambições de indivíduos ou grupos que, na cegueira de seus desígnios, esqueceram-se que a formação de uma nacionalidade ou a construção de uma civilização não constitui obra de intransigência do Eu e, sim, o somatório de vontades positivas que se agregam, em busca da unidade, do engrandecimento de uma força maior — a Pátria. Foi, assim, Caxias um exemplo indiscutível do verdadeiro cidadão, do cidadão soldado, do cidadão civil; pois difícil é vislumbrar-se onde começava um e terminava o outro. E a força de sua grandeza e as virtudes que de sua alma brotavam espelham a elevação espiritual, forjada na essência do bem-servir, alicerçada no sentimento cristão do amai-vos uns aos outros. Suas mensa-

gens, sempre afirmativas, parecem dirigidas aos sentimentos nobres do homem, como que a indicar-lhe que, se a espada pode ferir, do coração sòmente devem brotar o bálsamo que mitiga a dor e a palavra que tranqüiliza o espírito e nunca o ódio, a vindita, a humilhação.

Homem de armas, estrategista de primeira grandeza em sua época, a glória de seus feitos militares constituem um legado inesquecível, uma história em nossa História, pois o brandir de sua virtuosa espada teve sempre o padrão de autenticidade do líder, na manutenção da ordem, da disciplina e da soberania nacional. Se Itororó, Avaí e Lomas Valentinas retratam a imagem do guerreiro, a pacificação do Maranhão, S. Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul são outros marcos de sua vida, da vida do Brasil, que espelham a pujança de um soldado da paz, onde se confundem a inteligência que dirige, o trabalho que constrói e a energia que domina.

Quando afirma em proclamações várias: "A verdadeira bravura do soldado é nobre, generosa e respeitadora dos princípios de humanidade"; "... contribuístes eficazmente para a paz de dois Estados, para o triunfo do mais suave das causas — a da liberdade, da Humanidade e da civilização"; "Se-gui-me, ajudai-me, e a paz coroará os nossos esforços!"; "De-veis conhecer as necessidades e as vantagens da paz, condição de riqueza e prosperidade dos povos. . . ."; vemo-lo como o estadista de vistas largas a lançar no espaço a semente da concórdia entre seus irmãos brasileiros para que a prosperidade, sob o manto do humanismo, pudesse atingir o solo pátrio e espargir-se em todos os seus rincões como dádiva do Criador. Foram, portanto, mensagens de fé, de verdadeiro civismo, de acendrado patriotismo e de amor pelo Brasil.

Tornando-se pelo vigor de sua personalidade, símbolo do cidadão-soldado e patrono de nosso Exército, sua memória, sempre reverenciada com profundo respeito e gratidão, deverá permanecer cada vez mais ao vivo, pois os exemplos por êle legados, são a fonte permanente de inspiração para a condução dos desígnios de nossa Pátria.

A DEFESA NACIONAL, associando-se ao culto a Caxias, tem a certeza que as sementes lançadas pelo militar e pacificador, cujos frutos já tem sido colhidos em momentos tumultuados da vida nacional, continuarão a germinar para a crescente felicidade do Brasil.

PLANEJAMENTO COMBINADO DAS FÔRÇAS ARMADAS

DOIS DOCUMENTOS HISTÓRICOS

Gen-Div A. DE LYRA TAVARES

Pareceu-me interessante, não apenas como curiosidade histórica, mas, sobretudo, como subsídio para o estudo de problemas relevantes, ainda não adequadamente formulados e resolvidos, a divulgação, entre os que lêem a "Defesa Nacional", de dois documentos oficiais que salientam e reclamam, desde há muito tempo, a necessidade do "Planejamento Combinado" para o estabelecimento das bases da organização e do emprêgo de conjunto das Fôrças Armadas.

O primeiro desses documentos são as sugestões apresentadas a respeito do assunto pelo Ministro da Guerra, em época imediatamente anterior à Primeira Grande Guerra; o segundo, é igualmente extraído do Relatório do Ministro da Guerra, em que o mesmo problema é considerado, com base no estudo elaborado pelo Estado-Maior do Exército, logo depois daquela Guerra Mundial.

Duas grandes preocupações ressaltam, nitidamente, desses dois documentos, cuja leitura não deixa de ser, ainda agora, muito oportuna: o estudo de conjunto do problema, pelos Chefes dos três ramos das Fôrças Armadas, para a definição e formulação das missões a cargo de cada uma delas, e o imperativo de evitar-se a descontinuidade das medidas de execução dos "Planos Combinados", colocando-os ao resguardo da orientação personalista dos detentores eventuais da autoridade de Comando de Administração.

Observa-se, através dos tempos, que a Constituição Federal Brasileira, ao definir a missão e os princípios gerais de organização das Fôrças Armadas, subordinando-as à Autoridade Suprema do Chefe do Govêrno, não as diferencia nem as distingue entre si. Apenas enumera os elementos que as integram, isto é, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica.

Elas têm, como sempre tiveram, a mesma e, a bem dizer, única destinação constitucional: a defesa da Pátria.

Impõe-se, por isso mesmo, que a "Defesa da Pátria", dentro de cada conjuntura considerada, seja objeto de um estudo global e de um planejamento global, como decorrência e no quadro do qual configuram-se as diferentes hipóteses e modalidades do emprêgo das Fôrças Armadas, no seu conjunto.

Essa é, sem dúvida, a grande idéia central, a requerer e a conduzir, tendo-se em conta os fatores conjunturais de cada época, não apenas o "planejamento combinado", como o estabelecimento da estrutura geral das Forças, o seu nucleamento em tempo de paz, os requisitos do seu aparelhamento, a sua preparação, etc. etc.

Essa idéia diretriz sempre esteve presente ao espírito dos Chefes Militares responsáveis, desde muito antes, mesmo, da criação do Conselho de Segurança Nacional, do Estado-Maior das Forças Armadas e das Zonas de Defesa, que compõem, hoje, os escalões de cúpula do planejamento nacional, destinados a prever e prover a "Defesa da Pátria".

A seguir, os documentos referidos.

RELATÓRIO DO MINISTRO DA GUERRA VESPASIANO DE ALBUQUERQUE

(1913 — ANTES DA PRIMEIRA GRANDE GUERRA)

"A vastidão do nosso território, de cerca de 8.061.260 quilômetros quadrados; a extensíssima linha limítrofe que o circunscreve; a dificuldade ainda existente nos meios de comunicação; a densidade da população, que, pequena na maior parte dos centros nacionais tidos como populosos, é quase nula, ou nula, em larga superfície do território pátrio; a multiplicidade de portos marítimos de fácil acesso, disseminados pela nossa costa; e a falta de estradas de ferro estratégicas e de penetração, são elementos que perturbam e dificultam o problema da nossa defesa e mostram que sua resolução só poderá ser obtida pelo estabelecimento de um amplo e largo projeto, cuja execução seja realizada de modo persistente, sistemático e continuado.

Nem de outro modo podem ser levados a termo os grandes empreendimentos.

A situação geográfica do País e a sua configuração topográfica indicam que o estabelecimento desse projeto, por isso que entende com o emprêgo simultâneo das forças de mar e terra, deve ser feito por uma comissão de DEFESA NACIONAL composta de almirantes e generais, e submetido ao exame e estudo do Congresso, que o transformará em lei, cuja execução será levada a efeito, resoluta e invariavelmente, sem embargo das periódicas sucessões governamentais.

Um exame feito na nossa história militar, sob o ponto de vista técnico-administrativo, dirá da necessidade da adoção da medida indicada, pois virá mostrar não ter havido até agora nem unidade nem continuidade de direção na *organização combinada da nossa defesa*, não obstante a grande soma de inteligentes esforços despendidos, quase em pura perda para os mais legítimos e vitais interesses da nossa nacionalidade, por entenderem com a guarda da nossa honra e soberania.

Já é tempo de abandonarmos o terreno dos estudos esparsos e de entrarmos na fase prático-definitiva no estabelecimento dos meios que facilitem às forças nacionais o desempenho das suas funções constitucionais. *A primeira medida a adotar parece dever ser essa que delimita e precisa a esfera de ação de cada um dos seus elementos constituintes.*

Traçado o plano geral, indicadas as prováveis bases de operações e fixados os objetivos a alcançar, *em cada circunstância em que tenha de haver simultaneidade de ação das forças de mar e terra*, o Estado-Maior do Exército e o da Armada terão assim claramente delineada a missão cujo desempenho lhes cabe, neste particular.

RELATÓRIO DE 1919 — CARDOSO DE AGUIAR

ESPIRITO COMBINADO

CONSELHO SUPERIOR DE DEFESA NACIONAL

Uma das questões essenciais a resolver na organização militar de qualquer país é a de programa de continuidade na sua execução.

Sem programa, maduramente estudado em todos seus detalhes e metódicamente estabelecido de acôrdo com os recursos da Nação, com as circunstâncias internacionais e com o objetivo a atingir, jamais se poderá conseguir uma organização perfeita. Havendo, porém, um programa claro, preciso e inteligentemente traçado, a coordenação de esforços será profícua e o mecanismo militar funcionará com regularidade e sem desperdício de energia.

Não basta, entretanto, fixá-lo sòmente; é preciso que não haja solução de continuidade na sua execução.

Aqui, porém, surgem os primeiros embaraços à solução do problema.

De acôrdo com a nossa Constituição, o Presidente da República é o Chefe supremo das forças de terra e mar. A êle compete realmente o comando dessas forças que exerce por intermédio de seus ministros da guerra e da marinha. Como, entretanto, quer o Presidente, quer seus ministros, mudam, periódicamente, é intuitivo que os programas variarão também se lhes forem confiados, pela divergência natural de opiniões, de julgamentos, de idéias e de critérios que pode existir e normalmente se verifica entre homens que se sucedem na execução de qualquer empreendimento.

Assim, pois, a organização do programa militar, dependente em geral de estudos profundos, longos e de grande reflexão, não deve ser confiada ao Ministro da Guerra, porque pode ser completamente alterado pelo seu sucessor. Deve haver, por êste motivo, um órgão permanente encarregado dessa organização e capaz de assegurar a continuidade de ação indispensável à sua execução integral.

Esse órgão só pode ser o Estado-Maior do Exército.

Mas, em um país nôvo, como o nosso, em que o ensino militar tem atravessado verdadeiras crises, sendo relegados para o segundo plano e muitas vêzes descurados os conhecimentos necessários à função militar; onde o Estado-Maior ainda não possui a feição definitiva que lhe deve ser própria e que, por consequência, ainda não conta com verdadeiros oficiais dêsse serviço, parece mais seguro, além de remodelá-lo e dar-lhe feição própria, submeter os programas organizados por aquêlê órgão permanente ao exame e estudo de um grupo de homens responsáveis pelos destinos do país e cujo concurso venha fixar definitivamente o plano a seguir.

Tratando-se de questões que entendem com a segurança do território e com a independência e soberania da Nação parece que não é demais rodear-se um tal programa de tôdas as cautelas e garantias para que de fato seja êle o mais acertado e mais eficiente.

Basta, para isso, aceitar as idéias apresentadas pelo Estado-Maior em seu Relatório de 1916, em que propõe a criação do "Conselho Superior de Defesa Nacional", composto do seguinte modo:

Presidente da República, a quem constitucionalmente compete o alto comando;

Ministro da Guerra;

Ministro da Marinha;

Ministro da Viação;

Ministro do Exterior;

Ministro da Fazenda;

Chefe e Subchefe do Estado-Maior do Exército;

Chefe e Subchefe do Estado-Maior da Armada.

Este Conselho resolveria sôbre todos os problemas concernentes à defesa Nacional, fixando em suas linhas gerais os programas relativos às seguintes questões:

- 1 — Organização geral do Exército e da Armada;
- 2 — Disposições essenciais à mobilização e concentração;
- 3 — Adoção de nôvo material de guerra;
- 4 — Estabelecimento das linhas ferroviárias estratégicas;
- 5 — Criação e supressão de fortificações;
- 6 — Criação de bases de operações navais;
- 7 — Métodos gerais de instrução;
- 8 — Plano de Guerra.

Os Chefes de outros serviços técnicos poderão, por decisão especial do presidente, fazer parte do conselho, momentaneamente, a título consultivo. Os Ministros da Viação e Fazenda não terão voto deliberativo, mas externarão sua opinião nos assuntos relativos às suas pastas. O Chefe de gabinete de um dos chefes do Estado-Maior do Exército ou da Armada — será adido ao Conselho na qualidade de secretário.

Além disso o Presidente da República poderá nomear por decreto, como membros titulares do Conselho, dois oficiais-generais de terra e mar, de comprovada competência técnica, com voto deliberativo.

Os Chefes de EM do Exército e da Armada submeterão à deliberação do Conselho os trabalhos concernentes aos programas a serem adotados, preparados e coordenados pelos respectivos Estados-Maiores.

O Presidente da República poderá provocar, quando julgar conveniente, a reunião do Conselho.

Como medida indispensável, os Chefes e Subchefes do Estado-Maior do Exército e da Armada serão permanentes, e escolhidos dentre os oficiais-generais mais ilustrados e competentes.

Esse conselho poder-se-ia reunir trimensalmente ou semestralmente ou ainda por solicitação de um dos Chefes de Estado-Maior, desde que assuntos de real interesse motivassem a reunião e exigissem medidas ou providências prontas.

A criação de um tal Conselho acarretaria evidentemente vantagens incontestáveis :

1º. Emprestaria ao Estado-Maior prestígio e força moral, colocando-o no seu verdadeiro papel de organizador e pondo-o em contato direto com o alto comando (Presidente da República) ;


2º. Impediria a cada ministro que se sucedesse de apresentar novo programa, estabelecendo-se desse modo a continuidade necessária à boa organização das forças armadas, com a execução permanente de um só plano ;

3º. Permitiria a organização de um plano de conjunto entre as forças de terra e de mar ;

4º. Aproveitaria o concurso inteligente dos demais ministros, cujos espíritos esclarecidos poderiam lembrar alvitre ou apontar quaisquer falhas porventura existentes, mormente com relação ao Ministro do Exterior, que, inteiramente ao corrente da política internacional, está em condições de bem orientar o Conselho nas suas resoluções ;

5º. Finalmente, ofereceria maiores probabilidades de se organizar um bom programa, não só pela maior responsabilidade que caberia ao Estado-Maior, como também pelo exame mais detido feito por maior número de homens ilustrados e com largo tirocínio prático.

Além dessa criação, remodelar-se-á o EME, dando-lhe a independência necessária para que sua ação se faça efetivamente sentir na tropa, quer com relação à organização, quer com relação à instrução, subordinado, contudo, diretamente ao Ministro da Guerra, que de fato exerce o Comando em nome do Presidente da República."



INTERESSA A TODOS OS MILITARES,
PARTICULARMENTE AOS OFICIAIS
DE ESTADO-MAIOR

“INFORMAÇÕES MILITARES”

Gen Idalio Sardenberg

À VENDA NA REDAÇÃO
DESTA REVISTA.

PREÇO : CR\$ 150,00

O ESPÍRITO DA REVOLUÇÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA UMA RENOVAÇÃO DA MENTALIDADE NACIONAL

Maj Cav WASHINGTON BERMÚDEZ
Of de EM

A Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul organizou no mês de maio próximo passado, através da Subsecretaria dos Ensinos Médio e Técnico, um Seminário de Organização Social e Política brasileira e Educação Moral e Cívica para Professores, que culminou no Salão de conferências do Instituto de Educação, com uma palestra do Major Cav Washington Bermúdez, do EM/6ª DI, sobre o tema: O ESPÍRITO DA REVOLUÇÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA UMA RENOVAÇÃO DA MENTALIDADE NACIONAL, que a seguir transcrevemos:

I — INTRODUÇÃO

Senhores Professores.

Aqui nos encontramos, sobremaneira honrados, rodeados dos homens responsáveis pela nobilitante e decisiva tarefa de educar a juventude. Somos eco, é verdade que tímido, mas nem por isso menos verdadeiro, da palavra do Exmo. Sr. Gen. Cmt. do III Ex. na sua ADVERTÊNCIA aos mestres, aos dirigentes, aos sacerdotes, aos pais, responsabilizando-os pelos destinos da nossa mocidade que estuda.

Procuramos, antes de mais nada, investigar os propósitos curriculares do vosso Curso, eis que enquadrados em linhas gerais na ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA BRASILEIRA sob a divisa significativa de CONHECER PARA AMAR.

Coube-nos, nesta palestra informal, decidir-nos por esta MENSAGEM DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA, que brotou dessa investigação dos vossos altos propósitos e que desde logo nos identificou.

Mensagem traduz ESSÊNCIA, IDÉIA, FILOSOFIA.

A ação militar que traduziu num ímpeto o que era ANSEIO, deve agora ser vestida de aspecto didático. Não estamos querendo ENCONTRAR as justificativas ou incorporar fantasias ao ato essencial de quebra do processo anterior. Somos entretanto de parecer que, tendo a REVOLUÇÃO BRASILEIRA sintonizado com a alma e as aspirações nacio-

nais, se lhe devem incorporar todos grandes objetivos sonhados pela Nação brasileira e que em síntese filosófica traduzirão a sua MENSAGEM.

Ora, prezados Professores, não é tarefa para a modéstia de quem vos fala, mas empresa gigantesca a requerer toda a sabedoria política e toda a dedicação das gerações. Podemos, entretanto, focalizar, à luz do pensamento dos grandes Chefes desta jornada, o conteúdo e o sentido da Revolução de março, para concluirmos pelo espírito dessa Revolução e a sua contribuição para renovação da mentalidade nacional.

II — DESENVOLVIMENTO

1 — CONCEITOS BÁSICOS

Ao dar início ao trato propriamente do assunto, achamos fundamental expender, para entendimento do que se seguirá, os conceitos básicos que informarão a nossa palestra.

Estamos diante de uma realidade deslumbrante que é capaz, daqui para diante, de empolgar a alma nacional. É esse fato novo que dá os primeiros passos nas ruas. É a REVOLUÇÃO BRASILEIRA. Com efeito, não é ela apenas REVOLUÇÃO, rompimento repentino, com uma ordem vigente ou com uma rotina aborrecida. Além de REVOLUÇÃO é BRASILEIRA, isto é, tocada das características de incruência, tocada de particularidades que levam o selo indelével da alma brasileira, originária das misteriosas alquimias que misturaram, no seio das selvas primitivas meridionais, três raças, três côres, três psiques.

Isto interessa de perto à vossa pesquisa, que quer fazer encontrar ressonância, e com razões poderosas, de caráter nacional na composição da organização social e política, para que responda esta a uma realidade íntima que lhe dê perenidade. Encontro assim, no Documento básico do vosso curso, que “um país democrático não se expressa, apenas, na estruturação do seu Governo, mas, essencialmente, na fundamentação de suas instituições e na maneira de pensar e de agir do seu povo”. Verdade meridiana que devemos ir buscar na influência indígena, africana e portuguesa, na formação psico-social brasileira, as duas primeiras de marca mais ampla, porque atingiram as áreas de poderosa e permanente influência e os tipos de atividade econômica marcantes (africano — zona agrícola e semi-industrial; indígena, zona de criatória).

É tarefa atraente ir sondar nos grandes movimentos brasileiros, nas suas páginas de renovação política e social, nas atitudes nacionais decisivas, até que ponto se fizeram presentes a “despreocupação e tendência migratória do índio, a sua conceituação de liberdade individual, a sua falta de noção de propriedade privada, a responsabilidade tribal, a força de imaginação, os sentimentos de poder pessoal e de vindita, a ternura contemplativa, o apêgo à criança, o desregramento entre o esforço e o método na organização dos objetivos (improvisação), desapêgo à vida, altivez, indiferença pelas riquezas, o fatalismo, a fortaleza, a sobriedade,

o misticismo. Ou até onde foram o amor à ostentação do africano, a sua paixão pelo jôgo, pelos folguedos, o desinteresse pelo que não lhe diz respeito, o amor singelo e fidelíssimo, o catolicismo *sui generis*, a desambição, o estoicismo. Ou, finalmente, a incontidência do português, o seu individualismo, o espírito de aventura, a sede de enriquecimento rápido, o orgulho pessoal, a defesa intransigente da família e dos amigos, a miscigenação, a ausência de preconceito racial, o paternalismo" etc.

Tal tarefa terá repercussão sobre a estruturação de uma realidade política *consciente e condizente* que se integra nos objetivos nacionais permanentes.

Isto é importante, Srs. Professores, na análise da ordem ou da desordem vigente no País até 31 de março. E se procurarmos bem, nessa coleção de características raciais incorporadas à alma brasileira, encontraremos as razões profundas que fizeram com que um caos preparado com tempo, com dinheiro e com tenacidade, fracassasse espetacularmente em 48 horas.

Eis porque estamos inteiramente de acordo convosco, de que é necessário complementar a ação militar em vigência, com um trabalho de profundidade na área educacional visando a, em se corrigindo as influências negativas das nossas origens, avivar e fortalecer, pela educação política e cívica, as influências positivas que nos identificarão com os caminhos do nosso destino, nos quais ou nos mantemos e criamos a nossa grandeza e a nossa história, ou divergimos e então cavaremos, em definitivo, a nossa ruína como nação e como povo. A opção está aí. E não será, tenham certeza, pelo caminho das armas que havemos de iluminar nossa decisão. Será pela educação integrada, tirada da nossa vivência, que criaremos uma cultura que seja "forma de vida e não prenda de graciosa ostentação" (Sergio B. de Holanda).

2 — FUNDAMENTOS DA REVOLUÇÃO

O quadro vivo que era a Nação Brasileira, vivia o momento da apoteose. Aparecia uma nação patética ao palco, apreciando os movimentos de uns poucos saltimbancos que dominavam a cena, com pandeiros, búzios, roupas coloridas.

O grupo se apossara das linhas de frente — as Entidades do Poder Econômico — e queria enclausurar a Nação, estarrecida, pela convulsão e as surpresas, no silêncio e nos fatos consumados. Mas não tinham consigo o talismã da ASPIRAÇÃO NACIONAL que legitima os fatos e escreve a HISTÓRIA. Não consultava a alma das ruas. Aprisionara, pelas pressões minoritárias, a voz da verdade que está na maioria e nos supremos interesses da coletividade. Abrira os cofres públicos ao desenfreado ardor da cupidez, que não se identifica jamais com as aspirações dos humildes. Trouxera de regiões gélidas frases feitas, idéias, palavras e promessas que não resistiam ao calor da alma brasileira. Qui-

seram copiar e engastar uma forma estranha ao desenfreado instinto libertário do africano, que vive no individualista lusitano do corpo nacional, servido pela preguiçosa alma indígena.

Uma voz se elevava, entretanto, ao meio da balbúrdia, e propalava que a "Revolução é direito legítimo de um povo".

E prosseguia: "As instituições políticas do Brasil, não sendo totalitárias, nem se caracterizando pelo tipo em que o mais alto governante civil se confunde com o mais elevado escalão militar, têm em todos os seus níveis a fundamental característica de democráticas".

"O poder nacional — continua — formado pelos poderes político, econômico, psico-social e militar não pode ser denominado por nenhum destes, pelos particularismos e interesses de um deles, ou pela tutela ou exploração de um sobre o outro".

"A soberania assim constituída, além de promover e defender a democracia, é de cunho eminentemente político e civil".

Era a voz de Humberto de Alencar Castello Branco, soldado de 45 anos de atividade militar EXCLUSIVA, mas cujos olhos sempre estiveram voltados para os grandes problemas da atualidade brasileira.

Quebrava-se, assim, em ritmo acelerado, no momento em que essa voz se erguia, a LEGALIDADE CONSTITUCIONAL. Ultrapassava-se aquilo que a CONSTITUIÇÃO chamava de OS LIMITES DA LEI, a cercearem os poderes de Presidente. E quem o fazia? O próprio Governo da Nação.

Quebrava a olhos vistos a disciplina e a dignidade das Forças Armadas, pressuposto indispensável para levar a Nação à ruína e à degradação. E muitos diziam: "... isto é assim mesmo; no tempo do Floriano foi até pior". Esqueciam-se, porém, de que um novo tempêro fora colocado no painel nacional pelos tempos atuais, e um tempêro estranho por certo ...

Nas ruas e na intimidade das famílias, só se perguntava ao homem fardado: "Quando é que vocês vão tomar conta disso?" ... Era a voz das ruas, que não tolerava mais a inquietação, a desordem, a angústia e a incerteza.

E catalisando essas aspirações, e escutando essa voz, o Estado-Maior, ou melhor, os Estados-Maiores das Grandes Unidades e Unidades, constituídos de homens estudiosos e afeitos aos problemas da Nação, se recolhiam preocupados aos Gabinetes para pensar e agir. Era a UNIDADE DE DOUTRINA em ação, tendo por DIRETRIZ o PENSAMENTO e a TÉCNICA do ESTADO-MAIOR do EXÉRCITO, onde pontificava o Gen Castello Branco.

O COMANDO SUPREMO DA REVOLUÇÃO foi a corporificação e a consubstanciação das ASPIRAÇÕES NACIONAIS, ou com mais propriedade, do OBJETIVO NACIONAL ATUAL mais urgente a solicitar o empenho total do PODER NACIONAL.

Serviram-lhe de fundamentos para identificar o momento e a necessidade da REVOLUÇÃO, os antecedentes históricos, os fatores mediatos e imediatos que prenunciavam, no íntimo da Nação, o desvio da agulha para polarizações perigosas. Chegava-se, assim, ao limite permitido pela SEGURANÇA NACIONAL. Os caminhos estavam traçados.

Os acontecimentos, não é necessário que eu vos descreva. Aí estão recentes. Foram suas características a idéia de agir com energia no momento preciso, com rapidez, para evitar a efusão de sangue, com a alma e o coração nas ações, tendo por testemunha Deus, Supremo Guia dos homens, e com os objetivos alevantados de conduzir este Povo, a que também pertencemos, para os caminhos da libertação, libertação do medo e da destruição. Era a última oportunidade. Provou ser certa.

3 — MENSAGEM DA REVOLUÇÃO

Dois DOCUMENTOS são básicos para entendimento da REVOLUÇÃO BRASILEIRA e da sua mensagem :

- MANIFESTO ÀS FORÇAS ARMADAS E À NAÇÃO, do General Mourão Filho, na madrugada de 31 Mar ;
- DISCURSO DE POSSE do Presidente Castello Branco.

Do primeiro dêles, destacamos : “E A CERTEZA DE QUE O CHEFE DO GOVERNO ESTÁ A EXECUTAR UMA DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ANIQUILAMENTO DAS LIBERDADES CÍVICAS, as FORÇAS ARMADAS, e em nome delas o seu mais humilde soldado, o que subscreve este manifesto, não podem silenciar diante de tal crime, sob pena de com êle se tornarem coniventes. Eis o motivo pelo qual conclamamos a todos os brasileiros e militares esclarecidos para que, unidos conosco, venham ajudar-nos a *restaurar no Brasil a CONSTITUIÇÃO e o predomínio da boa-fé em seu cumprimento*”.

E continua : “O Sr. Presidente da República, que ostensivamente havido como guardião da Lei Magna, deve ser afastado do Poder de que abusa, *para de acôrdo com a Lei, operar-se a sua sucessão, mantida a ordem jurídica*”.

Estão sublinhados os termos da primeira MENSAGEM da REVOLUÇÃO BRASILEIRA : Restaurar a CONSTITUIÇÃO e a boa-fé no seu cumprimento ; punir o grande culpado substituindo-o, mas mantendo a ORDEM JURÍDICA. Em síntese : RESPEITO À LEI, PREDOMÍNIO DA LEI.

Do segundo DOCUMENTO, que consideramos integralmente MENSAGEM da REVOLUÇÃO, destacamos :

“Meu Govêrno será o das Leis, o das tradições e princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira”.

"O que vale dizer que será um Governo firmemente voltado para o futuro, tanto é certo que um constante sentimento de progresso e aperfeiçoamento constituiu a marca e também o sentido da nossa política social".

"Devemos nos empenhar nesta ação com a paixão de uma cruzada".

"Serei o Presidente de todos os brasileiros e não o Chefe de uma facção".

"Todas as Nações democráticas serão nossos aliados".

"As históricas alianças que nos ligam às Nações livres das Américas serão preservadas e fortalecidas".

"Venham a mim os brasileiros, e eu irei com eles, para que com o auxílio de Deus, e com a serena confiança, buscar melhores dias nos horizontes do futuro".

Meus senhores: Não será esta uma linguagem grandiloquente a divergir em profundidade da que estávamos habituados a ouvir dos homens de antes de 31 de março? Não estaremos diante de uma nova realidade, de uma nova dimensão, de novos caminhos?

São perguntas que deixo aos educadores para que, apreciada a extensão do momento histórico que vivemos, possam transmitir esta mensagem à juventude brasileira, ansiosa de rumos, de verdade, de justiça.

Tal MENSAGEM DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA é:

Mensagem de PERENIDADE;

Mensagem de ORDEM, LEGALIDADE, JUSTIÇA;

Mensagem de CIVISMO;

Mensagem de PROGRESSO, dentro da conceituação cristã;

Mensagem de ANTICOMUNISMO;

Mensagem de ANTICORRUPÇÃO;

Mensagem de HONRA E DIGNIDADE DA VIDA PÚBLICA;

Mensagem de JUSTIÇA SOCIAL;

Mensagem, por fim, de DESTINAÇÃO HISTÓRICA DO NOSSO POVO.

4 — O DRAMA DA RENOVAÇÃO NACIONAL

Em a noite de 31 Mar, chegou às mãos dos mais destacados Chefes militares da REVOLUÇÃO, um documento do próprio punho do General Castello Branco, nos seguintes termos:

"Restaurar a legalidade:

- restabelecimento da Federação;
- eliminar desenvolvido plano comunismo de posse do poder;
- defender as instituições militares que começam a ser destruídas;
- estabelecer ordem para o advento das reformas legais".

Iniciava-se o DRAMA DA RENOVAÇÃO NACIONAL.

REFORMA MORAL, REFORMA DOS COSTUMES POLÍTICOS, REFORMA DA MENTALIDADE NACIONAL. Eis os primeiros capítulos a escrever.

O ATO INSTITUCIONAL, síncope constitucional, para preservar a própria CONSTITUIÇÃO da ruína definitiva, é o instrumento inicial da RENOVAÇÃO. Trabalho, ordem, método, iniciativa individual e comunitária, autoridade governamental, serão outras medidas a desenvolver.

A colocação, doravante, no Governo, de homens constituindo equipe homogênea e decidida em reconstruir e reformar sem demagogia a administração pública, corrigindo as deficiências do nosso legado psico-social, será um passo decisivo do pensamento à ação.

Mas está aí essa herança maldita que se acumulou na ordem econômica, política e social da Nação. Como fazer para substituir uma mentalidade de corrupção, de "jeitinho", por uma de dignidade, restabelecer a ordem financeira, hierárquica e moral; fazer reformas de verdade, tudo isso em pouco tempo? Esse o DRAMA DA RENOVAÇÃO NACIONAL, a começar pela RENOVAÇÃO DA MENTALIDADE NACIONAL, do esforço "quantum satis" ..., da técnica das promessas, do imediatismo, das aparências, das ilimitadas esperanças no trabalho do Governo ...

A REVOLUÇÃO deverá fazê-lo. Deverá iniciar a longa estrada do trabalho, da espera, da verdade. E só deverá entregar o bastão desta REFORMA, a mãos hábeis e firmes.

Eis a totalidade do seu DRAMA.

III — CONCLUSÃO

A MISSÃO HISTÓRICA

Ao término da nossa exposição, nós educadores também vislumbramos, neste momento histórico, que resta um lugar vazio, um silêncio significativo que é urgente preencher.

O que nas causas imortais da História se constitui no imenso rumor, na massa vibrante que marcha nas vanguardas e que lhes é alma e coação, está mudo na grande REVOLUÇÃO BRASILEIRA, ou mudo, ou traumatizado, ou temeroso.

Entretanto é a quem cabe, prezados mestres, a BANDEIRA desta REVOLUÇÃO. A REVOLUÇÃO foi feita para este mudo. Sem ele, ela não teria sentido, porque o seu sentido é a sua CONTINUIDADE.

São os nossos moços!

É a nossa juventude!

Não nos iludamos! A REVOLUÇÃO tirou-lhes da bôca um pão envenenado que eles acreditavam alimento, motivo, ideal, razão de vida e de morte!

É urgente substituir no coração dos moços aquêlê ideal de destruição por um grande ideal nacional de reconstrução que os empolgue.

Que venham preencher o vazio e com urgência!

A mocidade brasileira necessita de um motivo. Temo-os imensos! Temo-os para várias gerações!

As vossas mãos hábeis, ao vosso sensível tato cabe a gloriosa missão de reconquistar os jovens, cuja amargura e destruição constituíram a mais dolorosa traição que nos infligiram os homens que caíram.

Vamos começar a reconstruir pelos alicerces!

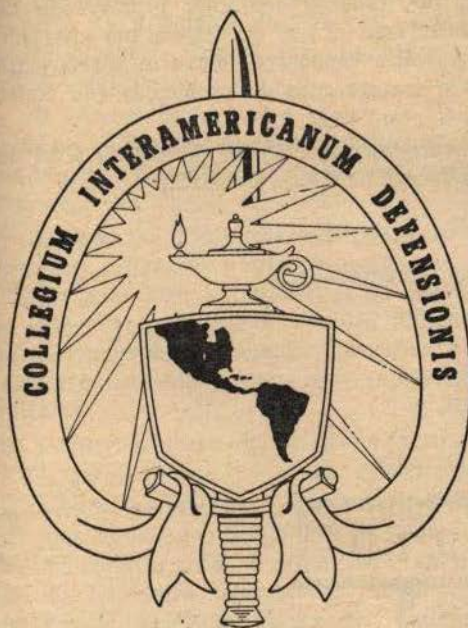
Missão histórica, professôres! Missão histórica! Estão abertos os caminhos para a renovação nacional!



VOCE QUE JA É ASSINANTE, faça mais um assinante para a **DEFESA NACIONAL**, e estará assim contribuindo para o engrandecimento de sua Revista, QUE PRECISA DE VOCE.

COLÉGIO INTERAMERICANO DE DEFESA

Ten-Cel Inf MOACYR TEIXEIRA COIMBRA
Oficial de Estado-Maior



1. SUBORDINAÇÃO E INTEGRAÇÃO NOS ÓRGÃOS INTERNACIONAIS

O Colégio Interamericano de Defesa (CID) foi criado por iniciativa da Junta Interamericana de Defesa (JID), cujos Delegados, considerando a maneira de contribuir para o desenvolvimento da solidariedade, da defesa mútua, da unificação de pensamento defensivo geral, resolveram submeter à consideração de seus governos a criação de um Colégio Interamericano de Defesa. Após consultas realizadas aos países americanos, ficou decidida em 1961 sua localização em Washington, DC, nos EUA, tendo sido instalado no Forte J. Leslie Mc Nair.

Consta no art. 2º dos estatutos do CID, aprovado pela JID :

“O Colégio funciona como um órgão da Junta Interamericana de Defesa da qual recebe diretivas e orientação através do Conselho”.

2. FINALIDADE DO COLÉGIO

A missão do CID foi fixada pela Junta Interamericana de Defesa do seguinte modo :

“O Colégio é um Instituto de altos estudos destinados a levar a cabo cursos sobre o Sistema Interamericano e os fatores militares, econômicos, políticos e sociais da defesa interamericana com o fim de dar realce à preparação das Forças Armadas das Repúblicas Americanas para as empresas de cooperação internacional”.

As funções fixadas pela JID ao Colégio são :

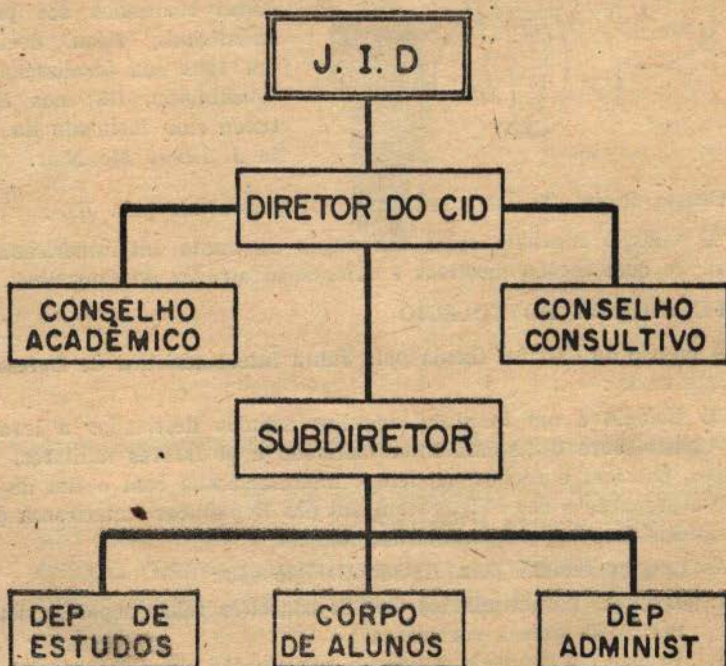
- Divulgar aos estudantes amplos conceitos sobre aspectos doutrinários da defesa continental;
- Preparar e conduzir estudos e investigação sobre fatores de doutrina e assuntos pertinentes à defesa do continente;

- c. Estudar e ensinar a metodologia, desenvolvimento e técnicas para o planejamento da defesa continental, com base na política de defesa interamericana;
- d. Organizar e administrar os cursos determinados pelo conselho de delegados da Junta Interamericana de Defesa, de conformidade com os objetivos de cada curso;
- e. Desenvolver o hábito de trabalho conjunto, promovendo um amplo entendimento entre aqueles que participam nas atividades do colégio, fazendo possível a cooperação entre os vários países americanos no estudo e compreensão de problemas que afetem a defesa continental;
- f. Estabelecer efetiva cooperação com colégios do mesmo nível nas Américas e em outros países do Bloco Ocidental.

3. ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Em linhas gerais, o Colégio compreende :

- A Direção ;
- O Conselho Acadêmico ;
- O Conselho Consultivo ;
- O Departamento de Estudos ;
- O Corpo de Alunos ;
- O Departamento Administrativo.



A *Direção* compreende : Diretor e Subdiretor.

O *Diretor* é um oficial com o posto de Major-General, ou seu equivalente, pertencente ao país-sede do Colégio, permanecendo no cargo por um período de três anos.

O *Subdiretor* é um oficial com o posto de General-de-Divisão, pertencente a um dos países latino-americanos, desempenhando o cargo por um período de três anos. O atual Subdiretor é um Gen-Div do Exército da República do Paraguai, país selecionado por sorteio ; seu futuro substituto deverá ser designado pelo Peru, país que segue na ordem alfabética.

O Diretor se assessorará por meio de um *Conselho Acadêmico* nos assuntos referentes ao desenvolvimento da instrução e das atividades dos alunos. É composto pelo Diretor, Subdiretor, Chefe e Subchefe de Estudos e dos Chefes de Divisão.

O *Conselho Consultivo* está integrado por personalidades militares e civis dos diferentes países, os quais são convidados periodicamente ao Colégio pelo Diretor, quando julga conveniente, com prévia aprovação do Conselho de Delegados da JID. Quando se reúne, o Conselho se informa dos trabalhos anuais, aprecia-os e recomenda as mudanças que considere necessárias para que se cumpra integralmente a missão do Colégio.

O *Departamento de Estudos* compreende : Chefe e Assessôres.

O *Chefe de Estudos* é um oficial com o posto de General, ou seu equivalente, pertencente a um dos países latino-americanos e diferente do país que designou o Subdiretor, permanecendo no cargo por um período mínimo de dois anos. O atual Chefe de Estudos é um General do Exército da República Oriental do Uruguai, país selecionado por sorteio ; seu futuro substituto deverá ser designado pela Venezuela, país que segue na ordem alfabética.

Os *Assessôres* são oficiais com o posto de Coronel ou equivalente, pertencentes aos distintos países do Sistema Interamericano. Devem possuir curso em estabelecimento de nível semelhante ao CID, ou Escola de Comando e Estado-Maior ou Colégio de Força Armada. Sua duração no cargo é de dois anos no mínimo e três no máximo. É conveniente esclarecer que os cargos de Diretor, Subdiretor e Chefe de Estudos são preenchidos mediante designação pelos respectivos governos, enquanto que a designação dos assessôres constitui prerrogativa do Diretor do Colégio, quem os seleciona entre os candidatos propostos por todos os países integrantes do Sistema Interamericano.

Além disso, o Colégio não estabelece quota alguma nem designa turma especial para os países ; a designação dos assessôres pode corresponder ao mesmo país ou a qualquer outro, dependendo da eleição do Diretor do CID, com base nos antecedentes dos candidatos propostos.

O Departamento Administrativo, em linhas gerais, compreende : a Chefia, Seção de Conferências e Documentação, Seção de Ligação, Seção de Operações e Biblioteca.

O Corpo Permanente é constituído pelo Diretor, Subdiretor, oficiais do Departamento de Estudos e do Departamento de Administração, cargos que são preenchidos de acôrdo com as normas estipuladas nos Estatutos do CID. Convém esclarecer que os oficiais do Departamento Administrativo são nomeados pelo país-sede do Colégio, isto é, os EUA.

O *Corpo de Alunos* é selecionado pelos países de origem. Os cursantes devem ter o pôsto de Coronel ou Tenente-Coronel ou equivalente; possuir o curso de uma escola superior de comando e estado-maior, ou de um Colégio de nível superior. Devem reunir adequada preparação e condições gerais que lhes permitam ser chamados, no futuro, a participar na solução dos problemas impostos para a defesa do Hemisfério.

O Colégio tem capacidade para 60 alunos, admitindo-se a concorrência de três alunos por país.

Dada a circunstância de que nem todos os países contam com número suficiente de oficiais superiores ou de possibilidades de enviar cursantes, é facultado aos países enviar 5 alunos no máximo, sempre que existam vagas decorrentes desse fato.

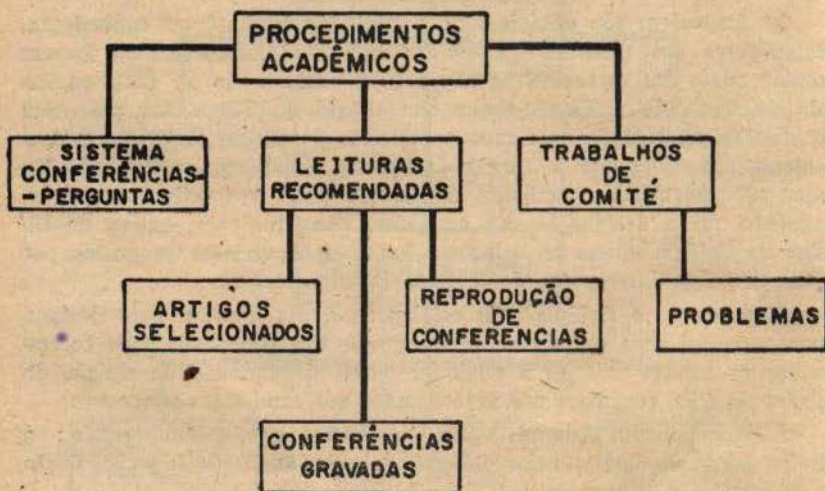
O oficial-aluno mais graduado é o Encarregado do Corpo de Alunos e liga-se diretamente com o Subdiretor no trato dos problemas escolares.

4. ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO

4.1. Aspectos didáticos e pedagógicos

O curso desenvolve-se procurando de modo especial que o aluno não seja somente um receptor de conhecimentos; e sua participação sempre ativa no processo de instrução constitui a meta de grande alcance da Direção de Estudos do Colégio.

Esquemáticamente, pode-se sentir a Orientação Acadêmica do cursante da seguinte forma:



A informação é apresentada ao aluno mediante dois caminhos: o sistema *conferência-pergunta* e as *leituras recomendadas e de consulta*.

O sistema *Conferência-Pergunta* consiste na assistência a exposições sobre cada tema do Plano de conferências, às quais segue-se um período de perguntas por parte dos alunos.

Os conferencistas são propostos ao Diretor do Colégio pelo Departamento de Estudos, cuja seleção é feita entre aquelas personalidades civis e militares de reconhecida autoridade sobre cada tema do Plano, a quem se adverte que tem ampla liberdade para expor seus pontos de vista próprios e pessoais.

E ao término de cada conferência, o expositor se submete ao interrogatório dos alunos, para aclarar idéias, responder perguntas ou explorar algum ponto que apresente particular interesse.

As *leituras recomendadas e de consulta* consistem em uma seleção de livros, artigos de revistas especializadas, declarações de homens públicos, etc., realizada pelos Assessores e aprovada pelo Chefe do Departamento de Estudos.

O propósito dessa seleção é de apresentar distintos pontos de vista sobre um mesmo tema, para fomentar a curiosidade intelectual e a originalidade no pensamento do aluno. Tende também criar o hábito de leitura e contribui a que fatores que influem nos problemas nacionais ou internacionais não sejam considerados somente sobre a base da informação periodística.

O *trabalho em comitês* de discussão, sob a direção de um aluno, tem em vista permitir unir os esforços de estudantes de vários países com distintos pontos de vista, na procura de solução a problema proposto pelo Colégio. Consiste na reunião de 6 a 10 alunos aos quais se lhes apresenta um ou mais problemas para solução, pertinentes a cada tema, objeto do Plano de Conferências.

Convém ressaltar que esses problemas, relacionados entre si, constituem as bases para a solução do Exercício Final de Planejamento; assim como, tomados em conjunto, uma apreciação estratégica geral hemisférica.

Do exposto pode-se assinalar:

- que o CID não tem um corpo de professores que ensinam matérias específicas;
- que os conferencistas e os alunos têm absoluta liberdade para a exposição de suas idéias em todos os pontos de programa;

- que o Colégio não ensina uma doutrina, não tem uma solução oficial para qualquer tema e que as soluções aos problemas propostos são exclusivamente atribuição dos cursantes.

4.2. Divisão em fases

De acordo com a Diretriz elaborada pela Junta Interamericana de Defesa, a Direção do Colégio dividiu em 1963, o curso em três fases distintas :

- 1ª — Ciclos de conferências (19 Jun a 25 Out);
- 2ª — Viagem de estudos (14 a 28 Set);
- 3ª — Exercício de Planificação (28 Out a 22 Nov).

Essas três fases, acrescidas do tempo utilizado para orientação dos estudantes no início do Curso e do tempo gasto para atividades referentes à conclusão do mesmo, perfizeram um total de 22 semanas, duração fixada para o período escolar pela JID.

4.3. Assuntos estudados (em 1963)

- 4.3.1. Durante o ciclo de conferências foram estudados os seguintes temas :

4.3.1.1. Situação internacional — Blocos Mundiais :

Objetivo — Avaliar a situação internacional através de um estudo dos ideais e objetivos dos principais blocos mundiais e de suas organizações. Estudar seus objetivos políticos, militares e econômicos.

Duração — 24 junho a 31 de julho.

Desenvolvimento do tema — Incluiu uma análise particularizada do bloco comunista : Rússia, países satélites do continente europeu e China comunista. Foram estudadas também as nações democráticas que integram o outro bloco, assim como os países neutros ou não definidos, para completar o quadro da situação mundial atual, com o objetivo de pôr em evidência os aspectos de força e debilidade de cada bloco nos campos político, econômico, social e militar e determinar a natureza da ameaça para o continente, com previsões até cinco anos.

Trabalhos realizados em comitês :

"Estudar a situação mundial para :

1. Identificar os objetivos políticos, econômicos, sociais e militares do comunismo internacional no mundo;
2. Determinar a natureza da ameaça ao Continente Americano;
3. Determinar a estratégia de seu desenvolvimento".

4.3.1.2. O Sistema Interamericano e seus objetivos :

Objetivo — Promover a compreensão do Sistema Interamericano e seus objetivos. Estudar a estrutura e o funcionamento do sistema e a história de seu estabelecimento.

Duração — 1 de agosto a 12 de setembro.

Desenvolvimento do tema — Compreendeu um estudo das origens e evolução do Sistema ; sua organização atual e a função de seus distintos órgãos ; revisão de todas as situações cumpridas no continente e sua vinculação com outros sistemas de caráter mundial. Analisou-se de modo pormenorizado a situação atual, fundamentalmente nos aspectos político, econômico e social, para apreciar a capacidade e debilidade do Sistema através das características reais dos países integrantes.

Trabalhos realizados em comitês :

1. "Organização e funcionamento da OEA — Estabelecer um organograma atualizado que assinale todos os organismos integrantes da OEA. Assinalar a missão, esquema orgânico e funcionamento dos órgãos mais importantes, com especial ênfase o sistema de paz, de segurança coletiva e aqueles destinados a fomentar o bem-estar dos países integrantes do sistema".

2. *"Organização e funcionamento da OEA — Aspectos fundamentais dos tratados, acórdos e resoluções que regem o Sistema Interamericano e que estão atualmente em vigência. Indicar, em cada caso, os países que os ratificaram. Em caso de controvérsia, assinalar as causas e posição das partes"*.
3. *"Aspectos sociais, educacionais e técnicos — Esforços de cooperação internacional com os países do sistema interamericano: atividades cumpridas pela OEA; atividades oficiais que não se canalizam pela OEA; atividades privadas"*.
4. *"Em função da estrutura do sistema interamericano, dos fatores, políticos, econômicos e sociais do continente e, tendo em conta as conclusões do problema anterior.*
 1. Determinar os objetivos do sistema interamericano;
 2. Identificar as principais debilidades do sistema (em relação com os fatores indicados) e suas causas;
 3. Analisar em que medidas as realizações atuais, em projeto ou em execução, podem contribuir para neutralizar essas debilidades".
5. *"A ação cívica militar e a OEA"*.
6. *"Analisar as debilidades do sistema interamericano do ponto de vista defensivo contra uma agressão (extracontinental e intracontinental)"*.
7. *"Considerações sobre a Aliança para o Progresso — Origem e objetivo. Requisitos básicos para seu desenvolvimento. Participação da OEA, CERAL e BID. Coordenação do Estado no desenvolvimento da América Latina"*.

4.3.1.3. *A Guerra Moderna e a Defesa Continental :*

Objetivo — Examinar as causas e a natureza da guerra. Estudar a natureza e problemas de operações conjuntas e combinadas e suas aplicações ao Sistema Interamericano. Analisar o papel das distintas forças armadas, suas capacidades, limitações e perspectivas futuras.

Duração — 30 de setembro a 25 de outubro.

Desenvolvimento do tema — Compreendeu um estudo, com especial ênfase no fator militar, analisando-se a evolução de todos os ramos das Forças Armadas desde a II Guerra até o presente; os problemas da planificação da estratégia militar e das operações conjuntas e combinadas; um exame das características da Guerra Moderna, incluindo as possibilidades de uma guerra nuclear e convencional, assim como estudos da guerra fria, das ações psicológicas e da insurreição; com a finalidade de examinar as causas e natureza da guerra futura, especialmente no Continente e sua capacidade de reação, de acordo com a estrutura jurídica do Sistema.

Trabalhos realizados em Comitê :

“Papel das Forças Armadas do Continente Americano em tempo de paz e em períodos de guerra fria. Possibilidades de emprego e organização adequada das Forças Armadas na insurreição”.

- 4.3.2. A terceira fase concretizou-se com um *Exército de Planejamento para a defesa continental*, cujos principais itens foram :

Objetivo — Revisão acadêmica do processo de planejamento estratégico ao nível nacional com o fim de apreciar a possibilidade de adaptação e aplicação ao plano continental. Estudo e solução de problemas que sirvam de base para trabalhos sobre o planejamento da defesa continental.

Duração — 28 de outubro a 22 de novembro.

Desenvolvimento do exercício — Foi realizada uma revisão acadêmica do processo de planificação ao nível nacional; sua adaptação pelos alunos ao nível continental, para a formulação de uma Política de Segurança Continental e uma Estratégia Continental adequada ao cumprimento dessa política.

Trabalhos realizados em Comitê:

"Problema n. 1:

- a. Determinar os objetivos específicos do Sistema Interamericano, relacionando-os com os objetivos básicos considerados em problema anterior;
- b. Determinar as hipóteses de guerra e as pressões que dificultam a obtenção dos objetivos específicos propostos".

"Problema n. 2:

- a. Linhas gerais da política de segurança continental, com projeção até 5 anos, para alcançar os objetivos específicos propostos;
- b. Linhas gerais da estratégia continental para fazer frente à hipótese de guerra mais provável".

5. INFORMES DIVERSOS

- 5.1. O currículo do colégio corresponde, em linhas gerais, aos do "National War College" (US), da "Nato Defense College" e ao do "Imperial Defense College (Inglaterra); e o colégio é considerado do mesmo nível daqueles.

Comparando o curso com os de nossas Escolas, situa-se êle no mesmo nível do superior da Escola Superior de Guerra.

- 5.2. O idioma oficial do colégio é o espanhol.
- 5.3. A primeira turma com 29 oficiais graduou-se em março de 1963 e a segunda com 32, em novembro desse mesmo ano. Até o presente, há 6 oficiais brasileiros (dois de cada FA) graduados pelo colégio.
- 5.4. Entre os assessôres do colégio há atualmente dois oficiais brasileiros, um da Aeronáutica e outro da Marinha.

- 5.5. O colégio proporciona apoio total ao oficial cursante, desde sua chegada até sua retirada de Washington. Recebe e aloja o oficial ajudando-o e a seus familiares em tudo que se tornar necessário, incluindo atividades pessoais e sociais. Além disso, proporciona orientação sobre facilidades, privilégios e serviços oferecidos pelo Forte Mc Nair e sobre costumes e regulamentos. É permitido aos oficiais desacompanhados de suas famílias alojarem-se no BOQ (alojamento para oficiais solteiros) daquele Forte.

6. APRECIACÃO FINAL

O CID desempenha papel de relêvo no Sistema Interamericano. Representa mais um elo de união entre os povos de nosso Continente. É uma verdadeira Escola de democracia, pois nêle a liberdade de manifestação de pensamento, facultada a seus alunos, é exercida com tóda sua plenitude. E a troca de informações e opiniões dêstes sobre os problemas cruciantes de nossa época permite trazer a lume os erros, omissões ou incompreensões, passadas ou presentes, de povos ou governantes. Descortina aos oficiais cursantes novos horizontes, mostrando-lhes, pela análise, a realidade da conjuntura atual nos campos político, econômico, social e militar e a natureza das ameaças, existentes ou em potencial, contra nosso Continente; e capacita-os a reforçar as fileiras dos que lutam contra o subdesenvolvimento em seus países. A integração americana e os esforços a empreender para seu fortalecimento, assim como o equacionamento da segurança continental, com base no respeito ao direito do indivíduo e à soberania dos povos, são lições proporcionadas pelo Colégio e que positivam os elevados propósitos de sua missão no quadro interamericano.



As lutas passadas estão terminadas e esquecidas. O Governo é conservador progressista e progressista conservador. Aceita tôdas as questões políticas que têm sido pontos de divergência até agora, para, na calma das paixões, discuti-las e solvê-las...

NOSSO APELO

VOCÊ, que tem idéias sôbre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-os no papel e remeta-no-los. Use a sua tribuna para difundi-los.

VOCÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo, assim, a todos.

VOCÊ, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado, servindo, assim, a todos.

VOCÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um nôvo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fêz algo nôvo, interessante, digno de ser difundido e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia para inserirmos na revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem suas colaborações.

Serão benvindos.

A REDAÇÃO

* חיל רגלים לישראל

(A INFANTARIA DE ISRAEL)

— Leo Heiman (Infantry, EE UU , maio-junho, 1964).

— Tradução do Ten-Cel Inf Paulo Gaúcho Leal de Oliveira Mesquita — Oficial de Estado-Maior.

Os Chefes militares de Israel vêem a Infantaria como a força básica de combate. Hoje, Israel tem cinco diferentes tipos de Infantaria, cada um com missão e função peculiares.



Primeiro Tipo : as formações de Defesa Territorial, designadas, como Unidades de Infantaria do tipo “Guarda Territorial”, para as povoações, colônias e estabelecimentos agrícolas na área da fronteira. Cada guarnição local é constituída por todos os homens capazes, dos 16 aos 55 anos. As mulheres servem nas Unidades de Defesa Territorial dos 16 aos 34 anos. As formações de Defesa Territorial são Unidades fixas de Infantaria que se destinam a cumprir missões em Postos Avançados fortificados ou em outros locais predeterminados.

Segundo Tipo : O HAKASH, em cujas unidades servem os reservistas do grupo de idade 39-49 anos, não incluídos na rede de trabalhos de Defesa Territorial. Hakash vem das palavras hebraicas “Hayl Kaschish”, que significa “Exército de Anciãos”. Muitos infantas do Hakash não concordam com este nome, afirmando que os homens, no final dos 30 ou no começo dos 40, não deveriam ser chamados “anciãos”. Mas esta designação põe em relêvo a juventude e o dinamismo das outras Unidades de Infantaria. As formações Hakash destinam-se à proteção da rede de trabalhos da defesa territorial, ao tampamento de quaisquer brechas ao longo dos setores das frentes secundárias, à execução de funções de segurança interna e à liberação de Unidades regulares e reservas da linha de frente para ações ofensivas agressivas.

Terceiro Tipo : a Reserva da linha de frente, que constitui o grosso da Infantaria de Israel, e inclui homens de 21 a 39 anos de idade e mulheres solteiras de 20 a 29 anos. A maioria dos peritos militares de Israel é de opinião que os reservistas mais velhos são melhores soldados do que os homens mais jovens. Eles são um pouco mais lentos e cautelosos, mas possuem experiência, de inestimável valor, e conhecimento técnico. As Unidades-Reserva da Infantaria mantêm-se em condições de combate, reunindo-se durante 3 dias, para exercícios de tiro (com fuzis, metralhadoras, etc.), cada três meses, e de 3 a 4 semanas para manobras no campo e manobras na carta, anualmente.

Quarto Tipo : as formações blindadas, mecanizadas, motorizadas e aeroterrestres de Infantaria, onde servem, igualmente, convocados e soldados regulares. A tendência atual é uniformizar as quatro, de modo a que cada infante de Israel fique capacitado a se qualificar como infante blindado, pára-quedista, etc. Isto é difícil porque os regulamentos exigem que todos os pára-quedistas tenham também, além do Curso de Instrução de Infantaria, a Escola de Guerra de Pára-quedismo e Comando.

Quinto e Último Tipo : a NAHAL, abreviatura de "Noar Halutzi Lohem", que significa "Juventude de sapadores-combatentes". Além de ser a melhor "exportação" de Israel para os países subdesenvolvidos da África e Ásia, o Corpo Nahal é valioso para o experimento de novas organizações e de novos processos de instrução e de treinamento da Infantaria.

(O elemento coordenador dos cinco tipos de Infantaria — no que diz respeito ao emprêgo tático, instrução, equipamento e organização — é a Escola Avançada de Infantaria. É ela quem testa, no terreno, as novas armas, teorias e formas de organização. Suas propostas são enviadas ao Chefe do Estado-Maior Geral para estudo).

Originariamente, a idéia da NAHAL era reviver a patriótica Infantaria de Israel da safra de 1948, canalizando a juventude idealista dos dias presentes para a vida militar. Os problemas da delinqüência juvenil e da criminalidade dos adolescentes são comuns em todos os países industrializados, sujeitos às tensões de alta pressão da civilização moderna. Israel não é uma exceção a este respeito. Entretanto, enquanto em outros países os problemas de delinqüência juvenil e de desencantamento geral são problemas psico-sociais, em Israel torna-se, também, um problema militar. O potencial humano é muito escasso para que os dinâmicos adolescentes acabem na prisão, em casas de correção, ou fiquem pelos cabarés e esquinas das ruas.

O problema da delinqüência juvenil tornou-se crucial no início da década de 1950. Alguns jovens tenderam para a vadiagem e pequenos crimes, simplesmente para escapar ao tédio e porque não tinham objetivos tangíveis em suas vidas, de outro modo, vazias, que eram destituídas de alegria e ideal para cumprir uma missão útil.

Para responder a isso, o Exército de Israel organizou um Corpo de Infantaria especial, o NAHAL, que buscaria resolver esses problemas, incutindo na juventude as tradições dos voluntários de 1948, enquanto a instrua como uma moderna força de combate.

Todos os rapazes e moças de 14 a 17 anos de idade devem primeiro servir no GADNA (Gdnei Noar — *Batalhões da Mocidade*), que incorpora estudantes das escolas secundárias, técnicas e vocacionais do país. O GADNA proporciona instrução prática de marchas, acampamentos, tiro ao alvo, reconhecimento noturno, primeiros socorros e comunicações. Importante: o GADNA cria um sentimento de camaradagem entre seus membros que os torna amadurecidos para o próximo estágio, quando mobilizados para as Forças Armadas de Israel. No passado, o Corpo NAHAL foi organizado somente com voluntários. Atualmente, devido às suas necessidades crescentes, os conscritos estão sendo convocados.

Os soldados do NAHAL, rapazes e moças, são submetidos à instrução básica de Infantaria, em centros de instrução especial. Depois, são mandados para algum deserto pedregoso ou montanha solitária, em uma área exposta e perigosa da fronteira, para estabelecer uma povoação fortificada ou um Pôsto Avançado permanente. Constróem galpões, quartéis, fortificações enterradas, rês de arame farpado no perímetro e plantações para uso local. Terminada a povoação fortificada, as moças permanecem para cuidar das casas e animais domésticos (supridos pelo Serviço de Estabelecimentos Agrícolas do Exército), enquanto que os rapazes retornam para um treinamento adicional com armas pesadas e reanução de exercícios com forças blindadas e aeroterrestres.

O período seguinte, a serviço do NAHAL, é devotado à fortificação dos povoados, às missões de patrulhamento ao longo da fronteira e à instrução de recompletamentos. Isto torna o Corpo NAHAL uma Unidade de Infantaria bem treinada.

Os soldados do NAHAL, na maioria, não somente gozam dos benefícios de uma educação ginásial ou superior, mas também são qualificados como pára-quedistas, sabotadores, metralhadores, combatentes de engenharia e atiradores de escol. Contudo, não é prático, nem desejável, transformar tôdas as formações de Infantaria de Israel em Unidades tipo NAHAL. Mas os soldados dos Batalhões de Infantaria Blindada, das Brigadas Aeroterrestres e dos Regimentos Mecanizados, precisam de um estímulo patriótico que os mantenha entusiasmados, durante os 2 1/2 anos de rude instrução.

A fim de evitar simulação de doenças para faltar ao serviço, os Chefes militares de Israel procuram incutir nos soldados o ESPÍRITO DE CORPO, despertando-lhes o orgulho de pertencer a uma Unidade de elite, imprimindo-lhes o sentimento do dever, mostrando-lhes que a Infantaria tem o mais decisivo papel a desempenhar. A Infantaria Aeroterrestre, a Infantaria Blindada e o NAHAL têm sido colocados encabeçando as listas de prioridade de serviço, pelos Ministros da Defesa e Estado-Maior Geral, de Israel.

Atualmente, a instrução de Infantaria, em Israel, está se tornando mais dura e intensiva, com menos tempo nos quartéis e mais instrução de campo. Os 2 1/2 anos de serviço militar serão devotados à instrução básica, exercícios de Grupo, Pelotão, Companhia e Batalhão, e manobras em grande escala, abrangendo todas as Armas e Serviços. A maior parte desse tempo será gasta no deserto, nas montanhas, nos campos e florestas, realizando campanhas de tiro, competindo em marchas de estrada de 100 milhas e executando missões de patrulhamento na fronteira.

As pesquisas mostram que, quanto mais arduamente uma Unidade de Infantaria fôr empenhada nas manobras, tanto mais os soldados blasfemarão, resmungarão e se queixarão. Mas, ao término do exercício, sentir-se-ão orgulhosos de sua Unidade. Uma Unidade bem instruída, cujos soldados estejam cônscios de sua potência de fogo, de sua capacidade de marcha, de seu preparo para o combate noturno e da sua instrução aeroterrestre, tem muito mais elã do que uma Unidade cujo Comandante não foi exigente com seus homens durante a instrução.

A instrução de Infantaria em Israel cobre todas as situações possíveis no campo de batalha, com pouca teoria e muita prática. É dada ênfase aos saltos de pára-quedas, às destruições, às ações de comando, aos combates noturnos, ao combate de ruas e à baioneta, e às operações de Infantaria blindada. A instrução defensiva tem sido reduzida ao mínimo. Estabelece a doutrina que a Infantaria de Israel deve ser uma força de ataque agressiva, e ensina ela que a segurança repousa no rápido movimento para a frente e pelos flancos do adversário, nunca no enterrar-se ante o fogo inimigo.

Importante, para o moral da Infantaria e seu êxito no campo de batalha, é o regulamento que rege o acesso de todos os oficiais, no duro caminho da hierarquia. Para ser aceito na Escola de Oficiais de Infantaria (EOI), o homem deve primeiramente completar a instrução básica de recruta, servir em uma Unidade de Infantaria, ser graduado em um Curso de Formação de Cabos, comandar um Grupo no campo e passar pela Escola de Sargentos de Pelotão. Somente depois poderá ele ser aceito na Escola de Oficiais de Infantaria.

Como tudo isto não poderá ser feito nos 2 1/2 anos de serviço militar, os candidatos ao oficialato deverão engajar por mais 2 a 3 anos. Se tiverem êxito como Comandantes de Pelotão, serão convocados para o serviço regular de longa duração (5, 10, 15 ou 25 anos) e encaminhados à Escola de Comandante de Companhia, da qual sairão graduados capitães. Os oficiais mais antigos podem receber instrução na Escola de Comandantes de Batalhão, Academia de Estado-Maior Geral e Escola de Comando.

Os diplomados pela Academia Militar de Israel, no Monte Carmelo, em Haifa, não recebem comissão como 2º Tenente enquanto não servirem, como Comandante de Grupo e Sargento Auxiliar do Pelotão, nas Unidades de Infantaria, por mais de um ano, após sua graduação.

Tôdas estas medidas são destinadas a elevar o nível moral da Infantaria de Israel aos padrões de 1948, empregando o armamento, a instrução, as táticas e as técnicas de 1964.

De acôrdo com a lei do Serviço Nacional de 1949, os homens são convocados aos 18 anos e servem 30 meses como conscritos, 19 anos como reservas da linha de frente e 10 anos mais como HAKASH, Guarda-Territorial ou tropas de defesa territorial. As moças são convocadas aos 18 anos, por 2 anos, como conscritos, depois servem mais 9 anos, como reservistas, a não ser que estejam grávidas ou já tenham filhos.

De agora em diante, os 3 tipos principais de Infantaria de Israel — NAHAL, Aeroterrestre e Blindado — receberão a nata da juventude de Israel.

Os oficiais ficarão à disposição das Unidades de Instrução Acadêmica, para estudar nas Universidades e Escolas, às expensas do Exército. O objetivo final é que a maioria, senão a totalidade dos oficiais de Infantaria, tenha diplomas de ginásios ou graus acadêmicos civis, em seus bolsos, além dos de uma escola militar. Educação técnica é geral, um alto "Coeficiente de Inteligência" e capacidade para apreender as mudanças rápidas de situação, são julgados essenciais não sòmente aos Oficiais de Infantaria como também aos graduados.

A padronização das armas de Infantaria vem sendo cumprida pelo Exército de Israel. O objetivo final é conseguir um armamento compacto padronizado, em tôdas as formações de Infantaria, eliminando as metralhadoras leves, médias e pesadas, os fuzis automáticos, semi-automáticos, e com luneta, quatro tipos de armas anticarro, etc., e substituindo-os por 2 ou 3 armas, de múltiplo emprêgo, comuns a tôdas Unidades de Infantaria.

Atualmente, as armas utilizadas pela Infantaria de Israel são :

— Metralhadora de mão UZZI — fabricada em Israel; calibre 9 mm; alcance útil 100 jardas; pêso (quando inteiramente carregada) 3 libras; carregador para 25 tiros.

— Fuzil automático FN — produzido em Israel sob licença da Bélgica; calibre 7,62 mm; alcance útil 600 jardas; pêso (inteiramente carregado) 9 libras; carregador para 20 tiros. Montado sôbre um reparo bipé (4 lbs), transforma-se numa metralhadora leve, com alcance útil de 800 jardas.

— Metralhadora BROWNING Cal .30 — fabricada nos Estados Unidos; foi adotada, como arma automática padrão de apoio na Infantaria de Israel, para alcance superior a 800 jardas.

— Metralhadora BROWNING Cal .50 — a arma automática pesada de apoio, de alcance superior a 1.600 jardas, e arma antiaérea padrão das Unidades motorizadas e blindadas de Infantaria.

— Lança-rojão 82 METOL — fabricado em Israel, calibre 82 mm; atira com projetis perfurantes, de alto explosivo e fósforo branco; alcance útil 250 jardas; pêso 15 lbs.

Morteiro médio SOLTAM calibre 81 mm — fabricado em Israel; empregado como arma de apoio na Companhia e no Batalhão. Atira apoiado em um reparo fixo ou em uma mesa giratória móvel, montada em viatura de meia-lagarta; peso 50 lbs.; alcance útil : 3.200 jardas.

— Lança-chamas LTH — fabricado em Israel; alcance útil 40 jardas; peso 50 libras.

Manobras recentes mostraram que os novos fuzis inteiramente automáticos, conjugados com novos métodos de tiro, podem substituir as metralhadoras de mão, os fuzis automáticos e semi-automáticos e as metralhadoras leves. Não há necessidade de metralhadoras médias e pesadas. A tendência atual é ter uma arma automática pesada de apoio padronizada. Os lança-rojões e morteiros estão sendo, constantemente, melhorados; muitos Comandantes preferem empregar, na linha de frente, o morteiro 81 mm ao 120 mm, mais pesado (que tem sido empregado, com êxito — montado em viaturas de meia-lagarta — nas missões de apoio à Infantaria Blindada). Os morteiros de 2 polegadas, do Pelotão, e os de 60 mm, da Companhia, parecem estar sendo postos de lado.

Para aumentar a eficiência combativa do infante de Israel, seu consumo de alimentos e hábitos de beber água sofreram, também, uma drástica mudança.

Grandes quantidades de água são, agora, fornecidas a tôdas as Unidades de Infantaria, sob quaisquer condições, mesmo no deserto. Novos cantis de plástico mole estão sendo produzidos, de modo a prover cada infante com tanta água quanto possa beber.

Chá e café quente estão sendo dados às tropas da linha de frente, pelo menos duas vezes ao dia. Latas que se aquecem por si mesmo, com sopas, carnes, legumes e café instantâneo, estão sendo fornecidas como rações padronizadas de combate. Testes têm mostrado que um soldado de Israel pode lutar sem alimento e com muito pouca água. Os mesmos testes têm provado, também, que sua eficiência combativa aumentará, em 35 por cento, se puder comer e beber tanto quanto deseje. Como utilizar o crescente potencial de fogo da Infantaria de Israel, ainda não foi decidido. Há duas escolas de pensamento. Diz a escola Alemã que uma Unidade de Infantaria deve lançar o maior volume possível de fogo com a maior velocidade. Isto consome uma grande quantidade de munição, mas, como a Infantaria moderna surge no campo da batalha em viaturas meia-lagarta, de 3/4 ton e em transportes blindados de pessoal, isto não constitui problema sério. A escola britânica, por outro lado, preconiza uma velocidade de tiro mais lenta, com alto grau de precisão. A escola israelita, quando finalmente fôr formulada, provavelmente escolherá uma síntese dos sistemas de Infantaria britânico e alemão, adaptada às condições locais de guerra e às curtas mas decisivas campanhas no teatro do Oriente Médio.

O combate com as viaturas em movimento é, praticamente, a primeira coisa ensinada, hoje em dia, ao infante israelita. O desembarque e o embarque em viaturas deslocando-se a 15 milhas por hora, o combate em viaturas de meia-lagarta e de 3/4 ton, e o deslocamento nos carros de combate, atrás das tôrres, são, hoje em dia, NGA em tôdas as escolas e centros de instrução da Infantaria de Israel.

Grande importância vem sendo dada aos uniformes, capacetes, baracas, bôlsas de munição e outros equipamentos que parecem de menos relevância, mas que assumem um papel decisivo no combate da Infantaria. Ferramenta de sapa, há muito tempo, não é distribuída ao infante israelita: acredita-se, porém, que os capacetes de aço são extremamente importantes como tal, se o seu formato fôr adequado. A baioneta tem sido reconhecida como talvez a mais importante, e psicológica, arma de choque. Aonde guardar a baioneta, está para ser decidido (se fixada ao fuzil, prêsa ao cano, adaptada ao cinturão ou guardada em um coldre especial, no ombro).

Os chefes de Israel confiam em que sua Infantaria manterá a antiga eficiência, sobressaindo pela instrução, liderança, potência de fogo, moral e agressividade.



Uma só vontade nos una. Rio-grandenses, maldição eterna a quem ousar recordar-se das nossas dissensões passadas.

Caxias

Ao contrário da doença contagiosa que não reincide sobre a mesma pessoa, a guerra revolucionária não confere nenhuma imunidade. Alguns povos podem, portanto, vê-la ressurgir amanhã, sem que nem por isso estejam em melhor estado para lhe resistir. A guerra revolucionária constitui, pois, uma realidade e uma permanente ameaça.

■■■■■■■■■■

Cel Gabriel Bonnet

Você não acha que a biblioteca da sua unidade lucraria com uma assinatura de **A DEFESA NACIONAL**? Dê essa idéia ao responsável por aquela dependência.

A verdadeira bravura do soldado é nobre, generosa e respeitadora dos princípios de humanidade.

Caxias

VOCÊ QUE JÁ É ASSINANTE, faça mais um assinante para a **DEFESA NACIONAL**, e estará assim contribuindo para o engrandecimento de sua Revista, QUE PRECISA DE VOCÊ.

O BRASIL E A GUERRA FRIA

BRIAN CROZIER

"Jornal do Brasil"

2 de agosto de 1964.

Pequenos ou grandes, queiram ou não queiram, todos os países se acham envolvidos na guerra fria.

Na América Latina, essa afirmação pode despertar ceticismo, pois, certamente, pode-se argumentar, a guerra fria é algo que concerne aos Estados Unidos e à União Soviética, ou, em termos mais amplos, ao bloco ocidental e ao bloco comunista.

Todavia, a distância do centro do conflito não assegura a imunidade; tampouco importa o tamanho. O pequeno Zanzibar, a milhares de quilômetros do território comunista, foi envolvido na guerra fria nos princípios deste ano. E o Brasil, o gigante do continente latino-americano, embora distante como se acha de Moscou e Pequim, foi envolvido ainda mais recentemente nos acontecimentos de 31 de março a 2 de abril.

Conforme o General Arthur da Costa e Silva, Ministro da Guerra, afirmou recentemente numa Ordem do Dia, assinalando o 19º aniversário do fim da guerra na Europa:

"Quase vinte anos se passaram. O que parecia ser o fim da última das guerras mundiais foi, de fato, o início de outra, mais insidiosa, perversa e perigosa: a guerra ideológica contra o mundo democrático e cristão. Até mesmo o Brasil foi atacado

Sob a proteção de nossas próprias leis, usurpando com cinismo característico as mais legítimas de nossas aspirações nacionais, e tirando partido da inércia, indiferença e ambições pessoais, e do desconhecimento de suas táticas da parte de muito de nós, os agressores consideraram-se capazes de se apoderar da nação brasileira pelo lento estrangulamento de seus meios de defesa e de fazer isso sem disparar um tiro. Ela cairia nas suas mãos como um fruto maduro. Eles sofreram um duro revés".

O General Costa e Silva apontou uma das razões mais significativas para os sucessos comunistas nos países democráticos — desconheci-

mento das táticas comunistas. Esse desconhecimento de modo nenhum é peculiar ao Brasil. Com efeito, o desconhecimento das maneiras comunistas foi uma razão pela qual os acontecimentos brasileiros foram amplamente mal compreendidos no exterior.

NECESSIDADE DE COMPREENSAO

No próprio Brasil, a penetração comunista da espécie que ocorreu em muitos setores sob o ex-Presidente Goulart, tende, em geral, a ser considerada como alguma coisa inteiramente desligada da guerra fria — como uma questão simplesmente doméstica na luta familiar entre esquerda e direita.

Quanto à guerra fria, à extensão em que ela é reconhecida como tal, há uma tendência a considerá-la como uma disputa obscura que envolve os Estados Unidos, a União Soviética e Cuba, de pouco interesse para o Brasil.

Na verdade, como espero demonstrar, o comunismo e as atividades dos comunistas brasileiros que precederam a guerra de Goulart são tão parte da guerra fria como, digamos, as tentativas feitas por Moscou para sabotar o Plano Marshall para a recuperação da Europa Ocidental, lançado em 1948.

De fato, conforme o Embaixador americano, Sr. Lincoln Gordon, disse no dia 13 de maio, não está fora da realidade — mantidas tôdas as proporções — ver um paralelo entre o Plano Marshall e a Revolução Brasileira, em que ambos foram acontecimentos significativos no deter a marcha do comunismo em áreas vitais marcadas pelos estrategistas do Kremlin como áreas para seus próximos ataques.

Exemplo ilustrativo do generalizado desconhecimento público das táticas comunistas é a costumeira reação à expressão **coexistência pacífica**. Sendo o desejo de paz quase universal nesta era nuclear, é natural que a maioria do povo considere a defesa comunista da coexistência pacífica como prova de intento pacífico. Na verdade, conforme vários comentaristas ocidentais têm assinalado, **coexistência pacífica** e a **guerra fria** são virtualmente sinônimos nas mentes comunistas.

O advento das armas de destruição em massa, contudo, modificou a opinião comunista da coexistência pacífica num aspecto importante.

Nos dias de Lênine e Stalin, coexistência pacífica era considerada como um artifício para retardar a guerra com os chamados países capitalistas até a ocasião em que os comunistas estivessem preparados para ela. Isto não mais é inteiramente verdade. No 20º Congresso do Partido Comunista Soviético em 1956, o sr. Krushev afastou-se da opinião leninista de que a guerra era inevitável entre os Estados comunistas e capitalistas.

GUERRAS JUSTAS E INJUSTAS

Essa mudança foi bem acolhida, dentro de seus limites. Mas tudo o que quis dizer foi que a União Soviética tentaria evitar a guerra nuclear com as grandes potências ocidentais. Ao mesmo tempo, a guerra fria continuaria; além disso, o sr. Krushev — como seus predecessores — fez uma distinção entre guerras justas e injustas.

De acôrdo com a doutrina de Stalin, como foi exposta na **História do Partido Comunista da União Soviética**, guerras injustas eram aquelas travadas pelas potências capitalistas umas contra as outras ou contra a URSS, enquanto as guerras travadas pela URSS contra outros Estados para **libertar** seus povos e impor-lhes o comunismo eram justas.

Novamente aqui Krushev modificou doutrina anterior, mas não num modo que traga mais tranqüilidade para os países não comunistas. Agora a expressão **guerra justa** é reservada para as chamadas guerras de **libertação nacional**, tal como a travada sob a direção comunista no Vietname do Sul, que Krushev, em janeiro de 1961, publicamente descreveu como **sagrada**.

Na opinião soviética, o apoio a tais guerras — que por definição inclui ação militante por movimentos de oposição — não é incompatível com a coexistência pacífica. Nem é a subversão ou a sabotagem em tôdas as suas formas.

Na verdade, a Declaração Mundial Comunista de dezembro de 1960, a que se acham comprometidas tanto a União Soviética como a República Popular da China, afirmou realmente que a coexistência pacífica significava uma continuação da luta internacional de classe — em outras palavras, da guerra fria.

ORIGEM DA GUERRA FRIA

Vistas algumas das más compreensões comuns, tracemos agora, em largas linhas, o curso da guerra fria.

Os povos soviéticos, bravos e há longo tempo sofrendores, emergiram vitoriosos na Segunda Guerra Mundial. A derrota da Alemanha de Hitler e o avanço dos exércitos soviéticos haviam tornado a URSS a mais forte potência na Europa. Entre os aliados de tempo de guerra da Rússia, a União Soviética merecia alta estima e admiração incondicional.

Se Stalin assim o tivesse querido, a camaradagem da guerra poderia ter sido prolongada no tempo de paz, pois a União Soviética achava-se agora militarmente segura. Na verdade, Stalin preferiu considerar a aliança de tempo de guerra como um interlúdio lamentável na permanente **luta** entre o comunismo e o capitalismo.

Isto, de fato, era bom leninismo da parte de Stalin. Durante a guerra, os piores rigores da hostilidade permanente de Moscou para com os países livres foram atenuados. Agora que a guerra havia acabado, o ditador soviético restaurou as doutrinas do marxismo-leninismo em toda a sua plenitude.

A 9 de fevereiro de 1946, menos de um ano depois da derrota das forças nazistas, ele fez um discurso reafirmando a atitude soviética de antes da guerra para com a política internacional. A guerra acabada de terminar, disse ele, tinha sido "o resultado inevitável do desenvolvimento das forças econômicas e políticas internacionais na base do moderno capitalismo monopolístico".

Logo depois, a controlada imprensa soviética lançou uma campanha para restaurar as antigas doutrinas de permanente hostilidade entre os Estados comunistas e o resto do mundo. Em poucos meses, o Partido Comunista Soviético havia restaurado suas garras de ferro sobre todas as esferas do pensamento e sua expressão.

Enquanto isso, com o aumento da pressão antiocidental, a União Soviética aproveitou o fato de que seus exércitos se achavam ocupando a maioria dos países da Europa oriental e central para começar a instalação ali de regimes fantoches.

CHURCHILL NÃO SE ENGANOU

Alguns observadores ocidentais esclarecidos puderam perceber o que estava acontecendo. Um dos primeiros foi Winston Churchill. Perspicaz como sempre, embora não mais em função, o Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha em tempo de guerra declarou em seu famoso discurso de Fulton, no dia 5 de março de 1946:

"Ninguém sabe o que a Rússia Soviética e sua internacional comunista pretendem fazer, ou quais são os limites, se houver, para suas tendências expansionistas ... os partidos comunistas ou quintas-colunas constituem um desafio e um perigo crescente para a civilização cristã."

O ano seguinte trouxe duas datas decisivas na história inicial da guerra fria: junho e setembro de 1947.

O PLANO MARSHALL

Em junho, o Secretário de Estado americano, General George Marshall, anunciou seu famoso plano para a recuperação européia com a assistência dos Estados Unidos. (As vezes se esquece que o Plano Marshall, como foi originalmente oferecido, teria incluído a União Soviética e seus satélites europeus. Na verdade, um destes, a

Tcheco-Eslováquia, aceitou o convite americano para consultas preparatórias, mas teve de cancelar a aceitação sob pressão soviética). Desde o início, de fato, Moscou declarou hostilidade implacável ao Plano Marshall.

As razões para essa hostilidade são evidentes. Como marxistas, os líderes soviéticos basearam sua política de pós-guerra na suposição de que os Estados Unidos e a Europa Ocidental em breve enfrentariam graves dificuldades econômicas. De acordo com o dogma, o clamor das massas desempregadas nesses países criaria uma situação revolucionária que possibilitaria aos partidos comunistas locais tomar o poder, se necessário com a assistência militar soviética.

O Plano Marshall ameaçava tornar sem sentido essas suposições, e mais tarde tornou, quando traduzido em ação na forma do Programa de Recuperação Europeia.

O COMINFORM

A resposta soviética ao Plano Marshall veio em setembro, a segunda das datas decisivas de 1947, com a criação do Cominform. Lênine argumentara que as economias das potências imperiais européias eram dependentes do fluxo de matérias-primas de suas colônias, principalmente das asiáticas. Se esse fluxo pudesse ser interrompido, as economias européias ocidentais entrariam em colapso. O principal inimigo, contudo, eram agora os Estados Unidos, de modo que todo o possível devia ser feito para cortar seus laços com a Europa Ocidental. Para esse fim, os partidos comunistas da Europa Ocidental deviam sabotar o Plano Marshall organizando greves e fomentando sentimento antiamericano.

Esse plano fora elaborado em detalhe na época em que foi lançado o Cominform. A conferência inaugural foi realizada na Polônia em setembro de 1947, e o discurso inaugural, pelo então substituto de Stalin, o falecido Andrey Zhdanov, é um documento fundamental da guerra fria. Nêle Zhdanov argumentava que o mundo agora se achava dividido em dois campos, que ele descreveu como "o campo imperialista e antidemocrático", chefiado pelos Estados Unidos e incluindo seus aliados Grã-Bretanha e França, e "o campo antiimperialista e democrático", baseado na União Soviética e nas chamadas novas democracias.

INSURREIÇÃO ASIÁTICA E A GUERRA DA COREIA

Logo depois da guerra, os russos estabeleceram uma série de organizações de frente internacionais controladas pelos comunistas — movimentos da juventude, dos estudantes, das mulheres, dos sindicalistas e outros — e estes agora começaram a desempenhar papel importante na execução dos planos do Cominform.

A primeira das frentes internacionais foi a Federação Mundial da Juventude Democrática, estabelecida três meses depois do fim da guerra. Em fevereiro de 1948, a FMJD e seu ramo, a União Internacional dos Estudantes, convocaram em conjunto uma conferência da juventude asiática em Calcutá. Ali os planos do Cominform para violência na Ásia foram discutidos e aperfeiçoados.

O Cominform não se preocupava mais do que o Comintern com a independência e o bem-estar dos povos coloniais. O objetivo primordial em 1948, como na década de 1920, era enfraquecer as economias capitalistas ocidentais privando-as de matérias-primas asiáticas.

Isso foi demonstrado pelo fato de que as insurreições lançadas sob orientação do Cominform tiveram lugar não apenas na Malaia, que era ainda uma colônia, mas numa série de países que já tinham conquistado a independência: as Filipinas, Birmânia e Índia.

Houve também uma insurreição na Indonésia, que proclamara sua independência três anos antes mas a que a Holanda não tinha ainda transferido plena soberania. (O maior levante no que era então a Indochina Francesa, embora estivesse sob liderança comunista, fôra lançado nos fins de 1946 em circunstâncias especiais que não se relacionavam com o subsequente plano do Cominform).

As insurreições de 1948 foram tôdas, em graus diferentes, estranhas às necessidades dos povos que os comunistas alegaram representar. Tôdas foram derrotadas ou reduzidas à impotência, embora na Birmânia e nas Filipinas ainda hoje em dia haja rebeldes comunistas armados.

Na Malaia, os terroristas comunistas conseguiram consideráveis sucessos iniciais, por meio de assassinatos de plantadores, emboscadas de funcionários e ataques às plantações. O principal sofredor, porém, foi o povo comum da Malaia, especialmente os seringueiros de plantações de borracha, que foram torturados e assassinados em grande número para impor obediência às ordens comunistas.

Essa insurreição não foi oficialmente declarada derrotada até 1960. Então, a Malaia se achava independente havia três anos — e, na verdade, a vitória sobre os terroristas foi conquistada por um acelerado programa de independência bem como pela decidida ação por parte das Forças de Segurança britânicas e malaias.

Durante oito anos, de 1946 a 1954, a guerra fria foi continuada, do lado comunista, com base numa contínua expansão e pressão inflexível.

Não é necessário descrever essa base pormenorizadamente, mas alguns acontecimentos significativos foram: o golpe de estado comunista na Tcheco-Eslováquia em fevereiro de 1948; o bloqueio soviético de Berlim naquele ano; a vitória comunista na guerra civil chinesa em

1949; o pacto sino-soviético e a agressão comunista contra a Coreia do Sul em 1950; e a vitória comunista na Indochina em 1954.

Nos fins da década de 1940 e nos princípios da década de 1950, os principais centros de pressão comunista foram na Europa e Ásia. Nos fins da década de 1950, o Oriente Médio e a África passaram a merecer maior atenção; e hoje em dia, na década de 1960, a América Latina tornou-se num grande teatro da guerra fria.

A reação de Stalin à emancipação das colônias asiáticas do Ocidente, como vimos no princípio destes artigos, foi atizar insurreições nesses países para fins comunistas.

O plano foi ganhar o controle das revoluções nacionais no Sul e Sudeste da Ásia. Ele fracassou, e Krushev, como sucessor de Stalin, tirou certas conclusões desse fracasso.

No 20º Congresso do Partido Comunista Soviético, ele declarou que em certos países poderia ser possível alcançar o socialismo (isto é, o comunismo) sem guerra civil; mas se a "classe exploradora" recorresse à violência, então haveria "uma violenta luta revolucionária".

Definindo as condições em que o socialismo poderia ser alcançado pacificamente, disse Krushev:

"A conquista de uma maioria parlamentar estável apoiada por um revolucionário movimento de massa do proletariado e todo o povo trabalhador poderia criar para a classe trabalhadora de uma série de países capitalistas e antigos países coloniais uma oportunidade real para unir a esmagadora maioria do povo sob sua liderança e garantir a transferência dos meios de produção básicos para as mãos do povo."

Como acontece com todas as declarações comunistas, esta significa coisas diferentes conforme o leitor entenda ou não a prática marxista.

Para um marxista, por exemplo, "classe trabalhadora" não significa os trabalhadores como uma classe, significa o Partido Comunista, que é considerado como a "vanguarda da classe trabalhadora". Do mesmo modo, "povo" e "Partido Comunista", significam a mesma coisa.

A passagem acima citada não quis dizer, como muitos leitores ocidentais supuseram, que o Partido Comunista Soviético abandonara a violência para colocar outros partidos comunistas no poder.

Tudo o que quis dizer foi que os partidos comunistas agora tinham uma escolha de métodos — pacífico ou violento conforme as circunstâncias — enquanto anteriormente o dogma supunha que sempre, na etapa final, teria de haver violência.

FRENTE DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

Agourentamente, o relatório de Krushev ao 20º Congresso do Partido também continha esta referência à América Latina:

“O movimento de libertação nacional ganhou força no Brasil, Chile e outros países latino-americanos”.

Novamente aqui é necessária a interpretação para os não marxistas. Na terminologia marxista, um “movimento de libertação nacional” é o destinado a *libertar* o povo da exploração capitalista e imperialista — isto é — colocá-lo sob o controle comunista.

De fato, Krushev continuou a montar dois cavalos de uma vez, como os acontecimentos revelaram. De um lado, os partidos comunistas que não se achavam no poder foram aconselhados a renunciar à violência e a adotar a “estrada parlamentar para o socialismo”. Do outro, como vimos no primeiro artigo, Krushev reafirmava o apoio soviético a guerras justas do tipo de libertação nacional.

Os partidos comunistas do mundo receberam suas novas instruções em Moscou em novembro de 1957. Delegados fraternos reuniram-se ali, com representantes dos doze partidos comunistas atualmente no poder, para o 40º aniversário da Revolução de Outubro de 1917.

A Declaração final dos doze conclamava os partidos comunistas a usarem táticas de frente popular para conquistar o poder, embora não excluindo a violência se círculos reacionários resistissem à transição para o comunismo.

É sabido que a conferência de 1957 adotou propostas soviéticas para uma nova campanha comunista na América Latina.

Imediatamente depois dela, Luís Carlos Prestes, o líder comunista brasileiro, publicamente renunciou à violência revolucionária e conclamou seu partido a procurar uma “estrada parlamentar para o socialismo” (isto é, para o comunismo).

Um ano depois, em novembro de 1957, um membro da comissão central do Partido Soviético, Boris N. Ponomarev, publicou um artigo no órgão *Kommunist* destacando os movimentos comunistas no Brasil e no Chile como entre aqueles que estavam seguindo as diretrizes de 1957 do Partido Soviético.

VIOLENCIA E NÃO VIOLENCIA

O mais importante acontecimento no mundo comunista desde a Declaração de 1957 foi a disputa entre os partidos soviéticos e chinês. Na verdade, isto agora corresponde a uma segunda guerra fria.

Embora essa disputa seja freqüentemente descrita como uma rixa ideológica, ela realmente diz respeito ao controle e à liderança do movimento comunista mundial, e à fronteira e outras questões entre a Rússia e a China como grandes potências.

Kruschev, que tem armas nucleares, diz que a guerra entre os Estados comunistas e capitalistas não é mais inevitável, enquanto Mao Tsé-Tung, que não tem essas armas, continua a dizer que haverá guerra. Além disso, Mao Tsé-Tung, diz que o comunismo somente virá através da violência, enquanto Kruschev argumenta que a violência pode ser necessária, mas apóia guerras de **libertação nacional** e dá aos comunistas uma escolha entre métodos violentos e não violentos, conforme as circunstâncias.

Seria, portanto, errado extrair muito consólo dos esforços de Kruschev para alcançar um entendimento com os Estados Unidos. Tanto a Rússia como o Ocidente têm interesse em evitar a guerra nuclear, mas a Rússia quer a coexistência pacífica somente para o fim de intensificar a **luta internacional de classe**.

Nem há muito consólo na disputa sino-soviética. Naturalmente, essa disputa enfraquece o movimento comunista, já que os fiéis agora têm que escolher entre dois centros rivais, cada qual alegando possuir a verdade marxista-leninista final.

Mas, na prática, a disputa multiplica o desafio à autoridade de governos legais na América Latina e noutras partes, visto que agentes soviéticos e chineses estão redobrando esforços para demonstrar que somente seu lado tem a receita certa para colocar partidos comunistas locais no poder.

Em geral, os chineses tendem a ser mais ativos do que os russos no apoio a movimentos de **libertação nacional**; mas as provocações chinesas — no mínimo — obrigam os russos a reafirmar seu apoio a tais movimentos, mesmo quando continuam a pressionar com táticas **parlamentares** e de infiltração.

A imagem popular de uma Rússia pacífica e de uma China belicosa é assim enganadora.

A ambivalência da política soviética é particularmente espantosa em Cuba. Tanto Pequim como Moscou alegam ser a revolução cubana uma justificação de suas estradas rivais para o poder.

Os chineses o alegam porque Castro chegou ao poder, como eles fizeram, por meio de um levante camponês (embora o próprio Castro e os outros líderes fossem intelectuais burgueses).

Os russos, porém, podem alegar que o movimento de 26 de julho de Castro não foi, de início, comunista e que passou para o controle comunista porque os comunistas cubanos seguiram as instruções de Moscou apoiando Castro em 1959.

Em maio daquele ano, o líder comunista chileno, Luís Corvalán, de volta de conversações em Moscou e Pequim, disse ao Comitê Central de seu partido que os comunistas devem aliar-se a movimentos burgueses progressistas, tais como o de Castro. Essa política valeu a pena em 1 de dezembro de 1961, quando Castro declarou públicamente que ele era agora um marxista-leninista.

Hoje em dia, Cuba depende ponderavelmente do auxílio econômico e militar soviético; mas a mão direita de Castro, Ernesto Che Guevara, advoga levante na América Latina, e agentes cubanos estão fomentando violência revolucionária na Venezuela, Argentina, Colômbia e noutras partes.

A tardia conversão de Fidel Castro ao marxismo-leninismo, sincera ou não, foi o único grande sucesso comunista na guerra fria durante muitos anos.

Na Indonésia, o partido comunista deu grandes passos desde que adotou métodos legais, mas não se acha no poder. No Iraque, comunistas fizeram progresso sob a ditadura do falecido General Kassem, mas foram reprimidos ferozmente quando ele foi derrubado, em fevereiro de 1963.

Na África, em sua maioria os governos ainda proscrevem o Partido Comunista; na Guiné, o auxílio econômico soviético constituiu um fracasso desastroso; no ex-Congo Belga, todo o corpo diplomático soviético foi por duas vezes expulso.

FLANQUEANDO OS ESTADOS UNIDOS

O inesperado sucesso cubano, porém, deu à União Soviética sua primeira oportunidade real de flanquear os Estados Unidos pela subversão. Isto não pode ser feito na África, no Ocidente Médio e na Ásia.

Desde o surgimento dos Estados Unidos como a mais forte das democracias, a América Latina tem sido potencialmente o mais importante campo de operações comunistas. O sucesso cubano transformou a área, de fato, e não mais potencialmente, no supremo objetivo da estratégia mundial comunista.

O Brasil sem dúvida entrará para a História como um caso clássico de infiltração comunista que esteve muito próximo do sucesso, pelo menos em sua primeira fase de promover a corrupção e a subversão. Evidentemente, a presença de ativos comunistas, simpatizantes ou inocentes úteis em posições-chave nos serviços de imprensa do Governo, na Secretaria presidencial e escolhidos ministérios e autarquias, teria sido impossível sem a conivência, negligência ou simpatia de um Presidente complacente ou pelo menos descuidado. Por outro lado, nada disso teria sido possível sem a interferência subversiva de comunistas estrangeiros agindo segundo uma estratégia preconcebida.

Não é por coincidência que o Embaixador cubano Raul Roa Koury, foi para seu país imediatamente depois que Goulart foi derrubado; tampouco é por coincidência que o Segundo Secretário da Embaixada Tcheca, Zedenek Vita — expulso do Brasil no dia 19 de maio — vinha tentando comprar segredos de Estado a dinheiro.

Ainda em seguida, verificou-se ser a Sociedade de Amigos da União Soviética em Recife, embora ostensivamente um centro cultural, uma célula do Partido Comunista cujos fundos financiavam a subversão em Pernambuco.

Um centro comunista rival, propagando a linha de Pequim, era a Associação Sino-Brasileira, cujo vice-presidente no Rio de Janeiro, Henrique Cordeiro Oest, se refugiou na Embaixada uruguaia. Material de propaganda de ambos os centros rivais do comunismo mundial foi encontrado literalmente às toneladas em Pôrto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Esse pano de fundo para a prisão de nove chineses nos princípios de abril é, naturalmente, em grande parte desconhecido fora do Brasil, embora as próprias prisões tenham sido noticiadas no mundo inteiro.

As autoridades chinesas fizeram extraordinários esforços para conseguir a libertação deles. Isto indica um temor de que os homens possam se desfazer de informação útil — sugestão que pareceu ser confirmada no dia 26 de maio, quando o Ministro da Guerra, General Arthur da Costa e Silva, anunciou numa entrevista pelo rádio que fôra encontrada uma carta que revelava ligações entre os detidos e os líderes do dissidente Partido Comunista pró-chineses, P. C. do B. Cópias de seus relatórios para Pequim também mostraram que eles haviam pago US\$ 3.000 a 16.000 por mês a entidades tais como a União Nacional dos Estudantes (UNE), filiada à União Internacional dos Estudantes, bem como a certos políticos estaduais, deputados e outros funcionários.

No momento, o próprio Brasil parece estar fora de perigo, apesar de apelos para novas violências feitos simultaneamente no dia 11 de maio por Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas (que desde então foi prêso), e Leonel Brizola, cunhado do ex-Presidente Goulart.

A ameaça, todavia, continua, tanto no Brasil como noutras partes da América Latina. Como sempre, é uma ameaça dupla e mesmo tripla: dos comunistas de estilo soviético, com seus métodos constitucionais, e daqueles que recebem conselhos de Pequim ou Havana e organizam a violência na forma de guerrilhas camponesas ou de terrorismo urbano.

Os seguintes exemplos, escolhidos ao acaso entre acontecimentos recentes, mostram a natureza do problema:

Argentina e Uruguai — Ambos os países se achavam até recentemente livres de atividade guerrilheira, mas campos de treinamento

foram descobertos em ambos nos últimos meses. O uruguaio se acha na Província de Tacuarembó. Os campos argentinos se acham nas Províncias de Córdoba, Jujuy e Salta. O campo de Salta era evidentemente o mais importante; bem equipado de dinheiro, armas e suprimentos médicos de origem cubana.

Colômbia — Uma série de atrocidades com bombas chegou a um clímax no dia 7 de junho, com muitas explosões em Bogotá e outras cidades. Na capital, no dia seguinte, o diretor de investigação criminal observou que a Colômbia parecia defrontar-se com uma organização semelhante às Fuerzas Armadas de Liberación Nacional da Venezuela, controladas pelos comunistas.

Venezuela — A eleição do Presidente Leoni em dezembro último, apesar dos intensos esforços dos terroristas comunistas para impedi-lo, foi uma vitória notável para a democracia. Mas embora tenha sido ganha uma batalha, a própria guerra continua. No dia 6 de junho, a Agência de Notícias Nova China de Pequim (que regularmente noticia atividades guerrilheiras na América Latina) informou que um Movimento Izquierdista Revolucionario da Venezuela, membro da Frente de Liberación Nacional, tinha aprovado uma resolução para novas violências, e assegurando que a "libertação nacional" da Venezuela não podia ser alcançada por meios pacíficos.

Guatemala — Em maio um trem cargueiro foi descarrilhado e linhas telegráficas e telefônicas foram destruídas. As iniciais da Frente Armada Revolucionária (FAR) foram escritas nos muros da cidade de Guatemala, segundo a agência cubana Prensa Latina. A mesma agência citou um comunicado da FAR sobre o 1º de Maio concitando a uma luta até o fim contra "o Exército e seus protetores".

Da Guatemala também vem uma notável e ingênua exposição dos objetivos e métodos comunistas que evidentemente se pretende aplicar à América Latina como um todo.

TÁTICAS PARA A AMÉRICA LATINA

Escrevendo na edição de março na *Revista Marxista Mundial* — o órgão que dissemina a linha de Moscou para os comunistas do mundo inteiro — o principal comunista guatemalteco, Hugo Barrios Klee, louvou a revolução cubana mas observou que ela não precisava ser copiada exatamente noutras partes da América Latina. Os comunistas, escreveu êle, têm que se aliar a outros partidos políticos. Na Guatemala, o "movimento da classe trabalhadora" (isto é, os comunistas) era fraco e o papel principal foi desempenhado por estudantes e outros intelectuais.

Por implicação, Barrios Klee estava assim admitindo que a doutrina comunista tinha pouco atrativo para os trabalhadores e campo-

neses latino-americanos. Prosseguiu, no entanto, para declarar que os comunistas devem organizar o movimento da classe trabalhadora de modo que ele possa dominar seus aliados intelectuais e da classe média e daí tomar o poder.

Isto é exatamente o que aconteceu em Cuba, e constitui uma franca advertência aos intelectuais latino-americanos do que os espera se forem bastante desencaminhados para procurar um futuro na aliança com os comunistas.

Os intelectuais e políticos da classe média chilenos dos Partidos Socialistas e Nacional Democrata que se aliaram aos comunistas para formar a Frente de Acción Popular (FRAP) talvez tenham oportunidade para ponderar sobre a advertência de Barrios Klee.

O teste virá para o Chile nas eleições de 4 de setembro. O perigo de uma tomada do poder pelos comunistas tornar-se-á evidentemente agudo se o candidato da FRAP, Dr. Salvador Allende, vencer.

Conforme vimos, o perigo está aí e ameaça todos os países da América Latina. A guerra fria na verdade chegou para toda a região, com seus terríveis problemas de explosões demográficas, inflação, instabilidade constitucional e extremos de riqueza e pobreza.

O PERIGO DA COMPLACÊNCIA

Nesses problemas repousa a oportunidade do comunismo. Nêles, também, reside um desafio para aqueles em cujas mãos a riqueza e o poder dos países latino-americanos se acham concentrados.

Se fracassarem em aceitar o desafio, seu fracasso pode constituir a oportunidade do comunismo, e seria talvez preciso toda uma geração para que o horror seja varrido de um Continente com belas tradições de liberdade e cristianismo.

O Brasil foi feliz por dois motivos. O Movimento Comunista dentro do País mostrou ser fraco, péssimamente organizado e pobremente dirigido, e isto sem dúvida levará seus patrocinadores nos países comunistas a certas medidas disciplinares. Em segundo lugar, e em contraste com Cuba, por exemplo, as forças democráticas mostraram ser de bases sadias e amplas, e a Nação encontrou liderança alerta, bem informada e capaz para deter o insidioso progresso da desintegração social e política que tantas vezes tem sido a preliminar para o triunfo do inimigo. O Brasil tem uma pausa para fortalecer suas defesas e fazer progredir suas instituições antes do próximo ataque. Que outra tentativa será feita não pode duvidar, já que o Brasil é um País que domina um dos continentes onde os comunistas, desde seus graves reveses na Europa, decidiram concentrar seus esforços.

A chefia exerce-se sôbre a mente.

Gen W.B. Palmer

A honra é a consciência, mas a consciência exaltada. É o respeito de si mesmo e da beleza da própria vida levada à mais pura elevação e até à paixão mais ardente.

Alfred de Vigny

Os melhores chefes são aquêles que melhor conhecem o homem, o homem de hoje e o da História.

Ardant du Picq

A DEFESA NACIONAL é a **sua** Revista de estudos e debates profissionais. É a **sua** **tribuna**. MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!

As três qualidades mais importantes de um chefe são: coragem, inteligência e saúde.

Marechal de Saxe

A minha espada não tem partido.

Caxias

FUTURO DO EXÉRCITO FRANCÊS

Gen-Ex Le Puloch, Chefe do Estado-Maior do Exército da França (Revue de Défense Nationale, junho, 1964).

Trad do Maj Art Rubens Mário Jobim, Oficial de Estado-Maior.



Será o exército francês uma sobrevivência anacrônica de um mundo militar desaparecido?

Uma espécie fraca e irrisória que a arma moderna, o átomo, condena a um fim, daqui para o futuro, inelutável?

De que servem as coortes de formigas combatentes que o relâmpago e o sopro do átomo dispersarão, este átomo que uma simples pressão do dedo sôbre um botão muito cômodo desencadeia?

E se, porque ainda existem exércitos em outros rincões além da França — exércitos que, entre parênteses, ninguém se espanta de que países atômicos ainda os conservem — se, pois, admite-se, a rigor, que um exército deva existir, como deve ser êle?

Um exército de “engenheiros”? “Engenheiros” que extraem suas estratagemas do cérebro de máquinas eletrônicas, preocupados apenas com um bom “planning” e com o máximo rendimento de uma ferramenta livre das servidões humanas?

Ou um bom exército clássico, com muitos homens, carros e canhões?

Ou este exército profissional, pequeno e rijo, que permitiria ao povo entregar-se às suas tarefas pacíficas, deixando aos profissionais o encargo de se bater pela pátria?

De que serve, pois, este exército?

Qual sua missão?

Precisemos desde logo que as forças terrestres nada mais são que uma das componentes do sistema de forças que constituem os exércitos.

“Missão do exército” é uma contração verbal, da qual não se deve deduzir que o exército se destina a missões próprias, independentes das missões das outras forças armadas.

I — MISSÃO DO EXÉRCITO

É fácil de verificar que hoje, como ontem, a França pode ser palco de agressões as mais diversas, quer políticas, quer militares.

A agressão pode ameaçar diretamente a soberania nacional.

Pode afetar nossos compromissos, com nossos aliados da Europa, ou em outras partes do mundo.

Pode ser, inicialmente, neoclássica, quanto à forma, com ameaça de emprêgo de armas nucleares; e estas armas, se empregadas, podem ser de maior ou menor potência, de maior ou menor alcance; podem visar objetivos militares bem determinados ou serem empregadas sem qualquer restrição.

Pode, ao ser dada a partida, utilizar as armas nucleares, com ou sem invasão.

Tudo isso é, com efeito, evidente.

Mas o é menos, o professar, como alguns ainda o fazem, que, para enfrentar tôdas essas eventualidades que são perfeitamente plausíveis, é suficiente um tipo de arma, a força nuclear estratégica.

Esta teoria de tudo ou nada, talvez válida de planêta a planêta, não tem qualquer sentido para a França.

Se se quer dissuadir o invasor, é preciso ter argumentos ao mesmo tempo vigorosos e plausíveis.

Plausíveis, isto é, adaptados à ameaça sob qualquer forma que se apresente.

Vigorosos, isto é, de natureza a mostrar nossa vontade de aceitar o combate e, se preciso fôr, ir até às últimas consequências dessa decisão.

Dentro desta dialética de dissuasão, um exército adequadamente organizado é um argumento insofismável.

Em caso de agressão por forças terrestres, só um exército dotado de armamento nuclear é capaz, qualquer que seja a forma inicial dessa agressão, de reagir de modo flexível e vigoroso para quebrar o primeiro ímpeto do adversário e forçá-lo a abaixar seu jogo. Pelo emprêgo judicioso de suas armas nucleares, sob ordem do govêrno, êsse exército testemunharia que a França está disposta a aceitar o risco da guerra tarmonuclear a consentir na servidão.

Se o solo pátrio fôr invadido, sòmente determinados elementos do exército, para isso organizados e treinados, serão capazes de prolongar sem demora a resistência armada no interior do país e de assim manter o princípio da soberania nacional.

Médite-se enfim: sem forças terrestres, o govêrno francês poderia intervir fora da Europa, se os interesses ou os compromissos da França o exigissem?

II — ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO

Para se opor à invasão e depois prolongar a luta no interior do território nacional, o exército articula-se em forças de manobra e forças territoriais.

As forças de manobra devem ser capazes de reagir conforme as ações de seu adversário terrestre, de dosar sua resposta de acordo com a importância que o governo dá à partida que está sendo jogada.

Diante do valor das forças ditas clássicas, na Europa, somente o fogo nuclear permitirá às nossas tropas não serem submersas pelo número.

Porque o fogo nuclear é, hoje em dia, no campo de batalha terrestre, o fator mais rapidamente adaptável à importância da ameaça do inimigo, desde que servido por um conjunto de meios adequados, do qual as forças terrestres constituem o elemento essencial.

Até o advento deste tipo de arma, o poder de fogo das forças terrestres, no campo de batalha, estava disseminado em numerosas armas de alcance geralmente pequeno.

A arte da manobra residia, essencialmente, na combinação de movimentos que levassem a pontos bem escolhidos uma massa de fogos, isto é, de tropas, superior à do adversário.

Depois, pela brecha assim aberta no dispositivo de fogos do inimigo, eram lançadas as tropas, de tal sorte que assegurassem, de novo, uma superioridade local de fogos que, pouco a pouco, conduzia à destruição física ou moral das forças adversas.

A relativa fraqueza dos meios de fogo, em potência e alcance, forçava a manobra a terminar pelo confronto, próximo, das forças, cujos elementos — as armas tradicionais — eram poucos ou demais, e por vários motivos, dotados de uma capacidade de destruição comparável à dos adversários.

O advento do fogo nuclear, o alcance cada vez maior das armas, e a potência crescente, com pequeno volume, das cabeças nucleares, trazem um fator revolucionário à tática.

O fogo nuclear permite destruir qualquer objetivo, mesmo tropa, desde que se conheça a natureza e o dispositivo com um certo grau — aliás variável — de precisão.

As condições teóricas de destruição do adversário tornam-se, desde logo, ainda mais simples do que aquelas que du Bellay desejava: "Se o exército soubesse o que faz o exército" dir-se-ia hoje "se o exército soubesse onde está o exército, o exército denunciaria o exército".

É, pois, em torno do fogo nuclear que se organizam as forças.

A informar: onde se encontra o inimigo? Em que momento e onde suas forças de invasão estarão mais vulneráveis à ação dos fogos nucleares?

Nossos meios devem ser estruturados, em sua essência, para responder a tais questões. Quanto àqueles desses meios que ainda terão por missão tomar contato com o adversário, pode-se dizer, sem grande risco de erro, ser necessário e suficiente que sejam organizados e armados para conseguir essa informação e ganhar os prazos necessário à sua exploração.

Assim, a batalha reduz-se a trocas de descargas de fogos nucleares, entrecortadas de fases durante as quais cada um dos adversários esforça-se por precisar o dispositivo do outro por tôdas as fontes possíveis de informação, inclusive êsses contactos de forças que se insiste em denominar indevidamente de **manobra**, quando a manobra que regula tôdas as outras é a dos planos de fogos nucleares.

Tiremos algumas conclusões dêste primeiro exame dos fatores de poderio de um exército.

Primeiramente, verifica-se que, uma vez desencadeada, e se os poderes nucleares disponíveis são grandes, a batalha atinge rapidamente seu paroxismo. As perdas são de tal monta que as forças empenhadas, sobretudo as mais vulneráveis pela informação, ficam, em curto espaço de tempo, — algumas horas, alguns dias — fora de combate.

A batalha, pois, será breve, desde que ponha em jôgo o átomo — e para nós é evidente que o átomo deverá ser rapidamente pôsto em jôgo, no caso de agressão caracterizada.

Somente um grande escalonamento em profundidade de forças numerosas, poderia permitir tal batalha durar.

Para quem não pode ou não quer dispor de forças tão numerosas, ou para quem não dispõe de espaço para o desdobramento necessário, é, pois, inútil equipar-se para batalhas demoradas.

Desde logo, o combate só tem um objetivo, a vitória, pela destruição ou capitulação das forças armadas inimigas. Não tem outro fim, tornamos a dizê-lo, que forçar o adversário a revelar suas intenções sem equívoco, que o convencer em seguida, pela violência da resposta de que somos capazes, de que o governo está disposto a enfrentar, se necessário, os riscos da guerra termonuclear e, por isso mesmo, dissuadir o agressor de prosseguir em sua empreitada.

Notemos que, tendo sido montadas as forças de manobra “em torno” da arma nuclear, a distinção entre “forças clássicas” e “forças nucleares” vem a ser arbitrária. É de uma espécie de “sistema de armas” que se trata.

Seria deplorável entretanto que, privado de suas armas nucleares, este conjunto perdesse toda eficácia.

Porque as circunstâncias podem ser tais que um certo prazo se passe, antes que as forças sejam autorizadas a utilizar suas armas nucleares.

É preciso, também, que elas sejam capazes de explorar a neutralização das forças adversas, completando a destruição com suas armas clássicas.

Enfim, devem estar aptas a intervir em qualquer ação menor, sem recorrer às suas armas nucleares.

Assim foram concebidas, com efeito, nossas forças de manobra.

Estas forças serão dotadas de armas nucleares.

Terão boa mobilidade em qualquer terreno e, algumas delas, graças ao helicóptero, uma grande mobilidade sobre o terreno.

Possuirão numerosos meios de detecção de alvos, eletrônicos e outros.

Serão, na maioria, blindadas, para assim ficarem tão bem protegidas quanto possível contra os efeitos térmicos, de sopro e de radiação das explosões nucleares. As que não forem blindadas, serão capazes de rapidamente se enterrarem.

Disporão de um bom poder de fogos, sobretudo de fogos anticarro, que as tornem aptas a combater dispersas em unidades de pouco volume.

Serão dotadas de boa defesa antiaérea, média e baixa.

Enfim, como seria perigoso contar com prazos longos de mobilização, as forças de manobra de cobertura estarão com 100% de seus efetivos, enquanto que as estacionadas na metrópole disporão de 80%.

Assim, pois, blindadas e mecanizadas em parte, e muito móveis em qualquer terreno, em parte não blindadas mas providas de heli-transporte de manobra rápida, todas fortemente dotadas de armamento anticarro e de uma boa defesa antiaérea, baixa e média, aplicadas à procura e exploração das informações e para isso equipadas, capazes de enterrar rapidamente o pessoal e o material, preciosos, não protegidos, — assim serão as forças que, por volta de 1970 servirão às armas nucleares do exército.

Elas serão dotadas, também, de uma certa potência clássica.

Mas as forças de manobra, incluídas nas forças de cobertura da OTAN ou colocadas em reserva nacional, não são mais que uma das peças do sistema de defesa terrestre da França.

Porque as forças de defesa territorial têm um papel capital no conjunto de nossas forças armadas.

Com efeito, é claro que a potência e o alcance das armas, bem como a grande dispersão das forças em presença farão com que a batalha se estenda a centenas de quilômetros de profundidade. Para a batalha da Alemanha, os Países Baixos, a Bélgica e a França serão a retaguarda imediata das forças de cobertura.

Uma das missões das forças operacionais de defesa territorial será garantir a segurança dessas retaguardas contra as incursões inimigas de todo tipo por via terrestre, aérea ou marítima, bem como contra as tentativas de subversão que as acompanhem. A proteção das áreas sensíveis, e mais particularmente das zonas em que serão desdobrados os meios estratégicos de intervenção nuclear, entra no quadro dessa missão.

Ademais, se a França fôr invadida, as forças operacionais de defesa territorial devem estar aptas, por sua organização, armamento, logística e instrução, a passarem a ações de guerrilha.

Essa missão é válida para as formações divisionárias, como para as brigadas de defesa, da reserva e da ativa.

A organização dos regimentos de infantaria das brigadas territoriais em grupamentos de "comandos" e a instrução dos "comandos" respondem a essa preocupação.

A reorganização e a simplificação da mobilização, o aperfeiçoamento do método de instrução das reservas, que estão em vias de execução, permitirão pôr de pé rapidamente as formações da reserva.

Forças de defesa capazes de prolongar a duração da resistência nacional constituem, pois, uma das armas mestras da dissuasão.

Mais do que qualquer outra força, simbolizam elas, sem dúvida, a vontade da França de se bater até o fim por sua liberdade.

É preciso, ainda, que estas tropas tenham a vontade de se bater e que esta vontade seja conhecida.

Não é, afinal, na vontade dos homens que residem a força e a credibilidade da dissuasão?

Forças de manobra, forças operacionais de defesa territorial — eis aí esboçadas, em grandes linhas, as forças do exército que têm por missão principal garantir a soberania nacional.

Além disso, o exército constituiu uma força destinada a intervir onde os interesses e os compromissos da França o exijam, particularmente nos países africanos, aos quais nos ligam acôrdos de defesa.

Essa força terrestre não é, aliás, senão uma das componentes de uma força de intervenção, onde combinam os meios terrestres, marítimos e aéreos.

São tropas de armamento clássico, nas quais predomina a infantaria, mas uma infantaria aeromóvel, pára-quedista ou aerotransportável. Algumas dessas tropas recebem também treinamento anfíbio.

Tropas da mesma natureza estacionam no além-mar, em vanguardas. Asseguram a proteção da infra-estrutura aérea e portuária, e a proteção dos estoques de toda a espécie, necessários à rapidez da intervenção.

Tôdas estão, permanentemente, com 100% de seus efetivos.

É conveniente notar que, embora destinadas à intervenção imediata no exterior, estão também aptas, em caso de conflito na Europa, a executar as missões das forças de manobra e, em particular, ao lançamento de comandos de infantaria, anticarro, e de destacamentos de informação, no interior do dispositivo inimigo.

III — VALOR E NATUREZA DAS FORÇAS

Forças de manobra, entre as quais as de intervenção no exterior, forças operacionais de defesa territorial, forças estacionadas no além-mar, o valor total das forças do exército foi fixado em 350.000 homens, que assim se distribuem:

- dois corpos de exército a cinco divisões mecanizadas, das forças de manobra;
- uma divisão de intervenção a três brigadas, das quais duas pára-quedistas;
- nove brigadas de forças territoriais;
- os elementos estacionados no além-mar.

Com a mobilização, em um prazo que não ultrapassa a três dias, este número será elevado a cerca de 750.000 homens.

A maior parte dos efetivos mobilizados destina-se às forças territoriais, que constituem brigadas de reserva e regimentos divisionários.

Em 1960, o exército mobilizava 1.500.000 homens; é verdade que necessitava de 30 dias para mobilizá-los.

IV — REALIZAÇÃO

Eis o plano para 1970.

Como será executado?

Seria pueril negar que a força nuclear estratégica nacional pesa muito sobre o orçamento das armas denominadas — sem razão — clássicas.

Mas a posse desta força é uma necessidade para um país que quer estar, ele próprio, dentro da estratégia geral do mundo. Além disso, indiretamente, o desenvolvimento da técnica e da produção do armamento nuclear estratégico valoriza, consideravelmente, os exércitos.

O exército deve, pois, contribuir com sua parte para a construção do edifício.

Deve, também, entretanto, preparar-se para o futuro, para que suas forças continuem a todo momento coerentes.

Assim, o plano foi de tal modo concebido que a qualidade, tanto do pessoal como do material, jamais seja sacrificada pela quantidade, e que os diferentes componentes do exército conservem o caráter de corpo dinâmico, capaz de evolução.

Por moderado que seja, este programa não é de fácil realização. Os obstáculos são numerosos.

Assinalemos os mais evidentes.

O serviço militar, por exemplo.

Reduzidas ao total de 620.000 homens, as forças armadas não poderão mais incorporar, a partir de 1966, a totalidade dos 310.000 incorporáveis do contingente, num serviço militar universal e idêntico para todos, de 18 meses. Será preciso, então, encontrar uma fórmula que concilie as necessidades contraditórias de universalidade (da qual, entre parênteses, a França será em breve o único defensor), de eficácia (pois de que serve um bom exército mal instruído e jamais disponível?) e de manutenção pouco custosa (porque a posição de prima da segurança é sempre cara ... antes).

Bons espíritos, que lamentam a falta de imaginação dos Estados-Maiores, propõem, às vezes com veemência, soluções sedutoras e platonicas. Elas pecam, freqüentemente, pela generosidade de seus autores, que desdenham a vulgaridade das somas. Porque os balanços exatos são, infelizmente, freios cruéis à imaginação.

Continuamos, também, a pensar ser a solução menos má para o problema, tal como se nos apresenta, o serviço de 18 meses, em princípio universal, mas praticamente seletivo, não diferenciado, com possibilidade de baixa do serviço antecipada de um ou dois meses.

É preciso, ainda, que recrutemos os engajados necessários, cerca de 16.000 por ano, se não queremos aumentar o volume já considerável dos efetivos para instrução e se desejamos pôr um fim ao desperdício dos créditos de instrução, inerente à escassez atual de engajados.

A formação de um atirador de míssil anticarro custa 85.000 francos e dura dez meses. Um atirador "serve" seis meses. Cada mês de serviço custa pois, tecnicamente, perto de 15.000 F.

Ora, o número de engajados em 1963 foi de 3.600, em vez dos 16.000 necessários.

Para corrigir essa situação, — mortal para o exército, porque sem uma infra-estrutura de suboficiais e de especialistas qualificados um exército nada vale — foram tomadas medidas de modo a dar um novo atrativo à carreira de suboficial.

Criação de uma escola nacional de suboficiais em Saint-Maixent, que leva os alunos, suboficiais de todas as armas, a adquirir consciência da importância e dos deveres de seu quadro. Criação de uma escola de suboficiais técnicos, em Issoire, onde os jovens recebem, em três anos, formação técnica completa de mecânico de automóvel, de eletricista de automóvel e de técnico em eletrônica. O aperfeiçoamento da cultura geral e de conhecimentos técnicos não especificamente militares são também cuidados, de modo a permitir que o suboficial encontre, no fim do contrato, um emprego no setor civil.

Mas o projeto que parece despertar mais interesse dos suboficiais, refere-se à criação do corpo de oficiais técnicos, que lhes abrirá, amplamente, o acesso ao oficialato.

Este projeto, cuja realização é urgente, inscreve-se, aliás, naturalmente, na curva de evolução dos quadros subalternos de todas as coletividades.

O conjunto dessas medidas, às quais se acrescentam outras de caráter imediato, como o aumento das quotas de engajamento e reenajamento, começa a dar resultados.

O licenciamento de nossos suboficiais, aos 10 ou 15 anos de serviço, diminuem, enquanto que os engajamentos aumentam. No primeiro trimestre de 1964, os engajamentos foram 60 a 65% mais elevados do que no mesmo período de 1963.

Estamos longe, contudo, dos 4.000, em média, por trimestre, necessários.

Mas, por embaraçosas que fôssem tais dificuldades, não poderia-mos esperar vê-las resolvidas sem um considerável esforço na instrução, de que necessitavam quadros e tropas para se pôr à altura das técnicas e táticas atuais e, sobretudo, colocar-se em condições de seguir a evolução rápida do amanhã.

É que, com efeito, a uma vintena de anos, a maior parte do exército francês instruía-se, na Indochina e depois na Argélia, numa forma de guerra assaz enganosa, que é a guerra anti-subversiva, em países de raça e civilização exóticas.

Não tinha nem tempo, nem o gosto de pensar, êle próprio, nos problemas de uma guerra na Europa, mais precisamente, de uma guerra nuclear. Deixava esta preocupação inteiramente a seus aliados.

Citemos, somente para exemplificar, que, até recentemente, o curso de admissão à Escola Superior de Guerra não exigia nenhuma noção de tática na guerra nuclear.

Foi, pois, necessário criar esta corrente de pensamento, suscitar a curiosidade e a crítica. Grupos de estudos táticos franceses há três anos estão empenhados nessa tarefa e, pela agitação que causam, pelas indignações que provocam nos círculos responsáveis, é permitido acreditar que não perderam seu tempo.

Foi preciso, também, dirigir o olhar de nossos jovens oficiais para mais além do campo de batalha da guerra psicológica, para outras disciplinas negligenciadas, quando não desprezadas, as ciências técnicas e sociais, por exemplo.

O resultado ultrapassou as esperanças.

Pois estes guerreiros da jungle e dos djebels, que nada mais viam senão revoltas e desordens — e que foram bem servidos — lançaram-se

com o mesmo ardor, e a mesma inteligência, nesse nôvo campo de atividades.

Formamos no ano passado: 3 doutôres e 3 licenciados em física nuclear, 35 engenheiros (Escola Superior de Eletricidade, Pontes e Aterros, Engenharia Nuclear), 9 diplomados (Instituto de Psicologia, Instituto de Estatística) e nossos jovens oficiais obtiveram resultados brilhantes em faculdade de ciências (certificados de estudos superiores de matemática, física, química (M.P.C.), e de ciências físicas, químicas e naturais (S.P.C.N.).

Entre 89 inscritos, 83 foram bem sucedidos na sessão de junho e 3 na de outubro.

Na Faculdade de Paris (certificado M.P.C.), a única menção muito bem foi conseguida por um capitão. Já em 1962, a totalidade das menções muito bem fôra concedida a oficiais. Em sua especialidade, onde representam apenas 29% dos candidatos, os oficiais obtiveram 51% das menções.

Este entusiasmo pela cultura científica, com o resultado alcançado, permitem-nos esperar, para os próximos anos, uma média de 15 doutôres ou licenciados em ciências, por ano.

Com tais vontades, o exército pode ter sólidas esperanças.

Entretanto, assim fazendo, não nos rendemos ao slogan da guerra do apertado botão.

Porque pensamos que as virtudes do homem combatente ainda têm, e terão por muito tempo, seu lugar na guerra.

Para fazer face à ameaça do átomo, é preciso que os combatentes estejam inflamados da vontade de se bater até o fim, apesar das condições físicas e psíquicas extremas a que ficarão sujeitos.

É isto a guerra total, para a qual todos, seja quem fôr e onde estiver, devêm estar preparados.

A formação "comando" parecer ser a melhor para êste enrijecimento físico e moral. Tal, deve ser, para o futuro, a formação básica do combatente, e para isso foram organizados os centros de treinamento de "comandos". Esta formação exige de todos, e sobretudo dos quadros de oficiais e suboficiais, treinamento físico permanente e vontade de dar o exemplo.

Assim serão treinadas, entre outras, tôdas as forças ditas de infantaria e, em particular, as forças territoriais de infantaria.

A boa velha infantaria, rainha decaída das batalhas, que cada francês conhece, ou acredita conhecer, tema banal de uma ironia fácil, esta boa infantaria foi superada.

Mas no campo de batalha de hoje e de amanhã, o homem ou o pequeno grupo de homens, com o poderio que lhe confere o arma-

mento leve moderno, conserva um valor temível, se foi treinado para sobreviver e combater isolado em meio inimigo.

Certamente, esta formação "comando" não exclui nenhuma das categorias técnicas inerentes ao armamento moderno: técnico em eletrônica e técnico em balística de foguetes, operador de radar, rádio-operador, operador de televisão, motorista e mecânico de carro e piloto e mecânico de helicóptero...

Mas se tudo isto é dispendioso, é também, em suma, realizável. Questão de planificação, orientada com a estrita preocupação de rendimento e economia.

O importante é dar aos nossos quadros, às nossas tropas, a vontade de fazer face ao ciclone da guerra nuclear e de se bater até o fim.

Aí está a essência da dissuasão.

E o material?

O plano do exército prevê desenvolvimento coerente dos meios de fogos nucleares e dos "complementos" que constituem os conjuntos mecanizados e blindados que servem a esses meios de fogos nucleares.

Quanto aos conjuntos mecanizados e blindados, seus principais materiais estão ou já realizados em protótipos e experiência, ou em estudos muito avançados.

O sistema blindado tem por peça principal o carro de 80 t., que parece ser um dos melhores, senão o melhor, entre os carros de sua geração. Admite grandes aperfeiçoamentos, tais como o telêmetro Laser e o lança-mísseis rápido. Provavelmente esta família de blindados não estará obsoleta antes de 1975.

O chassi AMX 13 t. será substituído por um chassi anfíbio de cerca de 8 t. O protótipo atualmente em ensaio traz bons prognósticos sobre seu emprego, quer como carro de combate, quer como transporte de tropa.

Os lança-foguetes e os mísseis anticarro são excelentes e estão em constante aprimoramento quanto à eficácia do sistema de direção, ao peso e à flexibilidade.

Os helicópteros Alouette II e Alouette III continuam em serviço, como meios de ligação, observação e reconhecimento. Seu emprego como anticarros dá muito bons resultados, em certas condições do combate.

O helicóptero de manobra, Alouette IV, atualmente em estudo na Sud-Aviation, voará no começo de 1965. Este helicóptero, de uma carga útil de 1t.5, capaz de uma velocidade de 300 km/h e de voar todo tempo, muito maleável, capaz também de autopropulsão no solo, com o motor parado, será o meio de manobra rápida na zona de combate. Ele facilitará, em particular, a intervenção contra as infiltrações blindadas profundas, colocando comandos anticarros de infantaria nas direções ameaçadas.

A defesa antiaérea ficará assegurada à meia altitude pelos Hawk que estão sendo fabricados, a baixa altitude pelos mísseis ditos "tempo limpo", dos quais o protótipo é esperado para 1966, e pelos canos duplos de 30 mm sobre chassi AMX.

Quanto aos meios mecânicos e eletrônicos que participam da busca de informações, também aí o armamento francês não está em atraso quer se trate dos radares de infantaria, de artilharia e de vigilância do campo de batalha, ou quer se trate dos aviões controlados pelo rádio, ou dos diversos sistemas de comunicações, entre os quais a televisão.

Assim, pois, quanto à concepção e à realização dos vários tipos de material, o plano do exército é capaz de desenvolvimento coerente. A parte executada pelos estudos abrange o futuro mais distante.

Definitivamente, o sistema "armas atômicas táticas — forças mecanizadas" terá todo seu sentido por volta de 1970, e atingirá sua potência entre 1970 e 1975.

A lei-programa que este ano será submetida ao Parlamento, materializará este plano de desenvolvimento para o período 1965-1970.

A 11ª Divisão e seus apoios, que constituem os componentes terrestres da força de intervenção, conservarão sua forma atual.

Receberão apenas, daqui a 1970, alguns melhoramentos quanto a pormenores.

As forças territoriais da ativa estarão constituídas, em sua quase totalidade, em fins de 1964, e serão equipadas, progressivamente, com um armamento adaptado a seu modo de atuação.

Eis as perspectivas oferecidas ao exército, num futuro de uma dezena de anos.

Desejariamos, sem dúvida, que os prazos de organização de uma força terrestre moderna fôssem mais curtos.

Desejariamos, sem dúvida, que essa força fosse mais numerosa.

Mas a realização da força nuclear estratégica nacional tem esse preço.

E a França deve a si mesma a obtenção desse instrumento de poder, único capaz de lhe permitir ocupar seu lugar na estratégia geral.

A execução da dissuasão exige, entretanto, um arsenal mais complexo. Forças táticas dotadas de armas nucleares são um complemento indispensável da força estratégica nacional.

E dentre essas forças táticas, para um país continental como a França que tem a invasão às suas portas, o exército continua insubstituível.

Para a sobrevivência nacional, ele será essencial.

QUESTÕES DE DIREITO

Gen-Ex T. A. ARARIPE

Transcrito da Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1º semestre de 1964.

1. O Marechalato e o Almirantado — Notas para estudo histórico-jurídico — Modéstia contradita a um Parecer

I

Volta ao foco o problema da promoção dos marechais e almirantes para a reserva.

Ensinam os mestres da Hermenêutica e dentre eles Carlos Maximiliano que, “para aplicar bem uma norma jurídica, é insuficiente o esforço adstrito ao propósito de lhe reconhecer o sentido objetivo, a significação verdadeira”.

O executor da norma há que descobrir e determinar também o alcance e a extensão da norma legal.

Os aplicadores do Direito, seja qual fôr a sua orientação teórica, excetuados apenas os retardatários, fanáticos da exegese filológica, esmeram-se em compreender e também completar o texto; suprem-lhe as deficiências, preenchem as lacunas.

Nunca subsiste o extremo aprêço ao processo dogmático, rígido e silogístico.

II
Será fonte de erros, despautérios e injustiças, com o abandono dos preceitos reguladores da interpretação.

Não se deve deixar de lado o Direito comparado em institutos congêneres.

Para conhecer bem o Direito, cumpre familiarizar-se com os fastos da civilização.

O Direito não se inventa, êle é produto lento de evolução adaptado ao meio; com o acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para o compreender bem. Só as pessoas estranhas à ciência jurídica acreditam na possibilidade de se fazerem leis inteiramente novas,

crêem ser um código obra pessoal de A e B. O autor aparente de norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização.

Mais importante do que a história geral do Direito é, para o hermenêuta, a especial de um instituto e em proporção maior a do dispositivo ou norma submetido à exegese.

A lei aparece como último elo de uma cadeia, como fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.

Interfere também o "ocasio legis".

Nenhum acontecimento surge isolado; como explicar a sua origem, razão de ser, ligação com os outros resulta compreender melhor êle proprio. Precisa pois o aplicador do Direito transportar-se, em espírito no momento e ao meio em que surgiu a lei e aprender a relação entre as circunstâncias ambientes, entre outros fatos sociais e a norma.

A fim de descobrir o alcance eminentemente prático do texto, coloca-se o intérprete na posição do legislador; procura saber porque despontou a necessidade e qual foi primitivamente o objeto provavel da regra escrita ou consuetudinária; põe a mesma em relação com tôdas as circunstâncias determinantes do seu aparecimento, as quais, por isso mesmo, fazem ressaltar as exigências morais, políticas, sociais, econômicas e até mesmo técnicas, a que os nossos dispositivos deveriam satisfazer.

— oOo —

Esta longa súmula talvez um pouco fastidiosa, serve para lembrar o valioso processo intelectual a que se submeteram nossos M. M. Juizes e renomados juristas ao deferirem a promoção de oficiais-generais aos postos de marechal e almirante.

II

Objetam os pareceristas e os aplicadores da lei:

- não existirem os postos de marechal e almirante em tempo de paz;
- só ser possível a promoção a êsses postos em caso de guerra;
- não formarem jurisprudência nem contribuírem para impor norma administrativa os arestos do Egrégio Supremo Tribunal Federal, em Mandados de Segurança a respeito;
- não caber, portanto, o direito de promoção a Marechal e Almirante para a reserva.

III

Ousamos, no nosso fraco entendimento, opor a essa conceituação o seguinte :

1º. O Marechalato e o Almirantado existiram, com tradição multissecular, em vários exércitos e marinhas, na paz, exprimindo antes uma dignidade, um título honorífico do que situação funcional específica de comando ;

2º. A idéia de que o Marechal e o Almirante foram criados para comandar na guerra cedo foi abandonada; apenas esporadicamente houve Marechais e Almirantes com o encargo de comandar tropas e frotas em operações de guerra ;

3º. Com a cessação de obrigações militares, a não ser o atendimento à convocação em caso de guerra, o posto, na reserva remunerada ou não, deve, no mesmo sentido, ser considerado como título honorífico, com vantagens e prerrogativas ;

4º. Os arestos de Habeas Corpus e Mandados de Segurança, embora nem sempre se elevem, no caso singular, à situação de coisa julgada, formam, na constância e na semelhança, jurisprudência e nada impede sejam tidos como normas administrativas.

IV

1º e 2º. O Marechalato e o Almirantado existiram, em tradição multissecular, em vários exércitos e marinhas, na paz, exprimindo antes uma dignidade, um título honorífico, do que situação funcional específica de comando. Por volta do século XIV, D. Fernando, de Portugal, substituiu o posto de *Alferes-Mor* pelos de *Condestável* e *Marechal*, aquêle para dirigir a guerra em toda a sua plenitude e este para seu substituto imediato. *Marechal* vem do latim popular *Marechallus* ou antes de *Mareschalcus*, da palavra teutônica *mur*, cavalo e de *schalk*, servidor (N. Landrais — Dictionaire Français).

Na Marinha, os dois postos mais elevados eram *Almirante-Mor* do Reino e *Capitão-Mor* do mar.

Já no fim do século XV, esses postos de *Condestável*, *Marechal*, *Almirante-mor* e *Capitão-mor* do mar subsistiam apenas em caráter honorífico, hereditário, em certas famílias nobres e a título de benefício régio (Carlos Selvagem — Portugal Militar).

Na expedição de D. Sebastião em África, os referidos postos haviam desaparecido, pois que o próprio rei desempenhava as funções de Comandante-Chefe, secundado por um Mestre-de-Campo General, espécie do atual Chefe de Estado-Maior General.

Com a reestruturação de 1640, sob D. João IV, foram criados os cargos de *Mestre-de-Campo General e Capitão General das Armas do Reino*, os quais como comandante-chefe do Exército, presidiam ao Conselho de Guerra.

Foram conservados, como simples cargos honoríficos, o Marechal do Reino e o Capitão-mor de Ginetes (Carlos Selvagem, *idem*).

Nas campanhas da Restauração não aparece nenhum posto de *Marechal* português.

Só na campanha de 1762, aparece em Portugal o Conde de LIPPE, nomeado *Marechal-General* para comandar o Exército na paz e em operações de guerra.

Note-se que, nesse século XVIII, surgem alguns *Marechais*, legendários na França e na Espanha, ainda como títulos honoríficos, impostos após as campanhas em que atuaram como generais. Não se sabe se foram promovidos a *Marechais-de-Campo* ou *Marechais de Exército*.

A Revolução francesa, que começara por abolir as condecorações honoríficas, instituiu mais tarde, além das promoções por distinção, outras recompensas militares — a Legião de Honra, os títulos honoríficos e principalmente o *Marechalato*.

Napoleão Bonaparte aproveita essa idéia e atribui aos seus Comandantes de Corpo de Exército o posto de *Marechal*, título que conservariam, mesmo que não mais estivessem no exercício de comando.

No século XIX, a dignidade máxima da carreira militar estava no título de *Marechal de França*, atribuído, em regra, não para as operações de guerra, mas após estas, como recompensa dos altos serviços prestados, título que assegurava prerrogativas e vantagens da atividade enquanto vivesse.

Esse uso prevalece até os nossos dias.

Os EE.UU. dão tratamento muito especial aos seus Generais de cinco estrélas.

No Brasil, com a proclamação da Independência, o Governo Imperial conservou os *Marechais-de-Exército* e os Almirantes portugueses que haviam aderido à causa do Brasil.

Nessa época, o inglês Thomam Crockrane foi contratado como primeiro *Almirante*. Os títulos permaneceram sem que ocorressem funções de comando.

Daí por alguns anos não se tem notícias de promoção a *Marechal* e *Almirante* da ativa, mas continuaram as reformas nesses postos.

Os Comandantes-Chefe nas operações no Sul eram, em regra, tenentes-generais, vice-almirantes, Chefes-de-Esquadras. O Marquês de Barbacena e o Conde de Caxias lá estiveram como tenentes-generais.

Barbacena e Carlos Lecor só serão Marechais-de-Exército em 1828 e 1838, respectivamente, depois de cessada a luta.

A resolução da Assembléia Geral Legislativa, promulgada por José Clemente Pereira, em 1 de dezembro de 1841, e que mandou organizar o quadro do Exército e da Armada consigna os postos de Marechais-de-Exército e de Almirante. (Santos Titara — O Auditor brasileiro).

Não sabemos se, após essa resolução, houve promoções de Marechal e Almirante para a ativa.

Mais tarde, a Lei n. 648, de 18 de agosto de 1852, que fixava as forças de terra para 1854, estabeleceu no art. 6º:

“o posto de Marechal-de-Exército só será preenchido quando o Governo julgar conveniente.”

Assinale-se, desde já, que o entendimento é o *preenchimento do quadro* da ativa e não para a reforma onde não há quadro limitado.

Tanto era assim que, logo depois foram reformados o Marechal Miranda e Brito (22-IV-1852), João Paulo dos Santos Barreto (27-XI-1855), João Carlos Pradal (7-VII-1856), etc.

Em 1862, o Marquês de Caxias foi elevado a Marechal-de-Exército graduado. Não era nessa época comandante de tropas em operações e sim Presidente do Conselho de Ministros.

Nomeado, em 10-X-1866, Comandante-Chefe das tropas brasileiras em operações no Paraguai, foi, três dias depois, efetivado como Marechal-de-Exército.

Creio que êle e o Conde D'Eu foram os únicos Marechais-de-Exército a exercer o comando em chefe em operações. Depois de Caxias, alguns outros tenentes-generais foram elevados a Marechais graduados e depois reformados como Marechais-de-Exército.

Osório, por exemplo, faleceu como Marechal-de-Exército graduado.

Foram Marechais-de-Exército efetivos: Câmara, o Visconde de Pelotas, Deodoro da Fonseca, o Generalíssimo Augusto César da Silva, o Barão de Maracaju, o Barão de Forte Coimbra, Floriano Peixoto, o Barão de Rio Apa, Isidoro Fernandes, José Clarindo de Queiroz, Falcão da Frota, Almeida Reto, José Simião de Oliveira, Conrado Niemeyer, etc. Os saneadores da República, na fúria saneadora, mantiveram, pela lei de organizações de 1890, bom número de Marechais-de-Exército no quadro de oficiais-generais da ativa.

O Exército possuiu, na ativa e na reforma, nomes de Marechais muito lembrados — Luz, Moura, Costallat, Nepomuceno Mallet, Cantuária, Machado Bittencourt, Argolo, Hermes da Fonseca, Francisco Marcelino de Souza Aguiar, etc.

V

3º. *O posto na Reserva, Remunerada ou não, deve, no mesmo sentido, ser considerado como título honorífico, com as vantagens e prerrogativas da lei.*

É pacífico que, com a passagem para a Reserva, cessam as obrigações militares do Oficial. Só fica de pé a obrigação de apresentar-se na convocação em caso de guerra. Na Reserva, não tem encargos; não tem obrigação de comparecimento; não usa uniforme e nem pode usá-lo, senão em casos expressos; se em trajes civis, não faz continência nem tem direito à mesma. É, em verdade, um cidadão civil, com pensão, arrolado para o serviço na eventualidade de guerra e com reminiscências da carreira, o que ninguém pode roubar-lhe.

Só em casos excepcionais, responde, como qualquer civil, por crime contra as instituições militares.

Por uma aberração e falso preconceito, teimam as autoridades do Estado em sujeitá-lo ao Código Disciplinar, no intuito de prendê-lo à instituição por dois cordões, dos mais ingratos — a paga vil e a pena cruel.

Por tudo isso, o posto de Marechal na reserva, com honras, prerrogativas e vantagens, existiu em todos os tempos e regimes, sem que os titulares tivessem encargos específicos e sem que sua posição prejudique a escala hierárquica das forças operativas.

Assim entendeu o Congresso Constituinte, quando deu honras ao Insigne Marechal Mascarenhas de Moraes. Não criou posto novo, pois que o mesmo existia e, o que é mais, não havendo encargos fixados para o mesmo, discriminou estes.

O mesmo acontece com o Almirante. A começar por Tamandaré. Houve depois Jaceguai, Júlio de Noronha, Barão de Ivinhema, Bacelar Guilhobel, Alexandrino de Alencar e outros.

Nos últimos anos, foram transferidos para a reserva dezenas de Marechais e Almirantes.

Ainda recentemente, no atual quinquênio governamental, foi retificada, com justiça, a transferência do insigne Marechal Alvaro Fiuza de Castro (fevereiro — 1961).

Cita-se a Lei de Organização do Exército de 1908, que só admitia a promoção ao posto de Marechal em tempo de guerra. Mesmo depois dessa Lei, vários foram os Generais-de-Divisão graduados em Marechal e reformados neste posto. De memória, cito Caetano de Faria, Vespasiano de Albuquerque, Carneiro da Fontoura e Setembrino de Carvalho.



VI

Exegese.

Os exegetas da Lei de 1908, que era uma lei que alcançava apenas a Organização do Exército em tempo de paz, não entenderam ter sido ex-

tinto o posto de Marechal, como querem os de hoje. Nem o poderiam assim entender porque a simples citação do posto era indício de sua existência na escala hierárquica.

Parece-nos, em nossa modesta compreensão, que, tanto a lei de 1908, como o Estatuto dos Militares de 1946, são orientados por falso conceito de que o Marechal e o Almirante são postos de comando na guerra e que essas leis se aplicam aos oficiais da Reserva. E, contudo, curial que elas legislam para o pessoal da ativa.

Por outro lado, o exame de seus dispositivos, levantam, por si sós, séria dúvida quanto ao sentido que os pareceristas lhes atribuem.

Esses dispositivos rezam :

"os postos de Marechal e Almirante só poderão ser preenchidos (o grifo é nosso) em tempo de guerra."

É evidente que, não havendo quadros limitados na Reserva e na Reforma, não ocorre nelas o preenchimento de postos, máxime em tempo de guerra.

Só o *animus contundente* pode encontrar correlações para confundir o preenchimento de postos com a transferência para a Reserva, que é a finalidade das leis que outorgam o direito dessa transferência em posto imediato. Não há aí referência a preenchimento de postos ou claros.

VII

4º. Os *arestos de Habeas-Corpus e Mandados de Segurança*, embora nem sempre se elevem, no caso singular, à situação de coisa julgada, formam, na constância e na semelhança, jurisprudência e nada impede sejam tidos como normas administrativas.

Sem embargo de copiosa doutrina contraditória em torno do Instituto da *Res judicata*, a verdade é que Tribunais, Juizes e órgãos administrativos aplicam constantemente como pacífica a regra :

"a similitude de situações deve necessariamente resultar igual tratamento administrativo decorrente da lei e dos fatos provados exuberantemente."

Os Juizes decidem constantemente buscando os arestos anteriores, em respeito à jurisprudência e estendem o decidido, aos casos idênticos, em ato justo e de louvável economia processual.

O mal estaria em contrariar a coisa já decidida...

Não se dê tom absoluto à fórmula — o Juiz não legisla. Não se deve desconhecer as amplas atribuições do Juiz Moderno.

"O magistrado não procede como insensível e frio aplicador mecânico de dispositivos, porém, como órgão de aperfeiçoamento destes, intermediário entre a letra morta dos Códigos e a vida real, apto a plasmar com a matéria-prima das leis uma obra de elegância moral e útil à sociedade. Não o consideramos autômato e sim árbitro da adaptação dos textos às espécies ocorrentes, mediador esclarecido entre o direito individual e o social" (Carlos Maximiliano, *idem*).

Não há sutilezas que possam negar os benefícios que o Legislativo, livremente e como expressão da vontade popular, atribuiu aos mais velhos servidores da Pátria (alguns com quase 50 anos de carreira), serviços prestados com dignidade e sacrifícios.

Justo reconhecimento de situação meritória!

2. O Oficial da Reserva e os Regulamentos Disciplinares (uma opinião)

Ocorre nestes últimos tempos a aplicação pelo comando militar de punições disciplinares aos oficiais na Reserva, á pretexto de manifestação pela impureza de opiniões políticas.

Isso constitui preconceito infundado, sem embargo do ponto de vista do Supremo Tribunal Federal. É o que procuraremos provar nas linhas a seguir :

"A disciplina é, como se sabe, poderoso instrumento de coesão das Forças Armadas, mais do que em outras instituições; é um *sine qua non* à persistência do prestígio e do poder lícito de que dispõe. Mas a disciplina que é poderoso instrumento de coesão das Forças Armadas exterioriza-se através de atos de administração dessas mesmas Forças Armadas naquilo que há de imediato, mas para o alcance de fins mediatos. A disciplina recai imediatamente sobre oficiais da ativa ou daqueles que já na reserva, estejam temporariamente incorporados às atividades das Forças Armadas ativas. Sobre isto, sem dúvida alguma, a administração das mesmas, a começar pelo Presidente da República, é de um imediatismo inescurecível. Quando se trata, entretanto, de oficiais afastados da atividade, seja esse afastamento para a reserva de primeira ou de segunda classe ou reforma, já as coisas mudam de figura : não há necessidade de um controle permanente e imediato, flagrante e ostensivo, da administração das Forças Armadas sobre eles. Daí por que escapa, *si et in quantum*, a supervisão hierárquico-administrativa para o efeito de disciplina sobre os oficiais que deixam a atividade. Estes se governam e movimentam livremente, condicionada essa liberdade, que não é absoluta para ninguém, aos ditames das leis gerais para todos, sem atenção de maior a regulamentos internos, para quem está fora e enquanto estiver fora de funções militares ou equiparáveis.

"Ora, se assim é, seria preciso para uma concepção que se opusesse ao modo por que estou expondo o meu convencimento, que uma legislação escoreita, quer no aspecto formal, quer no material ou lei no sentido pleno, viesse a estabelecer normas que incidissem sobre oficiais da reserva, de primeira classe, de segunda ou reformados. Não há essa lei. Parece que ficou bem evidenciado que não. Mas há quem diga que as medidas disciplinares decorrem de leis que às vezes procedem de regulamentação por decreto, diga-se tocante às Forças Armadas. Parece que não. As leis que existissem deveriam ser claras, firmes, inequívocas e só assim se incorporariam ao direito penal militar ou ao direito disciplinar adequado.

Por enquanto, o legislador não entendeu necessário legislar a respeito.

Tratando-se de militares, estou fazendo uma exposição que se me afigura que é o direito vigente. Ao direito positivo ou mesmo ao adjetivo de sentido mais largo. Porque, se tivesse que me manifestar pessoalmente ou como jurista livre de cargo magistratural ou como homem que tomasse parte mais ativa na vida cívica da Nação, eu diria que deveria ser legislada lei que desse, em termos cautelosos, competência às autoridades militares nas condições desejadas pelo Senhor Ministro impetrado. Mas não sendo legislador, nem conselheiro, eu me atenho ao que me é devido.

Diz o princípio velho: *nulla paene sine lege*. Daí o ponto de vista básico em que fixo o meu pronunciamento de juiz. Não há tipicamente disposição de lei que possa descer ao concreto em caso como o debatido nos autos. E sem isso, as autoridades mesmo as mais credenciadas para a restrição de liberdade ou de patrimônio moral dos indivíduos, não podem fazer o que a lei não as autoriza a fazer. Aquelas autoridades, também elas, estão sujeitas à disciplina do Estado de direito.

Bem, se não estivéssemos falando para um Tribunal de doutos, daria uma série de exemplos que fortaleceriam o ponto de vista em que nos colocamos. Oficiais de reserva não são somente aqueles que fizeram parte das Forças Armadas permanentes e ativas; são também alguns que, em dadas circunstâncias, se tornaram reservistas. Sobre estes terá o Senhor Ministro da Guerra um controle tão extenso e imediato, como o pretendido? A mim se me afigura que não. E isto se liga aquele outro exemplo que foi exposto da tribuna. Disse S. Exa. o Dr. Advogado-Jornalista são oficiais da reserva, nada podendo contra eles aquela autoridade com o immediatismo pretendido. Esses exemplos se multiplicariam. Multiplicar-se-iam em outras hipóteses que tocassem a reservistas, que tocassem aos reformados definitivamente, que reservistas são, em última análise, quase todos os homens válidos que, por dever, em dados momentos, podem ser incorporados às Forças Armadas, ou a seus serviços, sendo subordinados de seus Chefes. As Forças Policiais são mobilizadas em tempo de guerra ou de comoção intestina ou o que fôr. Terá, por

isso, o Senhor Ministro da Guerra, em tempo de paz competência para aplicação direta de pena disciplinar sobre os seus componentes? Não. Entretanto, a Constituição estabelece de maneira direta, que elas são reservas do Exército, sem tirar a autonomia dos chefes daquelas mesmas Forças locais" (Arthur Marinho — voto vencido em julgamento de H. C. no S. T. F.).

Alegam alguns exegetas que a subordinação dos oficiais da reserva está definida nos arts. 2º, 5º, 13, 25, 27 e 71 do Estatuto dos Militares, bem como nos ns. 1, 2, 3, 10 parte geral, 12, letra d), 13, 17, 24, 37 e 38, do RDE.

Essa conceituação não é tão clara e escorreita como pode parecer à primeira vista.

Apenas, como regra de proceder, preceitua o art. 13º dos Estatutos que "a disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em tôdas as circunstâncias de vida, entre os militares da ativa ou da reserva, reformados ou asilados".

Interpretemos êsse tópico.

Se o Estatuto cria deveres e estabelece direitos e prerrogativas, inclusive a prevalência da hierarquia, não há nêle nenhuma linha que taxativamente subordine o oficial da reserva ao RDE.

Isso porque, no conceito de Caxias. "Tal regulamento (correção das transgressões disciplinares) é propriamente o regulamento da disciplina interna dos corpos, a qual deve ser considerada como a base, como o principal elemento, da alta disciplina".

Apegam-se muitos a que o RDE prescreve essa subordinação, mas isso não é tão claro, porque a par da situação do oficial de reserva condiciona outros requisitos.

Essa subordinação decorre, não de simples condição do oficial de reserva, mas de sua filiação ocasional a encargo ou serviço da corporação, embora não esteja convocado.

A discriminação do n. 10, letra d), do RDE, deve ser cotejada com os arts. 37 e 39 quando a pena só pode incidir sobre os indivíduos que "servirem sob o seu comando, chefia ou direção". Isso força o entendimento da letra d), do art. 10 : — Os oficiais e praças da reserva remunerada e os reformados quando estiverem filiados a encargos ou serviços. É o caso de oficiais da reserva ou reformados, que sem serem convocados, exercem empregos eventuais em repartições militares.

Ao Regulamento Disciplinar da Armada só estão subordinados os militares da reserva quando convocados ao serviço ativo ou quando exercerem funções dos postos no Ministério da Marinha.

O Regulamento Disciplinar da Aeronáutica é adaptação do Exército.

Devemos lembrar que o Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército é muito parco quanto às obrigações impostas a esses oficiais :

- atender à convocação ;
- apresentar-se quando convocado, nomeado ou promovido ;
- comunicar a residência ;
- responder por sua conduta e atos perante a autoridade civil de acôrdo com a legislação comum ;
- sofrer sanções que couberem, quando a falta ou crime de natureza civil acarrete repercussão em sua situação militar ;
- serem nas faltas de natureza militar julgados na forma da legislação em vigor no Exército.

Sem nenhuma outra discriminação esse Regulamento prescreve, repetindo o RDE, que os oficiais de Reserva estão sujeitos a esse regulamento.

Esse artigo III do RCORE é confuso porque diz que êle é aplicado aos oficiais e praças das reservas não remunerados, os alunos dos CPOR, os atiradores dos TG, dos EIM e dos UQ, sem função no Ministério da Guerra *quando fardados*.

Da interpretação dêsse artigo que reproduz o art. 10 do RDE pode-se tirar a ilação que *ao oficial da reserva não remunerada e sem função no Ministério da Guerra só se aplica o RDE quando fardado*.

Não há como fugir dessa conclusão :

- Aplica-se o RDE aos oficiais de reserva que exercerem funções no Ministério da Guerra ;
- Aplica-se o RDE aos oficiais de reserva quando fardados ;
- *Fora desses casos, não estão os oficiais de reserva sujeitos aos Regulamentos Disciplinares.*

Contradita-se a tudo isso afirmando-se que a vida militar não cessa com a passagem para a reserva e que assim persiste a imposição da disciplina, como condição *sine qua non* dessa situação militar.

Mas o militar da reserva não tem obrigações, inclusive de andar fardado; não tem direito a continência, nem deve atenções aos superiores; não comparece a atos militares. É um civil que recebe vencimentos do Tesouro. Nem para enterrar-se tem honras militares.

Quer-se que a cominação das penas disciplinares vise ao fortalecimento da autoridade para o efeito da eficiência das Forças Armadas.

É axioma a ser obedecido, dentro da própria organização, como ãparte integrante desta e não fora dela e em assuntos que não interferem com a essência da vida da organização.

É essa a doutrina do Código Penal Militar quando aprecia a situação do militar da reserva em face do crime militar.

Não interessam à vida da instituição atos de militares de reserva que não interferem com o funcionamento intrínseco das instituições armadas.

Repele o senso comum essa subordinação do militar em recesso aos códigos disciplinares, quando êsse militar está libertado de ônus muito mais valioso para a eficiência das instituições armadas.



"Abracemo-nos e Unamo-nos para Marcharmos, não Peito a Peito, mas Ombro a Ombro, na Defesa da Pátria, que é nossa Mãe Comum."

(Caxias em apêlo aos gaúchos pela pacificação do Rio Grande do Sul)

O VALOR DO EXÉRCITO CHINÊS

J. PERGENT

(Tradução)

Transcrito da REVISTA MILITAR, PORTUGAL, N. 6, Junho, 1964.

É cometer um grave erro considerar a China unicamente como um país subdesenvolvido. Não basta, pois, julgar o seu exército em via de modernização e de técnica, conforme aponta J. Pergent em Perspectivas, de 15 de março de 1964.

Os chineses têm, com efeito, uma concepção da guerra profundamente original que nada deve às concepções ocidentais. Eles conhecem perfeitamente os recursos da estratégia, recorrendo tanto às técnicas de subversão, como à propaganda, como à ação militar maciça.

O Exército Chinês não é essencialmente formado de técnicos, mas sim de combatentes da primeira linha. Numa guerra convencional, ele constitui uma onda de maré que é difícil de sustar, como a História, muitas vezes, o tem demonstrado: guerra da Coreia e luta contra o Japão. Além disso, este exército é dotado de uma grande força moral, baseada sobre a vontade de restaurar a grandeza chinesa e sobre o firme desejo de converter o mundo aos seus dogmas revolucionários.

Assim, esta estratégia é total: procede duma concepção política que dá a toda a luta um aspecto de cruzada. (Comentário de Revista Militar de Portugal).

Vários acontecimentos têm pôsto a China Comunista em foco, além da sua contenda com a URSS. Ora, esta última foi verdadeiramente a sua tutora no domínio militar. Em que medida este Exército, que começou a refundir-se para chegar à sua forma atual, em 1949, vai ou não encontrar-se em desvantagem? A questão não deixa de ter importância, vista sob o ângulo da rivalidade entre o Leste e o Oeste.

Cada um perguntará como, da imensidade do continente amarelo, podem provir, suficientemente, informações sobre um exército envolto em segredo, como todos os outros, para se fazer dele uma idéia justa. Ora, no mundo funcionam serviços de informações. Há sempre informações que se filtram. E os meios atuais de investigação são muito potentes. É bem certo que a China foi devidamente fotografada pelos U-2. Alguns destes aparelhos estavam ainda estacionados no Extremo Oriente, muito tempo depois do incidente grave provocado por um deles. Alguns jornais difundiram notas sobre o assunto, emanando dum instituto estratégico de Londres que tem filiais na Alemanha. O público não pôde ainda dar-se conta do valor destes dados que representam, sem dúvida, o essencial do resultado das investigações colhidas. Estes são de carácter geral e não oferecem uma base séria para o conhecimento dum exército.

As últimas informações colhidas sobre a China, datam de 1962-63, altura em que o desenvolvimento do exército popular se encontrou paralisado, pela ruptura com a URSS que retirou os seus conselheiros e técnicos e cessou as suas cedências de material. As forças chinesas, depois de terem atingido um total de mais de cinco milhões de homens, a seguir à defeção dos nacionalistas, dos quais unidades inteiras se passaram, com armas e bagagens, para o campo comunista, alinha agora três milhões, dos quais mais de nove décimas partes pertencem ao exército. As Divisões, em número superior a 200, foram reduzidas para cerca de 150. Mas isto mantém-se muito teórico, ou sobre o papel, porque a maioria destas unidades não estão ainda organizadas, não têm o seu material de apoio e têm um nível de instrução muito baixo.

Destas 150 Divisões, é preciso desviar um certo número que, segundo o sistema soviético, são as grandes unidades de artilharia, de DCA, de engenharia, etc, que entram, normalmente nos outros exércitos sob a forma de regimentos nas reservas gerais ou meios de reforço dos altos comandos. Sobre as 135 divisões que restam, não se conta mais que uma dezena, que sejam algum tanto blindadas ou mecanizadas, apesar de programa, a longo prazo, prever 30. Mas no estado em que se encontram as forças chinesas, depois da semi-ruptura com a URSS, parece que uma centena destas Divisões não têm podido ser organizadas e se encontram ainda sob a forma de uma multidão de batalhões e de regimentos de infantaria, dispersos. Em definitivo não se assinala mais que umas 40 Divisões, formadas há pouco, mas trata-se de boas unidades. Estão, em geral, concentradas numa zona do litoral, fazendo face à Formosa e às suas unidades nacionalistas, ricamente equipadas e treinadas pelos americanos. A parte algumas formações comunistas nos confins tibetanos e indianos e, sem dúvida, de outras, na proximidade da Coreia, é pois a parte principal das forças terrestres que se encontra assim imobilizada.

Estas Divisões são concebidas segundo o método ternário aplicado sistematicamente pelos soviéticos ou seja de três regimentos, a três batalhões. As Divisões, mesmo, são agrupadas a três, em Corpos de Exército.

Por seu turno, estes são reunidos em Exércitos ou Grupos de Exércitos, denominações bastante falsas, que parecem dever dar a impressão de forças consideráveis. Estas grandes formações parecem também ter uma existência muito teórica. Numéricamente, o total é à escala soviética, como é pretendido, mas em valor militar, no sentido de exército moderno, a 10 ou, no máximo a 20%. Assinalou-se, igualmente, a existência de quatro ou cinco imensas regiões militares, subordinadas, diretamente ao Grande Quartel-General de Pequim. Além disso, três Divisões aerotransportadas estariam em vias de criação, destinadas, provavelmente, como se verificará, por outros elementos, a uma invasão de Formosa.

Mas desde que se fala destes milhões de homens das grandes unidades terrestres da China, é usual mencionar as "milícias populares", herdeiras da luta contra o Japão e que têm sido desenvolvidas no regime atual, não para fazer delas realmente forças militares, mas conjuntos de populações organizadas militarmente, num princípio de sujeição política. O próprio Mao-Tse-Tung anunciou a cifra de 250 milhões, que não será falsa, tendo em conta a população: as províncias compreendem, cada uma, dezenas de milhões de homens sob palmatória militar. Mas à parte alguns milhões de homens instruídos no exército, ou, sumariamente, nas milícias, o valor estritamente militar, destas massas, é nulo. Não procede senão de exercícios militares rudimentares. Além disso, o armamento é muito insuficiente.

Muitas vezes, nas apreciações sobre a China e suas possibilidades militares, intervêm, mais por erro do que pela razão, a impressão que dão os algarismos extraordinários da população: perto de 700 milhões de habitantes, talvez um bilhão daqui a vinte anos; um acréscimo de perto de 15 milhões por ano, ou seja, em três anos a população da França; e um contingente anual atualmente de 6 milhões, três vezes o da Rússia; e não contando senão com uma parte restrita, cerca da décima. Mas são cifras brutas duma população ainda tão atrasada, sem as suas qualificações técnicas, que tendem, cada vez mais, a contribuir para o valor dos exércitos atuais. Felo contrário, nos efeitos maciços, dá lugar para lembrar as Divisões de Cavalaria chinesa (a cavalo) que foram terrivelmente dizimadas na Coreia, mas que puseram, muitas vezes, os americanos em xeque, cujas armas não tinham um débito suficiente, mesmo ultra-rápido, para destruir as vagas sucessivas dos atacantes.

Tem sido igualmente referido o fato de que a mediocridade das vias de comunicação e dos meios de transporte, o reabastecimento das unidades em regiões retiradas ou o deslocamento de grandes unidades, necessitavam de auxiliares muito numerosos, calculados a três, para quatro soldados, para proceder ao transporte ou aos carregos, muitas vezes por processos ainda primitivos. Atualmente, os progressos na motorização são muito lentos e há que notar que a China, se bem que possuindo jazigos petrolíferos, continua tributária da URSS, neste campo.

No seu conjunto, as forças terrestres da China, apesar do seu enorme potencial humano, mantêm-se a um nível muito baixo, sem medida comum com os efetivos que podem ser alinhados e que não correspondem a um potencial militar verdadeiro. Há, evidentemente, uma contrapartida séria para isto: é o emprêgo dos partisans, dos guerrilheiros ou dos agitadores, utilizados no exterior e que não têm deixado, em certos países vizinhos, de obter alguns resultados. Neste aspecto, as pressões exercidas pela China, para lá das suas fronteiras,

desde que se lhe não oponha forças militares potentes, têm sempre apresentado ameaças reais durante estes últimos anos. É, pois, um campo no qual a China predomina.

AS FORÇAS ESPECIALIZADAS

Os soviéticos parecem estar, na verdade, conscientes da insuficiência militar do seu aliado, que não tinha conduzido, durante mais de dez anos, senão guerras de partisans ou de revolucionários. A influência soviética tem sido preponderante nas novas forças chinesas; tem sido feita tábua rasa de todos os empreendimentos anteriores, nacionalistas ou ocidentais. Os russos têm introduzido todos os seus métodos e suas técnicas, enquanto que os seus "partenaires" se esforcem, quanto podem, por conservar as formas e os procedimentos ideológicos próprios. Os chineses pretendem agora que os russos tenham tido até 600.000 conselheiros e técnicos na China, o que parece ser exagerado. Não obstante, eles eram numerosos e colocados em todos os postos de comando, tanto na indústria e na economia como no exército. Eles têm tentado lançar as bases dum futuro desenvolvimento. Mas não têm podido proceder senão muito progressivamente e é preciso notar — antecipando — que a retirada maciça dos seus técnicos sobrevém no momento em que os seus alunos estão longe de estar formados e, sobretudo, em número suficiente. Julga-se que desde agora, os chineses se esforcem por produzir, eles próprios, certos materiais militares, tais como carros de combate e mesmo aviões "Mig", mas não realizando mais do que más cópias. Entretanto, eles talvez estejam mais avançados em matéria de submarinos, porque dispõem das antigas instalações e estaleiros russos de Porto Artur, que os soviéticos lhes cederam, em 1953, contra o reconhecimento de direitos na Mongólia Exterior.

Seja como for, da sua parte, os soviéticos criaram o domínio militar das unidades de todas as armas, que deviam servir de modelos para uma modernização geral; todavia, os armamentos eram fornecidos parcimoniosamente. As unidades criadas eram dum valor real, mas ainda muito pouco numerosas. Como se viu, existem tais formações de artilharia, de DCA, de engenharia, de transmissões, etc., assim como de aviação e de marinha.

São todas estas unidades que podem fazer-se entrar na categoria de forças especializadas. Mas elas não representam ainda — não é inútil repeti-lo — senão a décima parte duma massa, com preponderância absoluta de infantaria.

É a aviação que parece ter sido objeto dos maiores cuidados, tanto da parte dos russos como dos chineses. Os seus efetivos têm sido aumentados, ultrapassando o nível dos 100.000 homens ou nitidamente mais, segundo outras origens. Todos os materiais são, naturalmente,

soviéticos; têm sido assinalados "Mig-15", "17" e "19", quer dizer modelos antigos, mas também "Mig" supersônicos teriam aparecido, alguns bombardeiros ligeiros "Tupolev-2" e aparelhos de transporte "Ihyochine-14", assim como helicópteros. A China volta-se, agora, para o Ocidente, para adquirir aparelhos que seriam de emprégo civil. Esta aviação chinesa contava 2.000 aparelhos ou 3.000, segundo outras estimativas. Está organizada em umas cinquenta esquadrilhas de interceptação e umas vinte de bombardeamento ligeiro. A divisão aérea seria a três esquadras, cada uma a três grupos. Avalia-se em três, o número de divisões formadas, o que é muito pouco para a cobertura e apoio de exércitos tão numerosos como os da China comunista.

As forças navais apresentam um quadro tão modesto como o das forças aéreas. Existem, no total, 340 navios, todos de tonelagem reduzida e de caráter costeiro, designadamente 2 cruzadores ligeiros, 4 destroyers, 15 fragatas, 50 vedetas, 25 draga-minas, 60 caçadores de submarinos, 150 canhoneiras fluviais e um certo número de navios de desembarque; muitos outros estariam em construção (com intenção, segundo se julga, de tentar uma operação sobre a Formosa), nos estaleiros navais de Cantão e de Xangai.

Os efetivos da Marinha, não seriam, por enquanto, superiores a 50.000 homens. Todavia, os peritos ocidentais não excluem a possibilidade da utilização de milhares de juncos dos pescadores chineses, para a defesa e, sobretudo, para a vigilância de 4.000 quilômetros de costas. Estas embarcações, muito rústicas e manobráveis, estariam particularmente hábeis para o desempenho desse papel.

Deve ser feita uma menção especial no que se refere aos submarinos: estes, em número de 25, estariam estacionados na China, ainda com equipagens soviéticas, que começariam a ser substituídas por pessoal chinês. Supõe-se que estas unidades, pertencendo nominalmente à China, sejam mantidas sob um comando geral soviético. Ignora-se ainda o que virá a passar-se. Mas é difícil de admitir que a URSS tenha renunciado às suas flotilhas de submarinos, como o fez, com a sua atribuição à Coreia do Norte e à Indonésia. O valor destas forças proviria do fato de ser agrupados e acionados, assim, sobre linhas de comunicação importantes.

Uma anotação geral pode também aplicar-se tanto às forças aéreas como navais. Umas e outras são numericamente muito fracas, ao contrário da massa enorme das de terra e os seus meios são também muito reduzidos.

Mas poderiam ter uma papel muito mais importante a desempenhar, não tanto como elementos combatentes, mas também participando num sistema de vigilância e de ronda, colocado sob um comando geral soviético, umas no espaço aéreo continental e outras junto às costas. Sabe-se, em todo o caso, que a URSS instalou uma rede de radar

na Mandchúria, que é evidentemente a zona de penetração mais sensível contra as linhas de comunicação siberianas de Irkoutsk, Tchita, Khabarovsk, Vladivostok. De outra forma, o território chinês, se estiver organizado em zona de vigilância aérea e costeira, pode ser duma grande importância para a defesa do bloco comunista. Com efeito, não muito longe, os americanos possuem os postos avançados do seu enorme comando do Pacífico, com a 7ª Esquadra, a maior do mundo, e bases aéreas no Japão, na Coreia, na Formosa e nas Filipinas; eles têm, também, foguetões, particularmente em Okinawa, no centro deste dispositivo avançado.

As distâncias não são mais tidas como consideráveis, por motivo do alcance dos engenhos atuais, para atingir outras regiões siberianas, ou mesmo a URSS central. Se não puder manter esta espécie de guarda-fogo, a URSS registrará uma perda importante. Eis um ponto de vista que parece não ter sido suficientemente pôsto em evidência, como consequência da querela sírio-soviética.

E A BOMBA ATÔMICA CHINESA?

Pensava-se que, depois dum certo número de anos, a China comunista seria trazida à fileira de potência nuclear, graças, evidentemente ao apoio que a URSS lhe forneceria neste domínio. Um primeiro reator chinês funciona desde 1958; outros se têm seguido, instalados nas diferentes províncias, assim como um ciclotron. Assinalaram-se 36 estações de investigações atômicas. Alguns jovens atomistas foram formados no centro soviético de Boudna, perto de Moscou. Mas tudo isto parece comprometido depois da retirada das equipes russas que tinham ainda a primazia nesta indústria nascente. Além disso, a China possui jazigos de urânio, muito importantes, no Sinkiang, principalmente em Ouroumitcha, assim como no Tibete. O mineral era enviado para ser purificado nos centros russos da Ásia Central e voltava, em parte, para a China.

A mesma questão se põe, de saber se esta cooperação no domínio atômico terá podido, ao menos ser conservada. Não parece que assim seja. A primeira explosão atômica chinesa era esperada em 1962-1963. Terá lugar próximamente ou a muito mais longo prazo? O segundo caso será mais plausível. Mas outro aspecto da questão surge da recusa da URSS em dar seguimento a numerosos pedidos da China para ser dotada de armamentos atômicos. Este país vê nisso, certamente, um meio de prestígio para a sua política de expansão na Ásia e na África; e isto será, talvez, a razão profunda, com a ajuda de certas divergências ideológicas, da semi-ruptura entre as duas grandes potências comunistas.

Por outro lado, a China prossegue num esforço tendente a construir foguetões de grande potência, completamente independente da posse

eventual de bombas atômicas. Em construção aeronáutica, a China mantém-se ainda um pouco atrasada, para elaborar presentemente o seu próprio vector.

PARTICULARIDADES CHINESAS

Em todos os domínios militares, a China está muito atrás da superioridade que poderia fazer supor a importância de certos algarismos, o dos seus efetivos militares, mais de 3 milhões de homens e das suas reservas instruídas ou julgadas como tal, de 5 a 7 milhões e das suas milícias populares, de mais de 200 milhões de homens. Mas sob o ângulo dos exércitos modernos, os números nada mais dizem. É uma imensa infantaria, da qual um quarto apenas começa a estar organizada. Todas as armas especiais, todas as outras forças que não sejam as de terra que representam hoje mais da metade dum conjunto coerente, não são ainda senão uma décima parte do total.

A dizer a verdade, a lenta reconversão ou modernização, empreendida sob a égide da URSS, não está senão no seu período inicial, entretanto já bastante longo, de 1949 a 1960. Isto mostra o imenso trabalho que constitui a refundição e a não menos considerável organização que deveriam empreender os chineses se eles tivessem de prosseguir sós. Pode perguntar-se se estão conscientes disso. Muitas vezes dão a impressão, no seu desejo de libertação ou no seu sentimento de xenofobia, de querer, de preferência, voltar aos seus processos anteriores de guerrilha, de guerra revolucionária ou de agitação política no exterior.

Várias vezes se tem notado que os chefes chineses se mantêm muito aferrados à sua doutrina de guerra revolucionária, que aplicaram, afinal vitoriosamente, contra o Japão e, depois, contra o governo de Nanquim.

A transformação do seu exército, segundo o modelo moderno soviético, nunca lhes pareceu muito necessária. Portanto, uma grande parte dos antigos chefes, que não tinham nem o estatuto nem as qualificações de oficiais (introduzidas depois sob incitação dos soviéticos) foi afastada desde o princípio da reconversão.

Não obstante, as concepções do passado têm a vida dura. E bem se sabe que é a China, desde alguns milênios, que pratica já esta curiosa espécie de guerra revolucionária, muito melhorada no século atual. A guerra revolucionária, os foguetões, a pólvora (mais tarde para canhão, graças a uma nova fórmula dos árabes), são alguns dos "apoios" da China no mundo atual.

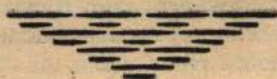
Os conhecedores da China de hoje, não têm cessado de pôr em relevo a rusticidade dos meios empregados, no que se refere a materiais, mas ela é compensada pelo emprêgo duma chusma de processos parti-

culares e de ardis de guerra. A potência de fogo não parece essencial aos chefes chineses. As tropas, mediocrementemente armadas, são capazes de cobrir longas distâncias para alcançar pontos inesperados; as infiltrações, as ações sobre as retaguardas e os flancos, as emboscadas, os ataques aos pequenos postos e, sempre, a grande superioridade numérica, são os processos da predileção das forças chinesas, que não ocupam o terreno conquistado, mas prosseguem nos combates por toda a parte. O desprezo pelas baixas é ainda mais acentuado do que entre os russos. Assim, na hora atômica, os chineses têm podido declarar que não temem os efeitos do fogo nuclear. A população está doutrinação a fim de não ser, de forma alguma, sensibilizada. E, de fato, o gigantismo demográfico permite-lhes suportar perdas espantosas.

Para sintetizar, um pouco, estes curiosos aspectos da China militar, pode-se simplesmente recordar os principais traços, que se caracterizam já pelo fato de ser muitas vezes contraditórios: imensidade dos efeitos, mas insuficiência de organização das forças e da sua instrução; robustez do elemento humano (melhor dizendo, capacidade de sofrimento), mas fraqueza extrema do equipamento do país, que torna lenta e perturbada uma manobra estratégica; bons núcleos de forças especializadas mas mantendo-se à ordem do estado; forças navais e aéreas rudimentares que, curiosamente, poderiam ser muito úteis num sistema geral de vigilância e da guarda.

Em definitivo, exércitos ainda informes, mas sobrevivência do valor dos conceitos dos processos de guerra subversiva.

Depois da ruptura atual, a URSS perde ali, sem dúvida, um elemento de vigilância duma fachada do continente asiático sobre o Pacífico; a China perde a modernização do seu exército, retardada por longo tempo.



Sem comando eficiente, a melhor tropa pode ser batida por forças inferiores bem comandadas.

General Pershing

EXPANSIONISMO MERIDIONAL LUSO-BRASILEIRO

(Continuação)

Cel Cav MOACYR RIBEIRO COELHO,
Of de EM.

2ª PARTE — CONQUISTA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

I — EXPANSIONISMO MERIDIONAL LUSO-BRASILEIRO

A — QUADRO GERAL DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA

1. PRIMEIRAS EXPEDIÇÕES

Por ocasião do descobrimento do Brasil, estava Portugal no paroxismo do seu sonho asiático e praticamente impossibilitado de empreender esforço sério para colonizar a nova terra. Sua fraca economia, baseada num índice demográfico inferior a dois milhões de habitantes, não lhe permitira arcar com os novos e pesados encargos.

Preocupou-se assim, de início, em reconhecer e identificar a nova posse.

Nas três primeiras décadas do século XVI, tem-se notícia de diversas frotas de exploração ou de policiamento da costa, além de uma ou outra nau que, de passagem para as Índias, aqui aportou para aguada.

As mais importantes foram as expedições de 1501 e 1503 cuja finalidade principal era o reconhecimento do litoral, e as de 1516 e 1526 que tinham o objetivo de combater os navios franceses que carregavam, ao longo da costa, o apreciado pau-brasil.

A expedição de Gonçalo Coelho, em 1503, que se destinava a descobrir novos caminhos para as Índias, levou para a metrópole, além de vasto carregamento de pau-brasil, diversas informações recolhidas dos naturais.

Dessa expedição ficaram na terra elementos brancos organizados em feitorias em Cabo Frio e no Rio de Janeiro as quais, aliás, não progrediram.

Divulgada na Europa a existência do Brasil e reveladas as oportunidades econômicas que oferecia, começaram as incursões dos corsários estrangeiros ao longo da costa, sem que se alterasse todavia a política de desinteresse da Coroa.

Só a partir de 1521, quando morreu Dom Manuel, o Venturoso, e quando já se iam esfumando os sonhos de grandeza no Oriente, é que Dom João III volta suas atenções para as novas terras, que ofereciam boa escala aos navios portugueses em trânsito para a Ásia.

Em 1526 face a notícias chegadas da França alertando contra grave ameaça aos interesses lusitanos, decide Lisboa enviar ao Brasil uma pequena esquadra comandada por Cristóvão Jacques, destinada a resguardar o litoral e promover-lhe a defesa.

A armada alcança Pernambuco e funda uma feitoria; depois navega para o Sul, dá combate a navios piratas que encontra em seu roteiro e amplia, mediante boas informações, o conhecimento geográfico da terra.

Mas a esta altura, as notícias das fabulosas conquistas realizadas pelos espanhóis no México e no Peru — sobretudo nesta última região — induzem Portugal a criar uma povoação branca no Sul, se possível no Rio da Prata, região sobre a qual circulavam insistentes boatos de abrigar riquezas fabulosas. Nesse sentido Martim Afonso de Souza, valoroso soldado e amigo pessoal do Rei, recebeu plenos poderes para implantar a civilização e promover o povoamento do país.

O sistema de colonização até então feito à base de feitorias, sem penetração nem enraizamento, é então substituído por empreendimento de maior vulto, caracterizado pelo objetivo de dominar a terra e submeter os povos existentes.

Esta orientação política que vinha sendo praticada pela Espanha desde o início da colonização, implica no aproveitamento do elemento indígena, o qual deve ser submetido ao Rei e à Fé Cristã.

2. EXPEDIÇÃO COLONIZADORA — FUNDAÇÃO DE SÃO VICENTE

Incumbido de implantar a civilização e promover o povoamento do país, teve Martim Afonso notável papel em nossa história e a sua ação profícua assinala o despertar da organização militar no Brasil e o início da existência política da colônia.

Chegando a Pernambuco, restaura a feitoria de Itamaracá; envia uma expedição ao Norte, preocupação que a história pela primeira vez assinala, e rumo para o Sul reconhecendo cuidadosamente a costa; demora-se no baía de Todos os Santos, onde entra em contato com Caramuru; da ilha de Cananéia envia Pero Lopes ao interior para explorar o sertão. Esta expedição, embora tendo sofrido perda total, representa a primeira "entrada" dos portugueses no rumo do poente.

Estêve em Guanabara onde levantou uma casa forte e fez construir um estaleiro; ultrapassou o cabo de Santa Maria (Punta del Este del Maldonado) e ancorou na ilha de Palmas de onde enviou seu irmão, Pero Lopes, para explorar o Rio da Prata.

Presume Varnhagen que durante sua permanência na altura do Chuí, tenha Martin Afonso constatado estarem aquelas paragens fora

dos limites da linha de demarcação de Tordesilhas. Daí o seu retôrno para o norte e as providências posteriormente adotadas por Lisboa para a colonização do país.

De regresso, ancorou a 20 de janeiro de 1532 na baía de São Vicente onde fundou, dois dias mais tarde, sob a invocação dêsse Santo, a primeira colônia agrícola e militar, não uma simples feitoria, mas uma vila normalmente constituída, a primeira que teve o Brasil.

Um segundo núcleo — Piratininga — foi a seguir fundado por Martim Afonso com o auxílio de João Ramalho, além da serra de Parapiacaba. Esta vila teve no entanto duração efêmera, substituída que foi pouco depois pelo burgo de Santo André da Borda do Campo, a primeira povoação do planalto paulista oriunda da iniciativa privada.

Com a viagem de Martim Afonso, que trouxe da Europa 400 colonos, teve início a cultura da cana-de-açúcar, a criação de gado miúdo e a plantação de frutos europeus.

Mas, enquanto Martim Afonso de Souza permanecia no sul organizando a sua colônia, a costa setentrional ia sendo assaltada por franceses e holandeses que, de forma sistemática, procuravam dominar e manter a posse da terra.

Estes fatos, bem como o crescente interesse que se sabia existir em França quanto ao Brasil, levaram Dom João III a desejar acelerar o povoamento da faixa litorânea a fim de furtar a terra aos assaltos do estrangeiros.

Como porém o erário luso, dessangrado pelas lutas no Oriente, não suportasse o custeio de um sistema geral de povoamento à base de postos agro-militares, o recurso que ao monarca se ofereceu foi o da divisão da colônia em capitánias hereditárias, verdadeiros feudos de que o Soberano conservava a propriedade enquanto que aos donatários cabia a plena posse, perpétua e transmissível em qualquer ramo ou grau de parentesco.

8. CAPITANIAS HEREDITARIAS

O sistema da divisão em capitánias, já experimentado com êxito nos Açores e na Madeira, teve no sábio Diogo de Gouvêia o melhor defensor.

Retalhada a costa, começou a atividade em vários pontos do litoral. Mas, embora opulenta e rica, a terra apresentava dificuldades tremendas à conquista pelo homem branco, das quais a presença do silvícola indomável não era, possivelmente, a mais grave; por isso, dos 15 lotes de desigual testada no litoral e que confinavam na linha das Tordesilhas, vingaram apenas as donatárias de Pernambuco e São Vicente.

Tôdas as demais fracassaram sendo que algumas nem chegaram a ser apossadas pelos respectivos donatários; outras sofreram grandes perdas em vidas humanas, sucumbindo os colonos às mãos dos selvagens

ou vítimas da natureza agreste; os desmandos dos capitães-mores foram, também, em vários casos, motivo de descontentamento dos colonos e de revolta por parte do aborígine.

Faltava unidade ao sistema e os recursos dos feudatários, pulverizados na vastidão da terra, deixavam as capitanias isoladas umas das outras e incapazes de resistir ao permanente perigo das invasões corsárias.

Tornou-se portanto imprescindível um poder central, aliás reclamado pelos próprios donatários.

Pondo fim ao drama das capitanias, o próprio Dom João III, apenas 16 anos depois de as haver criado, cuidou de abolir as excessivas franquias de que gozavam e subordinou-as a um governo central sediado na Bahia.

Mas nem tudo se perdeu, pois a introdução das capitanias implantou diversos focos de povoamento ao longo do litoral em regiões, até então, totalmente abandonadas e por isso mesmo expostas à cobiça estrangeira.

4. GOVERNO GERAL — DUALIDADE E REINTEGRAÇÃO ADMINISTRATIVA

As deficiências observadas no regime, que desde logo evidenciou-se inadequado para atender à defesa da terra face a eventuais agressões estrangeiras ou dos indígenas, agravadas pela derrocada administrativa da maioria das capitanias, levaram Dom João III à idéia de criação de um governo geral, expressamente destinado a auxiliar os donatários em dificuldades e não a substituí-los, como por vezes se tem afirmado.

Um governo geral viria dar unidade ao sistema e permitir que os apoucados recursos dos donatários, movidos por um interesse comum, fôsem capazes de fazer frente ao constante perigo das invasões corsárias.

Abolidas as excessivas franquias de que gozavam as capitanias, instalou-se em 1549, na Bahia, um governo central que assinala nova etapa na vida político-administrativa da colônia.

Dessa forma, guiado pela mão firme e honesta de Tomé de Souza, entra o Brasil na segunda metade do primeiro século, momento histórico que assinala o crescente interesse dos europeus pela América, totalmente dominados pela atração do ouro de Charcas e da prata do Potosí.

Ao iniciar-se, pois, esta nova etapa na vida da colônia à base de unidade administrativa e defesa militar organizada, vários núdulos demográficos escalonavam-se na planície litorânea; ao norte, na florescente capitania de Pernambuco, Duarte Coelho, o mais hábil dos colonizadores, prosperavam as lavouras e engenhos de Iguaçu e Olinda; no litoral, Pedro de Campo Tourinho, donatário de Porto Seguro, falecido em plena faina colonizadora, deixou os povoados de Santana, Porto Seguro e Santa Cruz; Jorge de Figueiredo Correia, feudatário de Ilhéus, fundara uma povoação na ilha de Tindaré no Espírito Santo; Vasco Fernandes Coutinho fundara a povoação de Vitória e Pêro Góis da Silveira criara a Vila da Rainha, no rio Paraíba.

Ao sul, a grande capitania de Martim Afonso apresentava os núcleos de São Vicente, sob a direção do Padre Gonçalo Monteiro e, já no planalto, Piratininga governado por João Ramalho. Embora, com a fundação de Santos, por Bráz Cubas, começasse a decair a Vila de São Vicente, a capitania prosperava sempre, com o desenvolvimento das lavouras de cana-de-açúcar, trigo, arroz, frutos europeus e a produção açucareira de vários engenhos.

Duarte da Costa, que sucedeu a Tomé de Souza, teve um período de governo agitado inclusive por uma séria tentativa de fixação dos franceses no Rio de Janeiro.

Mem de Sá, o terceiro no pôsto, conseguiu expulsar os invasores e fundou a segunda cidade real brasileira (Rio de Janeiro).

As lutas contra os indígenas aliados dos franceses, ocorrendo em vários pontos do território colonial, levaram o rei Dom Sebastião a dividir o Brasil em dois governos, um de Ilhéus para o norte, outro de Pôrto Seguro para o sul, sediado no Rio de Janeiro.

Novamente unificada a administração (em 1577), retornou a sede para a Bahia onde Lourenço da Veiga exercia o cargo de Quinto Governador Geral quando, em 1580, Portugal e suas colônias passaram para o domínio espanhol.

5. SITUAÇÃO DA COLÔNIA PORTUGUESA EM 1580

Conforme Southey, era a seguinte a situação do povoamento no Brasil, ao ter início a dominação espanhola:

CAPITANIAS DO NORTE

Em Itamaracá florescia a Vila da Conceição, com três engenhos de açúcar; Pernambuco, incontestavelmente a capitania mais adiantada e rendosa, contava cerca de dois mil colonos, dois mil escravos e 66 fazendas; em Olinda já existia um povoado; no Recife, existia um povoado em comêço; a Bahia, contava oitocentas famílias, na cidade, e pouco mais de duas mil em todo o Recôncavo. Entre negros e índios podiam-se pôr em campo quinhentos soldados de cavalaria, e dois mil infantes. Existiam quarenta peças pequenas de artilharia e outras tantas maiores.

CAPITANIAS DO SUL

A capitania de Ilhéus, habitada outrora por quinhentos colonos, com nove engenhos de açúcar, acha-se agora em completa decadência.

Nem melhor era a condição da capitania de Pôrto Seguro, com seus quarenta colonos na Capital, uma vila, um só engenho e duas aldeias de índios mansos.

A capitania de Espírito Santo, tinha 150 colonos, 6 engenhos de açúcar, muita criação de gado, notável plantação de algodão e diversas aldeias de índios convertidos.

São Vicente, a vila dêste nome ia ficando cada vez mais pobre, tendo apenas 80 colonos.

O mesmo acontecia com a vila de Itanhaém.

Em Santo Amaro havia só um engenho de açúcar. Ao norte da ilha de Santo Amaro, na bôca da barra de Bertioga, existiam as duas fortalezas de São Felipe e Santiago; da banda do sul, no forte erguido pouco antes, estacionava uma guarnição de cem soldados com capitão e alcaide. Em São Paulo havia 120 colonos, muito gado, grandes plantações de marmeleiros e de vinhas.

De tôdas as zonas brasileiras, São Vicente era a mais pobre, incomparavelmente mais pobre do que qualquer outra. O clima no planalto não permitia a existência de canaviais; não havia pau-brasil, não se manipulava um só gênero de permuta universal. Daí a pobreza extrema revelada pelos inventários quinhentistas.

Até o fim do século XVI, o limite sul do Brasil está em Cananéia, povoada a partir de 1531.

Vai ter início agora a epopéia bandeirante que arrojará para oeste a linha imaginária das Tordesilhas.

6. CONSEQUÊNCIAS DA DOMINAÇÃO ESPANHOLA NO BRASIL

Bastante favoráveis e totalmente imprevisitas foram as consequências da dominação espanhola no Brasil.

Tornado Felipe II o sustentáculo exclusivo da Cristandade, coube-lhe enfrentar desde logo os países que haviam adotado a Reforma religiosa. Franceses, ingleses e holandeses passaram a hostilizar o Brasil por meio de temíveis ataques corsários, lançados contra os núcleos habitados ao longo da costa.

Essa luta, tenaz e prolongada, se ocasionou profundos danos e prejuízos materiais, teve todavia o mérito de habituar os brasileiros à auto-suficiência, forçando-os a confiar apenas no esforço próprio e na cooperação dos elementos radicados no país.

A necessidade de prover, sem outros recursos que não os locais, a defesa do território impôs aos colonos a consciência da terra e do valor próprio, sentimento que os levará a lutar sem esmorecimento com ou sem auxílio da metrópole européia e, muitas vezes, à revelia dela própria.

Outro aspecto favorável da dominação espanhola foi a extinção transitória das graves questões lindeiras que traziam alerta os espanhóis face às incursões de luso-brasileiros, levadas a efeito no rumo do ocidente.

O adormecimento momentâneo da paixão castelhana pelo famoso meridiano, permitiu-nos a conquista de vastos territórios que o "uti possidetis" do Tratado de Madri viria legitimar.

Durante longo período de dominação espanhola os bandeirantes, que percorriam incessantemente em tôdas as direções o vasto interior, consumaram a expulsão de espanhóis e de seus missionários jesuítas das posições por eles ocupadas no alto Paraguai, a leste do Paraná, no trecho compreendido entre o Paranapanema e o Iguazu, e, mais ao sul, ao oriente do Uruguai caracterizando uma penetração sistemática, operada sob a velada proteção dos capitães-mores, que estimulavam as expedições na sua tentativa de descobrir riquezas.

Oliveira Martins, apreciando o sentimento de brasilidade nascente que dominava no bandeirismo, assim se expressa:

"O sul, onde o regime de colonização era dominante, progredia mais segura, embora menos opulentamente, do que as colônias do litoral do norte. No sul, desenvolviam-se os sentimentos de uma nação futura, enquanto o norte, sujeito a uma administração corrupta e meticulosa, dependente da introdução dos negros e de uma cultura exótica, pagava a opulência com uma vida menos estável, com uma população menos homogênea. Sem exagerar demasiado o valor desta expressão pode-se dizer que, pelos fins do século XVI, a região de São Paulo apresentava os rudimentos de uma nação, ao passo que a Bahia e as dependências do norte eram uma fazenda de Portugal na América".

Devem-se distinguir, no embate secular que se vai travar, duas fazes nítidas: a primeira, de iniciativa privada, é representada pelo choque dos bandeirantes contra os jesuítas e se prolonga de 1623, data do primeiro grande assalto a Guaíra, até 1641 quando, com a vitória de Mbororé, os padres conseguiram detêr as audaciosas falanges mamelucas que já se lançavam para a banda ocidental do rio Uruguai.

A segunda tem início em 1680, com a fundação da Colônia de Sacramento, e tem a preponderância da iniciativa oficial. Esta iniciativa coube a Dom Pedro II, que ainda Regente, aceitou o alvitre da Câmara do Rio de Janeiro para promover a fundação de um Estabelecimento lusitano na margem esquerda do Rio da Prata.

B — SÃO VICENTE E SÃO PAULO, OS FOCOS MERIDIONAIS DE IRRADIAÇÃO COLONIZADORA

A conquista dos territórios meridionais, revestiu-se de aspectos peculiares e imprevistos porque o meridiano de "demarcação" convençãoado em Tordesilhas, incidindo sobre o trechó mais afilado da costa, implicava na aquisição ou perda de extensa faixa litorânea, conforme êle fôsse deslocada mais para o poente ou mais para o nascente.

Por isso mesmo Portugal e Espanha jamais chegaram, na prática, a um acôrdo definitivo sobre o ponto do litoral sul-brasileiro em que os respectivos domínios confrontavam. Para os portugueses, o limite estava em Laguna, enquanto que para os espanhóis êle ficava em Cananéia.

Valendo-se do descaso dos espanhóis, foram os luso-brasileiros arredando, pouco a pouco, o incômodo meridiano de Tordesilhas. Através uma política firme e conseqüente, embora disfarçada, foi-se promovendo a ocupação do litoral e do planalto, ora tomando as autoridades diretamente a iniciativa, ora incentivando a gente de posses de São Paulo a fazê-lo, seduzida pelas concessões de sesmarias, de títulos e cargos honrosos.

O avanço, iniciado pelo litoral, pouco depois bifurca-se pelo vale da Ribeira do Iguape, vindo a formar um ramo paralelo à costa pelos campos do planalto. Fatores naturais contribuíram grandemente para que, a começar do Paraná, o povoamento do planalto se diferenciase econômica e socialmente do da costa. Nesta, instalaram-se sesmarias agrícolas em que os seus possuidores faziam trabalhar a terra por escravos, levando entretanto uma vida mais modesta que em São Vicente. No planalto, os campos limpos convidavam à criação de fazendas de gado. Note-se entretanto que, tanto num como noutro ramo da marcha povoadora, o movimento começou pela mineração do ouro.

Com o século XVIII tem início a fase de grande expansão dos centros paulista, cuja penetração geográfica apresenta dois aspectos distintos:

- A expansão litorânea; e o
- povoamento do planalto.

A expansão litorânea corresponde ao ciclo do ouro de lavagem e vai dos primeiros tempos de colonização até a segunda metade do segundo século, com preponderâncias da ação oficial. A principal característica desta fase consiste no enquistamento sistemático dos nódulos povoadores costeiros, de que resultou a fixação no litoral de três focos principais de irradiação e de penetração; a conquista do planalto é conseqüência da caça ao aborígene e de iniciativa nativista.

1. EXPANSÃO LITORÂNEA

Após a fundação de São Vicente, em 1532, passou-se quase um século e meio sem que os brancos criassem nenhum estabelecimento permanente no sul do Brasil. Os portugueses, atarefados em ocupar aquilo que era indiscutivelmente seu, procuravam estabelecer feitorias ao longo da imensa e despovoada costa, onde pudessem comerciar e reabastecer suas embarcações. Os espanhóis, ofuscados pelas fabulosas riquezas descobertas nos Andes, tinham suas atenções voltadas para o Peru e, indiretamente para Assunção e o Rio da Prata, uma das vias de saída do ouro de Charcas e da prata do Potosí.

Era natural, por conseguinte, que fôsem os castelhanos os freqüentadores mais assíduos da nossa atual costa sul onde, além dos aborígenes, só viviam alguns náufragos adaptados à vida entre os selvagens e, vez por outra, aportavam aventureiros de São Vicente à caça de índios para escravizar.

Dentre os castelhanos que por aqui transitavam, cumpre ressaltar o famoso Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, que recebera na Espanha o título de Governador de Santa Catarina. Mas aí chegando não demorou e, embora manifestasse a idéia da conveniência de se estabelecer nessa zona postas de reabastecimentos e aguada, rumou logo para o Paraguai através dos vales do Itapocu e do Tibagi. Enquanto isso os portugueses, que na primeira parte do século XVI tinham o compromisso de não se estabelecerem no planalto de modo definitivo, foram expandindo o povoamento ao longo do litoral: Iguape, Itanhaem, Cananéia são povoações desse primeiro período. Serra acima existe apenas Santo André, povoado pela prole mameluca de João Ramalho, genro do chefe Tibiriçá. Em 1554 conseguem os lusos tomar pé no planalto, fundando São Paulo de Piratininga, sendo então traçada por José de Anchieta uma estrada para Santos, o Caminho do Padre José.

Por esse tempo, outros missionários jesuítas sondavam a região de Paranaguá até a encosta da serra e, daí por diante, aventureiros arribados de São Vicente começavam a batê-la, preando índios e explorando corregos auríferos. Mas a expedição de Jerônimo Leitão, em fins de 1585, baliza o progressivo povoamento do local que, em 1603, já possuía o seu primeiro regimento de minas.

Para o interior, além da serra marítima, já o sertão também vinha sendo povoado. Não se contando as raras estradas do século XVI, as bandeiras devastadoras do Guaíra e algumas outras, há a enumerar a descida de várias bandeiras oriundas de São Paulo, que acorriam em busca do ouro recém-descoberto.

Do interior de toda essa área, a faixa perlustrada vinha se estreitando para o litoral, até morrer em Laguna.

A partir de 1632, porém, com a descoberta do ouro de aluvião no sopé oriental da Serra do Mar, Paranaguá fixou um primeiro núcleo de população estável. O seu fundador foi Gabriel de Lara que recebeu o título de Capitão-Mor.

A data de sua fundação é ainda incerta, mas está compreendida entre 1632, ano em que Lara residia em Iguape, e 1646, quando requereu o registro das minas que acabara de descobrir. Assim que a notícia teve curso, levadas e levadas de aventureiros afluíram precipitadamente para as vizinhanças do povoado nascente. Porém, não era ainda desta vez que o sonho da administração portuguesa de encontrar no Brasil uma riqueza semelhante à que os espanhóis haviam encontrado no Peru iria realizar-se. As minas não renderam o que delas se esperava, e, em breve, cessava o surto de progresso em Paranaguá. A vila, instalada em 1649, iria experimentar um ritmo de desenvolvimento muito lento, que duraria quase três séculos, mantido assim graças ao seu magnífico porto natural e às roças de subsistência ao redor do seu pequeno golfo.

São Francisco foi fundada logo em seguida, em 1658, por Manoel Lourenço de Andrade, português residente em São Paulo. A sua fundação era um ato semi-oficial, posto que resultou da doação de uma

sesmaria que fizera a Manoel Lourenço o Marquês de Cascais, herdeiro de Pero Lopes de Souza, primitivo donatário daquelas terras. O fundador transferiu-se de São Paulo acompanhado de muitas famílias, entre as quais havia pessoas abastadas. Uma vez chegados a São Francisco, o sesmeiro foi-lhes distribuindo terras nas vizinhanças, onde os respectivos proprietários iniciaram os plantios. Em pouco tempo havia aí vários engenhos de cana e casa de farinha. A evolução de São Francisco se assemelhava à de Paranaguá após o surto de ouro.

Em menos de vinte anos seria vencida uma nova etapa, com a fundação de Nossa Senhora do Destêrro, na ilha de Santa Catarina. O seu criador, Francisco Dias Velho, residia em São Paulo, de onde viajara desde criança muitas vezes pelos sertões, em companhia de seu pai à caça de índios. Por insistência de Salvador Corrêa de Sá e Benevides, que almejava receber uma capitania naquela região, transferiu-se Dias Velho para a citada ilha.

A data da fundação do Destêrro é dividosa. Deve, porém, ser próxima de 1675, ano em que Dias Velho lá se instalou definitivamente em companhia da família, e construiu uma capela. Em 1678 obteve êle uma sesmaria envolvendo terras na ilha e no continente fronteiro. Nas terras que concedia, estabeleceram os pioneiros suas roças.

Nos primeiros 60 anos, Destêrro conheceu dias mais difíceis do que São Francisco. De vez em quando, arribavam à ilha navios com o propósito de abastecer ou comerciar, mas outras vezes com o intuito de saquear a nova povoação. Numa destas, piratas ingleses roubaram a vila, mataram Dias Velho e desgraçaram-lhe a família.

Domingos de Brito Peixoto era um abastado sertanista que vivia em São Vicente. Espontaneamente e à própria custa, resolveu êle, em 1676, organizar uma bandeira colonizadora, passando-se com a família e um grande grupo de escravos e pessoas dependentes para a margem norte da barra da Laguna dos Patos (não confundir com a atual Lagoa dos Patos, no litoral do Rio Grande do Sul). Laguna foi, por isso, chamada a povoação nascente, situada na extremidade setentrional dos areais infindos, que se prolongam pela costa até o Rio da Prata.

Brito Peixoto aparentemente não encontrou, como os outros, aventureiros precursores que lhe facilitassem a fundação do núcleo, pois teve logo de início, que combater e derrotar os selvagens. Mas pouco a pouco, foram as roças se espalhando pelas vizinhanças, e o gado que trouxera proliferou nas terras planas de que os núcleos mais para o norte quase não dispunham. Assim, já em 1700 Laguna exportava charque para outras partes do Brasil.

Considerada no seu conjunto, a ocupação inicial do litoral sul brasileiro era um povoamento pobre, de latifúndios agropecuários pré-capitalistas, como é comum ainda, nas regiões afastadas do Brasil dos dias de hoje. A sua situação numa costa de passagem para uma região de fronteira vivas dava-lhe um pequeno alento periódico no comércio, mas, por

outro lado, envolvia a sua gente nos azares das guerras. O isolamento era um mal permanente que sufocaria qualquer empresa de maior vulto.

Dêsses portos acanhados saíam cereais, peixe sêco, farinha e charque para os mercados principais da Colônia, que iam de São Vicente até as Minas Gerais.

Paranaguá conseguira uma comunicação precária com o planalto, através da Serra do Mar, por uma picada aberta no vale do Cubatão pela gente do Arraial Grande (hoje São José dos Pinhais). Laguna tornou-se mais tarde a porta do Sul, por onde entrava-se para as vacarias. São Francisco, embora modesta, fôra iniciada por pessoas que dispunham de certo capital em dinheiro e escravos. Mas Destêrro, que é hoje a capital catarinense, era no alvorecer do século XVIII um povoado insignificante.

2. POVOAMENTO DO PLANALTO

Teve início o povoamento do planalto quando os jesuítas, vindos de São Vicente, galgaram a serra e lançaram os fundamentos da aldeia em que procurariam instruir os aborígenes da região. Os padres, que já encontravam povoadores portugueses em Santo André da Borda do Campo, pequeno burgo estabelecido por João Ramalho em parceria com o cacique Tibiriçá, criaram além do colégio que deu origem à cidade de São Paulo, uma dezena de pequenas aldeias adjacentes como Santo Amaro, Pinheiros, São Miguel, Embaú, Itaquacetuba, etc.

As grandes vias naturais de circulação que o povoado esplêndidamente enfeixava, mostrar-se-iam de grande valia quando, no século XVII as bandeiras comessem a traçar as primeiras rotas de penetração pelo interior, iniciando a fase de grande expansão do centro paulista.

Até o ano de 1600 o povoamento planaltino resumiu-se ao núcleo de São Paulo; mas, pouco a pouco, foram-se formando povoações da nova metrópole vicentista, especialmente depois das vitórias sobre os Tamoiós (Guarulho, São Miguel, 1562).

Neste mesmo ano levou Anchieta a sua cruz até São José dos Campos, onde fundou um aldeamento índio. No fim do século XVI já existiam seis núcleos paulistas, tendo sido extinto Santo André; eram êstes São Vicente, Santos, Itanhaem, Iguape, Cananéia e São Paulo. A indústria agrícola principal era a lavoura de cana-de-açúcar; São Paulo já constituía um pequeno centro, pois possuía 190 fogos e cêrca de 1.500 habitantes.

A capela de Jundiá e a povoação de Itu iniciam a penetração pelo vale do Tietê; ao longo do Paraíba, os colonos, subindo de São Vicente, foram transformando em vilas os aldeamentos de Guararema, Taubaté (1639), Guaratinguetá, São José dos Campos, Moji das Cruzes, Jacareí e Pindamonhangaba, todos de origem guaianás.

Tão rápida foi a expansão que nos meados do século XVII já existem no planalto três focos em plena efervescência irradiadora: Itu, de onde, acompanhando o Tietê, descem os sertanistas até o Paraguai; Sorocaba, de onde partem os pioneiros que povoam de currais os planaltos de Curitiba e os Campos de Guarapuava, de Lages, de Palmas, da Vacaria e a campanha gaúcha; e Taubaté, ponto de partida das vagas que, galgando a Mantiqueira, avassalam os sertões auríferos, dos cataquases.

A corrente que parte de Sorocaba, orienta-se através dos chapadões pastoris da Serra do Mar, alonga-se pelos campos da Serra Geral e vai sair em pleno pampa, em busca da Colônia do Sacramento depois de atravessar o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande passando em Cruz Alta e São Borja. O povoamento dos campos de Curitiba, feito em princípio pelos sorocabanos, foi incrementado pela convergência da corrente litorânea que, galgando o vale da Ribeira do Iguape, atingiu os seus formadores através das picadas pré-colombianas que os índios chamavam Peabiru.

O ouro que êsses primeiros bandos de aventureiros encontram entre as rochas dos afluentes da Ribeira do Iguape, levou o govêrno colonial a nomear Heliodoro d'Ébano Pereira administrador das ilhas do Açungui.

A notícia do descobrimento, rapidamente difundida, determinou uma nova corrida em busca do ouro que trouxe para aí numerosas pessoas de São Paulo e das minas de Paranaguá. Não era só gente desclassificada que se atirava à mineração, vieram também homens de recursos, de condição social elevada, acompanhados de suas famílias, resolvidos a se radicarem à terra.

Em 1668, Gabriel de Lara tomou posse da região, em nome do donatário da capitania. O povoado nascente de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, origem de Curitiba, foi elevado à categoria de vila, em 1693.

Pouco tempo durou também o surto de ouro no planalto. Os cascalhos não eram tão ricos quanto presumiam e já rareavam as pepitas quando, em princípio do século XVIII, estourou a notícia da descoberta das Minas Gerais.

Quando, por volta de 1730, Cristóvão Pereira de Abreu rasgou os caminhos de tropas que ligaram São Paulo ao Rio Grande do Sul, os fazendeiros curitibanos passaram a criar e comerciar bovinos e muareis. A agricultura, exigente de mão-de-obra, decaiu; a criação extensiva, sóbria quanto a êsse aspecto, floresceu com a transformação dos fazendeiros em criadores e tropeiros.

Quando o comércio de animais organizou-se e tomou vulto, o caminho de gado do Paraná também precisou mudar. O relêvo acidentado, a picada estreita, a falta de pastos tornavam impróprio o vale da Ribeira do Iguape. Era preciso, ademais, achar um caminho mais curto para Sorocaba. Nada melhor do que os Campos Gerais. Para aí

afluiu, então, gente de Curitiba, Sorocaba, Itapetininga, a instalar fazendas. Surgiram cidades nos lugares de pouso das tropas: Jaguariaíva, Pirai, Castro, Ponta Grossa, Palmeira, Lapa e Lages.

3. CARACTERIZAÇÃO GEO-ECONÔMICA DOS FOCOS VICENTINO E PAULISTA

Durante os séculos XVI e XVII o açúcar representou no mercado europeu papel preponderante, como uma das mercadorias de maior interesse.

Daí a razão por que a lavoura canavieira constituiu a sólida base da nossa economia colonial.

Mas como o vasto litoral não possuísse, em toda a sua extensão, as mesmas condições climáticas, segue-se que os diversos núcleos açucareiros, monocultores por excelência, deveriam apresentar diferentes fisionomias econômicas.

No Nordeste, do Cabo Norte até Sergipe — o clima úmido com chuvas denominadas de outono-inverno — além de outros fatores naturais, dão lugar à existência da área canvieira de cultura contínua mais rica e produtiva do país.

Na região do Rio de Janeiro, a baixada ampla e descontinuadamente florestada, facilitou a expansão dos primeiros povoados cujos engenhos de açúcar se foram multiplicando a partir do recôncavo da Guanabara. A necessidade do gado para os trabalhos rurais e subsistência da população forçou a ocupação até os confins desta região rebaixada e relativamente ampla, de que o Rio de Janeiro foi sempre o centro econômico.

Contrastando, porém, com a riqueza das regiões anteriores, o núcleo de Martim Afonso não encontrou condições ecológicas nem topográficas tão favoráveis.

No região de São Vicente a planície costeira é pouco ampla, limitada pela presença, muito próxima do vasto paredão granítico da Serra de Paranapiacaba. O fomento à lavoura e a fabrico do açúcar far-se-ia nos mesmos moldes que em Pernambuco, mas a exiguidade da faixa costeira não permitira aqui rendimento comparável ao pernambucano.

Essa circunstância caracteriza a relativa pobreza do foco agrícola vicentista, pobreza esta que mais se agrava no planalto piratiningano, onde os colonos lançaram o marco primeiro da conquista do interior.

Na zona litorânea vivia-se mal, da pesca e de uma lavoura rudimentar; praticava-se uma mineração pouco rendosa mas faltava uma grande cultura que se constituísse em base da vida econômica da região; o planalto contava com uma pecuária incipiente, cultivo de frutas e cereais em pequena escala e quase mais nada.

E é, exatamente, essa pobreza geral que vai abrir novos horizontes à gente animosa e inscrever na história um capítulo fulgurante e singular. Porque se a terra é abundante, os braços escasseiam. E os paulistas são ainda muito pobres para poderem importar escravos negros, como o podem fazer os seus irmãos de Pernambuco. A escravização do índio é, pois, a única solução viável. Daí o assalto à floresta.

“Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho” — diz Antonil — “porque sem eles não é possível no Brasil fazer, conservar e aumentar fazendas, nem ter engenho corrente”.

Os famosos “descimentos” do silvícola têm início ainda no primeiro século e vão num crescendo impressionante.

A medida que se ampliam as necessidades de mão-de-obra e cresce a capacidade de absorção do mercado escravagista, alarga-se em proporção o raio de ação das incursões à floresta, de um lado porque o índio vai rareando nas terras circunvizinhas e, de outro, porque o jesuíta, na ânsia de isolar o gentio furtando-o à sanha dos colonos espanhóis, leva para o interior as suas florescentes reduções as quais, aos olhos cubikosos do bandeirante — atrevido preador de índios — nada mais são do que vastos celeiros de cativos em que a massa aborígine se encontra reunida e à mão.

Em vão os jesuítas defendem os seus catecúmenos, baseados no princípio da liberdade dos índios, proclamada em alvarás de ambas as metrópoles. Em vão porque o latifúndio — base da riqueza e do poder — impõe a posse de numerosa escravaria e é o latifúndio — com a epopéia das bandeiras — que vai escrever uma página fulgurante de nossa história.

A caça ao índio, iniciada já em 1562 com a bandeira de Jerônimo Leitão e prosseguida em 1585 por Eliodoro d'Ébano, orienta-se para o sul e toma conta do planalto para atingir o clímax entre os anos de 1628 e 1634 com a destruição das reduções inicianas de Guaíra, Uruguai, Tape e Itatins.

Em 1641 a derrota dos paulistas em Mbororé, já na margem direita do Rio Uruguai, prenuncia, sem dúvida, uma encruzilhada histórica.

A partir desse ano, com as descobertas das minas de Sabarabuçu, afastam-se progressivamente as bandeiras dos caminhos do Sul até os abandonarem por completo.

(continua no próximo número)

A eficiência de qualquer Exército depende de vários fatores, destacando-se, porém, acima de todos, o MORAL.

General Marshall

PARÂMETROS DA ADMINISTRAÇÃO

Major JOSÉ MURILLO BEUREM RAMALHO

Com o Curso de Classificação de Pessoal do Exército; os Cursos de Relações Públicas e Relações Humanas, do DASP; e o Curso de Técnica de Chefia e Liderança, da Fundação Getúlio Vargas.

É fácil e simples administrar? Quais os seus fundamentos científicos e técnicos? Requisitos de um administrador? Esses e outros lembretes despontam à mente daqueles que têm a perspectiva de sentir e manipular o problema do campo administrativo por injunções circunstanciais ou deliberação voluntária.

A obtenção do êxito no controle das equipes atuantes nas empresas industriais e comerciais, sejam as mesmas de âmbito governamental ou não, vem constituindo uma tônica na sistemática no impulso dos administradores, gerentes, chefes, executivos e supervisores.

Em se tratando da complexidade, progressiva, das organizações civis, e militares, na conjunção das equações gerenciais e interzonais dentro da máquina humana, a atitude e o comportamento do chefe, do dirigente, enfim, constituem tarefa não-menos fácil e importante, dentro de sua globalização técnico-científica.

Já o próprio estudo e a interpretação do jogo das tarefas administrativas aliadas ao prisma das missões e características dos supervisores na integração, pessoal e coletiva, com seus assessores e executivos, propicia um imenso campo de possibilidades para ajuizar daquilo que o dirigente deve, pode e tem que produzir.

Se estamos isolados dentro de uma idéia e de uma concepção de esforço, há visível necessidade de exteriorizá-la, técnica, científica e harmonicamente, a fim de que resultados palpáveis possam ser arrebanhados. Da cristalização, à exteriorização há uma pausa que deve ser imantada por uma eficaz integração entre dirigentes e dirigidos para melhor consecução do trabalho em ação.

Por outro lado, ao impulso de novas idéias, do surgimento de novos sistemas de comunicações, do desenvolvimento técnico e científico e de novos hábitos no comportamento das equipes para novas linhas de produção, corresponderia — ou deveria corresponder — uma reação de ordem funcional no preparo de seus dirigentes.

Infelizmente, o despreparo e a descontinuidade administrativa vêm simbolizando a estrutura funcional em número significativo de nossas organizações comerciais e industriais, em que pèse a crescente automatização aliada ao interesse e ao estudo técnico de novos métodos de racionalização de trabalho.

É auspicioso, todavia, o incremento às pesquisas e ao treinamento de novos processos e técnicas para o real levantamento produtivo de nossas empresas, consubstanciadas numa premissa de que é necessário e fundamental induzir à pirâmide funcional uma perspectiva sadia na área de uma produtividade positiva. Mais: que essa conjugação de esforços deve ser, basicamente, calcada na experiência e em conhecimentos psico-sócio-profissionais por parte do elemento humano que dirige. É que a rentabilidade está em jogo e não é lógico nem econômico, qualquer dispersão de esforços que, se racionalmente coletados, trariam dividendos não só para a empresa e seu administrador bem quanto para seus componentes.

A multiplicidade de interesses, da empresa e de seus integrantes; as probabilidades de custos, reais e fictícios; os cálculos de rentabilidade no processo desenvolvimentista da organização; a preocupação, crescente, do bem-estar social e seu correspondente padrão de vida progressivo; a perspectiva do futuro; a automatização da aparelhagem; são, entre outros fatores, quesitos a serem equacionados por aqueles que têm sobre si a responsabilidade e a dignificação do poder administrativo dirigencial.

É oportuno ressaltar também que a produtividade não pode ser alcançada somente à base de uma política de assistência social esclarecedora. A massa deseja e quer compreensão, segurança, orientação e capacidade profissional do dirigente. Ela almeja, em suma, nêle, um real condutor: condutor de decisões e de responsabilidades funcionais.

Igualmente, a improvisação, a arte de conquista da popularidade, a política empregatícia sem base real meritória, a incapacidade funcional do dirigente, a inexistência de chefia e de liderança, o despreparo dos executivos, são, entre outros, pontos negativos na atitude e no comportamento daquele que tem por missão dirigir. É que a equipe executiva sabe, percebe e sente as reais intenções da massa supervisora e aprende, com mais nitidez do que muitos pensam, a psicologia daqueles que a orientam.

A criação de um estado de espírito favorável à gerência deve constituir o prelúdio de toda engrenagem funcional, assentando, então, a montagem de uma confiança sólida e de índices revigorantes.

É indubitável que as empresas modernas não poderão subsistir se não contarem com dirigentes capazes e harmônicamente preparados na arte da administração.

Numa época tumultuosa de atos e de realizações que se processam em escala progressiva, há cruel necessidade das organizações se ajustarem a essa realidade contemporânea ou as mesmas não subsistirão pelo desordenado e agressivo espírito competitivo que as envolve.

A própria guerra, hoje, constitui um conjunto de fatos globalizados de uma essência técnica-científica. Num Congresso Brasileiro, numa tese que apresentamos, tivemos, entre outros, oportunidade de ressaltar que a guerra, contemporaneamente, é uma produção de ciência aplicativa conjugada à manutenção de um estado econômico planejado. Assim, a identificação e a planificação existem em todas as manifestações da guerra moderna. O mesmo tem que ocorrer nas organizações civis e militares, já que, aquelas, lutam pelo império da produtividade para sua própria segurança econômica; estas, lutam por satisfazer à sua eficiência bélica objetivando o alcance da segurança física-moral.

E não é sem preocupação que as próprias elites civis têm com o problema que, atualmente, essa questão está permanentemente em aberto, provocando desde as discussões preliminares às derradeiras conclusões executivas. A ânsia das grandes, médias e pequenas empresas no acerto de como produzir sem retalhos, como obter o rendimento sem quebra da harmonia social, como auferir lucros buscando sua paralela distribuição, têm levado os maiores dirigentes e financeiros a recorrerem aos técnicos de pessoal em busca de uma solução racional para o trabalho empresarial. As mais diferentes e diversificadas questões envolvendo a administração de uma organização qualquer, no fundo, residem no problema homem. Daí, a básica busca às implicações humanas no equacionamento de qualquer problema que afeta o fator produção.

Desconhecer o eixo produção homem seria desconhecer a própria essência da mecânica primária da equipe que caracteriza o ato pessoal da própria organização.

A compreensão do processo desenvolvimentista do Brasil atual loca a ingente necessidade de possuírmos administradores audazes, dotados de acentuado espírito de iniciativa, capacidade profissional, taxa de mobilidade respeitável, alto senso de equilíbrio emocional e que portem traços gerenciais em sua exteriorização de hábitos e costumes. Tendo em conta que o despreparo, quanto a esses requisitos, é sintomático, é confortante reconhecer que novas idéias, novos métodos, novas Escolas e crescentes medidas para correção dessa distorção vêm sendo assinaladas.

A busca para a paz, a ânsia pela libertação, o alento para sobreviver, a esperança para progredir e alcançar melhores dias, são, porém, outras metas a serem galgadas por uma massa executiva e deliberadora por seus atos e por suas reflexões. Por isso, a massa supervi-

sora há de se conduzir tènicamente para satisfazer, melhor, aos interesses da executiva e, também, de seu próprio jôgo de vantagens e conveniências.

É reforçada a tese, mais uma vez, de que a base técnico-científica não pode ser prescindida, porquanto é sumamente fundamental para o administrador.

Calcado em bases empíricas, o dirigente deixa de usufruir resultados e deixa de sentir o apoio de seu corpo de assessôres técnicos.

O fato de que o espírito de equipe deve estar presente e que todos da organização têm seu lugar, quer no espaço físico, quer na montagem da rede de esforço dêsse conjunto, constitui a tese de que o individualismo é improdutivo e quebra a rotina racional de produção.

A importância que os técnicos em seleção de pessoal dão a êsse problema tem sido uma constante. O fato de que os administradores vêm procurando ter como assessôres tais elementos qualificados envolve problemas que êles, muitas vêzes, não podem resolver face à sua complexidade técnico-científica dentro da própria empresa.



*As tradições dos combatentes são muitas e honrosas.
Baseiam-se na mais nobre das virtudes — o sacrifício.*

General Mac Arthur

OS CANHÕES AINDA TÊM FUTURO...

— Coronel JACK F. DIGGS
(ARMY, E.E.U.U., Junho 1962)

— Tradução do Ten-Cel Art
G. F. de Castro — Of de EM.

Durante muitos anos tubos montados sobre reparos cumpriram a tarefa de apoio de fogo de superfície.

Eles nos deram um preponderante elemento do poder combatente para apoiar os elementos de manobra. A despeito do surpreendente desenvolvimento na potência de fogo ocorrido no 2º quartel d'êste século, continuamos confiando no canhão para obter potência de fogo em volume e tipo apropriados. A recusa em reconhecer isto ameaçaria nosso sucesso tático em futuras batalhas terrestres.

Durante a década passada, o mais espetacular avanço na artilharia de campanha foi o advento dos mísseis e dos foguetes; estas armas, que podem carregar pesadas ogivas-de-guerra até longos alcances, conseguiram um destacado lugar na artilharia de campanha. Por causa do seu alto custo e relativa complexidade, muitas destas armas não têm sido empregadas no combate não nuclear. Nas curtas hostilidades da guerra normal, quer medidas pelo número de tropas ou pelo valor da força, será restringido, em princípio, o uso de vários tipos de mísseis superfície-superfície.

Numa guerra limitada, ou numa série de ações locais ou de ações intermitentes, os mísseis constituirão um complemento necessário à artilharia de tubos.

A estrutura de nosso apoio de fogo de superfície continuará a ser feita pela artilharia de campanha à base de canhões.

O singelo e fiel tubo de artilharia tem muitas virtudes. Numa época em que o alto custo e a complexidade parecem inerentes a muitos dos novos desenvolvimentos, o canhão permanece barato e simples. Podemos gastar para desenvolvê-los em quantidades tão grandes, que darão aos comandantes a superioridade de potência de fogo que eles necessitam. Um tubo de artilharia tem, relativamente, uma longa vida. Os projetis que atiram são relativamente baratos e se incorporam ao conceito de simplicidade dos canhões. Este conceito focaliza os projetis como sólidos bem feitos, que podem ser levantados com a mão, colocados no tubo e atirados no mesmo instante, sem retardos ocasionados por verificações, por abastecimento de combustível ou por manutenção. Grandemente seguros, eles explodem sobre o inimigo com firmeza e

não arrebuam prematuramente. Eles tornam possível a liberação e manutenção de efetiva potência de fogo, que o comandante em campanha deve possuir.

Graças à simplicidade destas armas, podemos organizar e treinar rapidamente unidades de canhões.

Um grau relativamente alto de perícia é exigido para as seguintes atividades da artilharia: **direção de tiro, reconhecimento, busca de alvos e cálculos balísticos e meteorológicos**, sem os quais o canhão não pode ser usado. Entretanto, para equipar as peças não são necessários homens com perícia técnica excepcional. O canhão alcança preço barato, de que resulta uma economia para gastos com pessoal e material.

Os canhões são altamente precisos. Seus projetis seguem ao longo das trajetórias balísticas para as quais foram apontados. Os desvios de dispersão são pequenos e a espoleta é simples. Não são necessários complicados mecanismos de direção, seja na arma, na posição de tiro ou no próprio projetil.

Um melhoramento recente, que aumentará a precisão do canhão, é o **computador digital**, usado para calcular os dados de tiro. Usando-se um computador igual ao FADAC (field artillery data computer) cada vez que a unidade de canhão atira, pode obter impactos diretos nos primeiros tiros sobre os alvos conhecidos. Não são necessários tiros de ajustagem.

Antigamente a artilharia nunca teve esta possibilidade de acertar no primeiro tiro. Obviamente, o tiro lançado precisamente, que cai sem aviso, aumentará de muito as perdas inimigas. A surpresa tática será possível porque as unidades de canhões podem mover-se através do campo de batalha, aliviando-se dos dispositivos e preparativos tradicionais, incluindo registros e cálculos, que no passado ajudavam ao inimigo antecipar nossas operações.

O CANHÃO NA TAREFA NUCLEAR

Numa ação não-nuclear, os canhões podem lançar granadas com grande poder destruidor próximo de nossas próprias forças, de modo que as tropas atacantes possam seguir a pequena distância dos arrebuamentos convencionais. Isto é possível graças ao relativamente pequeno retângulo de dispersão e à segurança da espoleta. Alcances mínimos são possíveis em áreas onde o modelado do terreno impõe grandes ângulos de tiro para apoiar a manobra.

O canhão também é eficiente para lançar ogivas nucleares. Graças ao fato de grande número de canhões ainda estarem presentes no campo de batalha, eles possibilitam um meio, sempre à mão, para lançar fogo nuclear. O início da troca por mísseis, que pode ser esperada ao começar um conflito nuclear, deve ser seguida por aquela fase, na qual menores ogivas de guerra passarão a ser necessárias. Ai, então, o canhão tornar-se-á importante.

A decisão de empregar ogivas-de-guerra nucleares deve ser cuidadosamente pesada. Em primeiro lugar, é importante ter um objetivo apropriado, porque a granada com ogiva nuclear não pode ser lançada tal como se lança uma granada-de-mão.

Em segundo lugar, um alto grau de controle deve ser exercido, de modo que não arrisquemos as tropas amigas nem prejudiquemos o nosso esquema de manobra. O sistema e coordenação do apoio de fogo usado pela artilharia, a sua grande precisão, permitem levantar e atuar sobre objetivos próximos às posições das tropas amigas. O canhão tem a precisão, a segurança e a facilidade de emprêgo que são necessárias para atirar rápida e seguramente, particularmente quando esperamos que o inimigo use a tática de agir cerradamente às nossas próprias linhas ou perímetros, como um esforço para escapar dos efeitos das novas armas. Os meios de lançamentos usados em tais circunstâncias podem causar somente um simples e pequeno erro de dispersão.

EMPREGO TÁTICO

O canhão é uma arma admirável para emprêgo tático terrestre. Ele pode acompanhar a força a apoiar, usando variados meios de transporte, desde a mula de carga ao helicóptero e ao pára-quedas. Ele pode entrar em ação rapidamente e lançar um grande volume de fogo com eficiência. Embora sejam necessários, em operações normais, levantamentos, reconhecimento precisos e busca de alvos, o canhão pode atirar mediante ajustagens sobre alvos, quando o tempo é vital e quando o levantamento topográfico está incompleto.

O canhão não é facilmente danificável, por ser apropriadamente robusto e rústico, e pode resistir ao tiro de contrabateria ou a acidentes durante o transporte, e ainda continuar sua missão.

Ele necessita somente de um pequeno apoio logístico. E, o que é importante, o canhão fornece flexibilidade de potência, porque seus fogos podem ser manobrados acompanhando a manobra da tropa apoiada. Um desejado volume de fogo pode ser produzido pelas armas da artilharia de campanha, através de uma apropriada mudança de peças e ogivas-de-guerra, do desdobramento das unidades e pela concentração de fogos. A coordenação do apoio de fogos e os planos de fogos são recursos que tornam possível a hábil utilização dos fogos disponíveis.

Embora durante este século o canhão tenha sido empregado, principalmente, no tiro indireto, e, durante centenas de anos antes, êle o fôra direto, atualmente pode ser ainda empregado com grande eficiência. Nas operações fluídas, que imaginamos para o futuro, haverá muitas oportunidades para o versátil canhão fornecer tiros diretos, ainda que para tanto nossa doutrina de instrução deva ser adaptada convenientemente.

QUAIS OS ALVOS E ONDE?

Como vimos, o emprêgo do canhão dependerá da natureza dos objetivos encontrados.

De primordial importância, ao escolher qualquer arma para engajar um objetivo, é a consideração básica: "qual a minha missão?" É errado considerar somente os tipos de fogos que gostaríamos de lançar, porque o inimigo não será assim tão complacente para oferecer alvos compensadores que se enquadrem no raio de ação de nossas variadas ogivas-de-guerra, sejam nucleares ou não-nucleares. Apenas fortuitamente encontramos o inimigo desprevenido. Mais propriamente, os alvos da artilharia usualmente continuarão a aparecer como pequenos elementos suscetíveis de serem engajados por canhões: um pelotão, ou companhia, aqui; uma posição de metralhadora, lá; uma bateria noutra parte. Muitos destes objetivos táticos estarão relativamente próximos do limite anterior ou avançado da zona de combate, onde podem obstar nossa manobra. Os blindados inimigos serão de pequeno valor tático até 200 km atrás do "limite anterior da zona de combate", pelo menos até que ele desenvolva um exército de campanha verdadeiramente aeromóvel.

É, também, lógico esperar-se que o inimigo, não sendo tolo nem estúpido, desdobre sua artilharia de campanha de apoio direto atendendo à manobra de suas forças. Isto obrigará o desdobramento do grosso de suas forças a uma distância do limite anterior da zona de combate não muito longe do alcance da sua artilharia de apoio, onde suas tropas tornar-se-ão objetivos para a nossa artilharia. Haverá, certamente, objetivos inimigos extremamente importantes a maiores distâncias para para sua retaguarda — objetivos que nossa "Artilharia de Corpo" ou "de Exército" sejam capazes de engajar — mas o grosso das forças inimigas, que estão sob perigo imediato e urgente, estará na "área do canhão".

A destruição do inimigo, pelo fogo, ou pela manobra, não será, nunca, rápida, fácil ou barata. Estamos longe de achar uma fórmula mágica para apagar uma bem organizada lista de objetivos. Em vez disto devemos continuar considerando como objetivos dignos de nossa atenção: o pelotão, a posição de metralhadora e o carro de combate. Na batalha tática terrestre, não estaremos atirando para contar pontos; estaremos atirando sobre objetivos. É uma tarefa deste tipo que o canhão, preciso e flexível, age como uma arma preponderante. Em uma guerra nuclear, os intervalos entre as unidades serão tão grandes que exigirão mais e melhores canhões, particularmente se os comandantes estão controlando maiores áreas de influência, quando a manobra é retomada ou reiniciada.

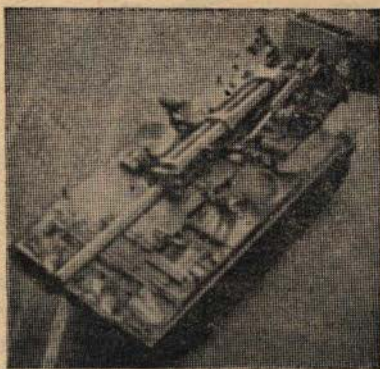
O que os interessa dentro destas áreas são os objetivos e sua locação com muita precisão nas três dimensões. Necessitamos das armas da artilharia, com as ogivas-de-guerra disponíveis para poder engajá-los. O canhão deverá estar pronto para emprêgo, quando necessário.

O CANHÃO DEPOIS DA 2ª GRANDE GUERRA

Se se comparar o número de tipos usados durante a 2ª Grande Guerra com os existentes atualmente, concluir-se-á que, em vez de onze tipos gerais de canhões, têm-se, agora, somente 5 modelos (obuses de 105 mm, de 155 mm, de 8" e os canhões de 175 mm e de 280 mm). Devemos confiar nestes, para o apoio de fogo sem atenção para a natureza das hostilidades. Nossa necessidade de potência de fogo é tão grande como nunca. Atingimos um ponto no qual devemos pesar, pausada e cautelosamente e com sabedoria, outra redução na família dos canhões.

Poderíamos achar necessário aumentar um calibre, talvez um destinado ao uso contra material, para fortalecer nossa capacidade de combater contra forças blindadas ou mecanizadas. A necessidade de armas de apoio direto dentro da Divisão pode ser atendida pelo obus 105 mm, ao menos para operações convencionais das divisões de infantaria e aeroterrestre, onde o pequeno peso das armas e munições é muito importante.

A ação de conjunto é proporcionada pelo obus 155 mm. Seu alcance é maior que o do obus 105 mm; suas concentrações são altamente mortíferas e é o recurso mais apto para a destruição de material. Este obus, no modelo blindado e autopropulsado T 196-E1, poderá ser também usado proveitosamente no aumento do poder de fogo de apoio direto fornecido pelas divisões blindadas e mecanizadas, onde maior ação de choque fôr necessária. Nestas divisões, ele poderia substituir o obus 105 mm. O obus de 8 polegadas, apto para destruir objetivos resistentes, também pode ser usado em ação de conjunto. Sua grande precisão, sua pesada espoleta convencional, seu longo alcance e sua capacidade de atirar granadas nucleares justificam sua manutenção como arma poderosa num futuro imediato.



Obus Autopropulsado XM-104

Obus Autopropulsado 155 mm,
howitzer, T196E1

O novo canhão autopropulsado de 175 mm M 107, é o canhão preciso de maior alcance dado agora à artilharia de campanha. Seu alcance, sendo maior do que o de qualquer outro canhão, dá-lhe condições para atingir as retaguardas inimigas, inclusive sua artilharia. Surpreendentemente móvel e bem adapta-



Canhão Autopropulsado 175 mm M 107

unidades de combate está próxima, e eles serão uma ajuda real. Maiores melhoramentos devem ser feitos, entretanto, se desejamos continuar a concorrer e ultrapassar nossos inimigos potenciais no lançamento de potência de fogo.

A Escola de Artilharia e de Mísseis considera estes fatores, quando estabelece nossas necessidades em canhões para o futuro: alcance, eficiência, mobilidade terrestre, transportabilidade, capacidade de recuperação, presteza de reação e necessidades logísticas.

Canhões com longo alcance são necessários se o comandante deseja ter capacidade de engajar o inimigo desde grandes distâncias. Em uma luta entre forças móveis e altamente móveis, que estarão combatendo em grandes áreas do terreno, no qual as unidades estarão largamente espalhadas em virtude da ameaça nuclear, tornar-se-ão muito importantes aumentos no alcance dos canhões. Há um limite para os alcances que podem ser obtidos de um tubo de canhão, mas testes com propelentes e sobre a estrutura das granadas devem continuar a fornecer melhoramentos. Com os melhoramentos na busca de objetivos, que estão sendo procurados nas armas da artilharia, seremos capazes de localizar mais rapidamente objetivos distantes.

Algumas vezes um objetivo está fugindo e deve ser destruído rapidamente por tiros precisos de canhões cujos dados de tiro foram determinados por um computador digital eletrônico, para se obter uma destruição do mesmo no primeiro tiro.

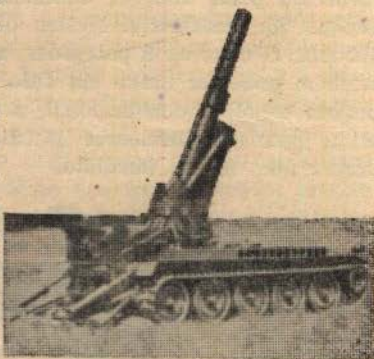
Depois do que os informes sobre o objetivo transformam-se em informações, que serão remetidas aos altos escalões por meio do S/2.

A eficiência do tiro não-nuclear é extremamente importante, ainda que nos Exércitos atuais nós não apreciemos inteiramente este aspecto. Não devemos destruir um objetivo arrastando uma grande extensão do terreno em torno dele.

Você pode atemorizar soldados inimigos com a fumaça de seus tiros, com os estampidos e as poeiras, mas você não poderá intimidar muitos deles depois de mortos.

do para operações rápidas, ele usa o mesmo reparo que o nôvo obus autopropulsado M 110 de 8 polegadas.

Estas novas armas mantêm as virtudes do tubo e aumentam as possibilidades da Artilharia de Campanha para apoiar a infantaria e os blindados. Sua distribuição para as



Obus Autopropulsado de 8 polegadas M 110

Se uma concentração é parte de sua missão, ela deve ser executada precisamente, e aí é onde o tubo do canhão se saíra brilhantemente.

Futuramente, aumentará a letalidade das ogivas-de-guerra. Uma grande cadência de tiro com ogivas-de-guerra, cujos arrebutamentos tenham pequenas zonas de destruição, ou tenham uma baixa probabilidade de perdas dentro destas áreas, não será tão eficiente quanto uma pequena cadência de tiro em armas cujas ogivas-de-guerra sejam mortalmente suficientes para cumprir a missão ao arrebutarem sobre o objetivo. O canhão do futuro necessita das melhores ogivas-de-guerra que lhe possamos fornecer para o emprêgo contra uma variedade de objetivos. Um simples poder explosivo não será um requisito essencial de uma ogiva-de-guerra.

A MOBILIDADE AFETA O EMPRÊGO

Como nós atiramos sobre a superfície terrestre, é claro que o grau de mobilidade terrestre influirá o emprêgo de nossas armas. A capacidade em responder instantaneamente a um pedido de tiro, tornar-se-á mais urgente no futuro. Peças de canhões autopropulsados relativamente leves podem percorrer mais facilmente o terreno e entrar em ação mais rapidamente que suas congêneres rebocadas. Uma peça autopropulsada pode pesar menos que a versão rebocada e seu trator. O canhão, operando com divisões blindadas e mecanizadas, deve ser, êle próprio, blindado; estretanto, devemos resistir à tendência de aumentar o peso dos modelos, que devem permanecer leves. A ideia de autopropulsado não deve trazer em si mesma ideia de peso. O novo obus 105 autopropulsado XM-104 é um exemplo de uma arma cujo aspecto elegante corporifica o binômio **peso leve e volume de fogo**. Espere-se que possa ser transportado por helicópteros.

Estas peças deverão ter aptidão para cruzar superfícies líquidas preferentemente por navegação, para não serem retardadas em seu movimento. A velocidade terrestre deve ser ao menos igual à dos veículos da força apoiada e ter naturalmente adequado raio de ação de operações sem necessidade de manutenção ou reabastecimento.

No futuro, o combate em selvas, montanhas ou desertos, ou em terrenos onde as operações possam ser altamente móveis, exigirá que a artilharia de campanha seja prontamente transportada pelo ar. Peças e equipamentos de apoio terão de ser movidos para longas distâncias e será imperativo que tantos tipos quantos possíveis sejam adaptadas para o transporte estratégico por meios aéreos. Depois de os canhões chegarem à zona tática, helicópteros ou outros tipos de aeronaves de asas rotativas poderão tornar-se os meios principais de transporte, de vendo a artilharia ter seus planos para esta eventualidade. As peças autopropulsadas leves, que nós descrevemos, são bem indicadas para

este tipo de ação. Elas podem ser transportadas facilmente para áreas onde sejam necessárias, e, depois, por seus próprios meios, mover-se imediatamente para fora da sua área de lançamento. Em pouco tempo, contamos ver as peças de artilharia montadas em veículos aéreos.

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO


O canhão e o equipamento acessório deve continuar a possuir a capacidade de durabilidade na missão. Eles devem ser apropriadamente robustos, rústicos e ter eficiência em combate. A proteção da guarnição exigirá blindagens para algumas armas e equipamentos de unidades que apoiarão as forças blindadas durante as rupturas.

Não podem ser toleradas manutenção e operações excessivas na retaguarda. Uma peça complexa, que é difícil de empregar e que deverá ter apoio logístico custoso e extenso, exigindo uma grande equipe de especialistas peritos, usando complicado equipamento, não será nunca o ideal a atingir, seja do ponto de vista da presteza, da reação ou de apoio logístico.

Para ser adotado, o canhão do futuro deve atender às necessidades que nós citamos anteriormente.

Necessariamente, quase todas as armas que adotamos pressupõem compromissos e trocas entre as várias características impostas. É importante que não limitemos nossas pesquisas e desenvolvimentos à simples utilização de calibres que foram desejáveis 30 ou 50 anos atrás. Uma nova aproximação, ou tentativa, é necessária.

Em nossas guerras passadas, a Artilharia à base de canhões executou um magnífico trabalho. Atualmente, ela é o elemento predominante da manutenção da potência de fogo, se as operações exigem ogivas-de-guerra convencionais, nucleares ou químicas. Sem o apoio dos canhões, a manobra dos exércitos será inapta para cumprir sua missão. Devemos continuar a procurar a velocidade de reação, a precisão e a eficiência no combate, por meio de armas que sejam simples, de fácil realização e baratas. Para atingir estes objetivos no nosso apoio de fogo, devemos explorar a utilização apropriada do canhão da artilharia de campanha — a arma que, agora e no futuro, poderá falar com a autoridade de RAINHA DAS BATALHAS.



A REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Coronel Inf JOÃO PERBOYRE VASCONCELLOS FERREIRA
Oficial de Estado-Maior

1 — INTRODUÇÃO — O propósito do presente trabalho é apresentar o quadro geral ideológico da revolução brasileira de 31 de março. Dentro do princípio aceito de que a história se repete sem cessar — vamos tentar ligá-la, em seus aspectos gerais, ao próprio processo histórico humano que é o grande rio onde se agitam, crescem, se ajustam e se amortecem os conflitos.

Embora cada civilização tenha seu próprio desenvolvimento particular que a torna ímpar e inconfundível, há uma amarra que as liga tôdas a um centro geral de interesse que se chama evolução ou, se se quiser ser mais preciso, há em tôdas elas um apêlo, inarredável, de procurar cada vez mais instrumentos para a expansão do seu domínio sobre o mundo exterior e para a expressão o mais possível autêntica do seu mundo interior.

Certamente que não teremos tempo de dissecar o intrincado processo da revolução como teoria, mas poderíamos num *close up* fixar os caracteres comuns que a definem.

O estudo é assim válido embora impreciso.

Como o caminho social, do qual a revolução é um atalho brusco, já mereceu de inteligências lúcidas os mais diversos traçados, não vai ser grave o simplismo da projeção por nós apresentada que não é síntese e sim uma como *intuição* dos caminhos percorridos.

2 — GENERALIDADES — Em grandes linhas, a revolução é uma réplica violenta que o sentido ascensional da história de um povo opõe às cristalizações sustentadas pelos grupos dominantes nos terrenos religiosos, ou políticos, sociais e econômicos. Essas cristalizações são nomeadas genericamente antagonismos — oposições à grande diretriz da história que de um modo geral representa a marcha de um conceito individualista, grupal da vida para um conceito mais social e universalista.

É lógico que êsse grande turbilhão histórico, onde fervilham interesses de todos os níveis, não avança como um todo ordenado. Formam-se no seu seio "redemoinhos sociais" parasitas que são os conflitos dos antagonismos locais divorciados da grande diretriz histórica, embora participe dela pela violência do ímpeto com que são movimentados. São mo-

vimentos revolucionários sem nenhum sentido ascensional, que servem às inquietações e anseios de grupos dominantes lutando por seus privilégios. São ações reacionárias ao grande curso de história do crescimento humano.

Dessa apresentação singela e despretençiosa poderemos concluir por duas grandes séries de movimentos revolucionários:

- *Movimentos em consonância com o sentido social da vida;*
- *Movimentos dos grupos cristalizados, em busca do poder.*

3 — SÍNTESE DO QUADRO BRASILEIRO — A civilização brasileira formada tipicamente por colonização — ou se quiserem, filiada ao grande grupo das civilizações do mundo ocidental, tendo tomado, através de longo tempo, por empréstimo as conquistas tecnológicas e científicas desse mundo, apresenta-se amadurecida para seguir o seu próprio caminho.

Trabalha, contudo, dentro dela um sistema estrutural que reage ao empuxo histórico do século cuja mensagem é a predominância do geral sobre o particular, caracterizada no símbolo justiça social, objetivando o chamado bem-estar social.

Esse conflito natural e filho do próprio crescimento do nível da civilização nacional, e que é um indício da nossa maturidade, vem inspirando aos líderes das duas principais correntes ideológicas — comunista e democrática — várias soluções de compromisso.

Particularmente, cada solução determinaria, como é óbvio, a tomada do poder pelo grupo respectivo e, assim, a luta tingiu-se fortemente de uma luta por privilégios e pelo poder, embora escondesse um forte conteúdo ideológico sob a forma de programas.

Para responder àquele apêlo histórico já referido, uma bandeira indefinida e única, para ambos os partidos foi desfraldada: "Reformas de base".

Pode-se afirmar de antemão que se trata de uma bandeira certa e legítima com fundamento nas aspirações mais íntimas do povo brasileiro e por ser de difícil formulação, exigindo para isso quase que uma equipe de estadistas, tornou-se paradoxalmente fácil traduzi-la em jargão sob a forma de idéias definitivas e messiânicas, tão do gosto das mentalidades primárias.

A demagogia foi assim a retórica comum aos dois quadros ideológicos, numa tentativa de conquista do povo que, para a ala comunista, é o escopo principal da guerra revolucionária em que estava empenhado, e que, para a ala democrática, seria uma garantia da manutenção do *statu quo* fortemente acusado de antiquado e corrompido, contra o qual se levantavam as vozes das reformas. A solução para os democratas seria pro-

curar compensar êsses desacertos com um conceito embora impreciso de *liberdade*, termo de imensa latitude que pode significar desde a exaltação do egoísmo e da vagabundagem até a exaltação do grupo, transferindo a êsse totalmente o atributo de exercê-la, a prejuízo do indivíduo.

Em suma as duas técnicas comunistas e democratas unidas no mesmo afã de disputa da bandeira das reformas, em busca da justiça social permaneceram distanciadas, apenas, em torno do conceito de liberdade que passou a ser o símbolo autêntico da reação democrática, quando êsse conceito tendesse para preservar a *pessoa humana* contra uma idéia de liberdade gregária e antiindividualista.

a) Técnica Comunista

A técnica comunista, mais atrevida e organizada, infiltrou-se no Governo valendo-se, dentre outros fatores, da sede de poder do Presidente, dando-lhe um apoio incontestado através das bandeiras reivindicatórias que êle no seu primarismo acreditava que eram privilégios do comunismo e *made in Rússia*.

Desconhecia êle, infelizmente, a mais nobre força que vem impulsionando a humanidade desde o seu berço, que é o espírito humano, com sua sede de evolução ampla e, particularmente, sede de uma convivência social mais justa, gerando, entre outros monumentos, o mais significativo de todos que é o monumento do direito, efervescente e grandioso, marcando com suas arremetidas, sempre para cima, a estatura real de uma civilização.

Iludido por uma falsa liderança foi o Governo ultrapassado pelos fatos, e transformou-se em humilde porta-voz dos comunistas e assim o vimos cair abraçado a um símbolo já vazio de poder.

Nesta rápida passagem pelo poder, os comunistas e seus colaboradores não tiveram força para evitar a degradação do mesmo, através da corrupção desenfreada e, assim, os princípios austeros e idealistas de uma sã pontica social agitaram-se sem eco numa atmosfera bem mais real e primária do dinheiro fácil, das empreitadas de agitação a sôlido, descharacterizando completamente o movimento apregoado em proveito das massas.

Êsse paradoxo, no campo da ética, valeu para os democratas como uma vitória. A bandeira da corrupção mudou de mãos e os líderes amontoados pelas vantagens desfrutadas, como que aguardavam o dia 31 de março para debandarem como grupos de saiteadores surpreendidos por ação policial.

b) Técnica Democrática

O exílio do poder serviu aos democráticos para um reajuste de consciência e para reafirmação dos princípios nobres da democracia. Mal-

grado comprometidos, salvo honrosas exceções, com a onda de corrupção das últimas décadas, puderam murmurar com alguma contrição o seu *pecavi*.

Contavam por outro lado com a maioria do povo, fortemente identificado com seu próprio passado cristão e cômico de que os problemas sociais poderiam ser equacionados e resolvidos dentro da técnica democrática, sem violentar-lhe a cultura, ou seja, o seu comportamento social.

Os seus líderes mais esclarecidos sabiam que a história não faz necessariamente a revolução comunista ou a revolução democrática, que são apenas técnicas que ela maneja, e sim faz a evolução social no alto sentido de promover o bem-estar de todos.

A revolução, para a história, é um incidente que ela registra apenas contra a cegueira dos que não querem sentir o alto sentido da vida.

4 — REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO

A revolução de 31 de março representa uma vitória da técnica democrática.

Pregada e vivida nos lares e nas ruas, criou demonstrações maciças de opinião pública como a "Marcha por Deus e pela Liberdade", em São Paulo, que foi sem dúvida o 1º dia da revolução.

É uma revolução reformista pelo fato de ser revolução do povo que tão bem entende, por intuição, o momento histórico que atravessa.

E é uma revolução democrática porque se ateve nos métodos aos modelos democráticos e se conduziu sem radicalismo extremado na reformulação da nova ordem. Apenas ela aferiu, sem querer, a fraqueza da chamada ala democrática, sem representante à altura para conduzir os acontecimentos e que merecesse a confiança do povo e pudesse ser o timoneiro na fase difícil de reconstrução posterior. A solução imposta por essa deficiência, filha do desinteresse dos quadros políticos, como regra, pelo bem público, foi uma solução nos moldes carismáticos: um homem de exceção, com *status* suficiente para se impor à Nação, acima dos partidos, com a tarefa gigante de improvisar o Governo de uma nação onde as elites, no dizer de Toynbee, deixaram de ser criadoras e se distanciaram demais do povo ao ponto de não entender o desafio do momento e em consequência a resposta adequada!

Já agora que a revolução avança 3 meses, já se entrevê o desentendimento dessas elites procurando esconder-se no passado, ao passo que os grupos econômicos com representação maciça no Congresso tonificam o seu velho sonho de hegemonia, o que será a falência total da revolução.

Mas de um modo geral os resultados da revolução são irreversíveis, porque de fato ela foi um passo de evolução, dentro da história e segundo as características específicas do povo brasileiro.

Ela terá que lutar ainda:

— Contra os grupos subversivos que pretenderão introduzir uma técnica atritante com a alma nacional para a conquista dos objetivos nacionais;

— Contra os antagonismos políticos e econômicos que representam apenas a luta pelo poder de minorias privilegiadas, procurando dar-se ares de autenticidade revolucionária e amantes do progresso social, quando continuam por suas origens extrapopulares como filhas do poder econômico, como forças familiarizadas com a corrupção, como *redemoinhos* do grande movimento renovador brasileiro, reacionários à história e à legítima técnica democrática;

— Pela reidentificação do Congresso com o povo que representa.

CONCLUSÕES

- 1 — A revolução de 31 de março foi uma aspiração legítima do povo.
- 2 — Processou-se identificada com a cultura brasileira.
- 3 — Adotou os objetivos históricos do século.
- 4 — Tem como objetivo a reformulação democrática dos problemas brasileiros.
- 5 — Contra a opinião de muitos, não tem a preocupação ética de converter consciências, como se fôsse um serviço de catequese.
- 6 — Criou contudo um clima adverso aos nossos vícios políticos e pretende dentro do ideal democrático entregar a liderança aos melhores.
- 7 — Pode ser classificada, sem exagero, como um movimento ascensional em consonância com o sentido social da vida.



Guerreiro os dissidentes, mas sinto as suas desditas, o choro pelas vítimas como pai pelos seus filhos.

Caxias

PUBLICAÇÕES

Recebemos e agradecemos as seguintes publicações:

Nacionais:

- *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil* (1º semestre de 1964).
- *Boletim do Clube Naval* (N. 177. 1º trimestre de 1964).
- *Revista Marítima Brasileira* (Ns. 7, 8 e 9, julho, agosto e setembro de 1963).
- *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Maria — RS* (N. 2, 1963).
- *Petrobrás* (Ns. 208/209, maio, junho, julho e agosto, 1964).

Estrangeiras:

- *Revista de Publicaciones Navales — Argentina* (N. 549, abril e junho, 1963).
- *Revista Militare — Itália* (N. 6, junho, 1964).
- *Fuerzas Armadas de Venezuela* (Ns. 202/204, abril e junho, 205/207, julho e setembro, 208/210, outubro e dezembro, de 1963, 211/213, janeiro e março de 1964).
- *Ejército — Guatemala* (N. 14, outubro, 1963).
- *Military Review* (Edição Brasileira) — (Outubro, 1963).
- *Revue de Defense Nationale — França* (Julho de 1964).
- *TAM* (Terre — Air — Mer) — França (N. 46, junho, e 48, julho, 1964).
- *Berlin Report* (Ns. 4 e 5, 1964).
- *Boletim Informativo — Fuerzas Armadas de Venezuela* (N. 31, dezembro, 1963).
- *El Caballo — Argentina* (Abril de 1964).

PEDE-SE PERMUTA

PIEDESE CANJE

WE ASK FOR EXCHANGE

ON DEMANDE L'ÉCHANGE

MAN BITTET UM AUSTAUSCH

SI RICHIEDE LO SCAMBIO

GUERRA DA CISPLATINA

(1826 — 1828)

O presente trabalho foi organizado pelo Major de Art Walfrido J. Alvares de Azevedo e é uma colaboração dos alunos de Art e Eng da ECEME aos seus companheiros candidatos à Escola.

1. APRESENTAÇÃO

Não é nossa pretensão, nem poderia ser, apresentar novidades.

O assunto tem sido sobejamente tratado por historiadores de nomeada e o que vamos fazer nada mais é do que pôr em ordem o que está disperso em vários livros, isto é, organizar o "Ponto", como um resumo, dentro das conveniências de quem estuda para o concurso de admissão à ECEME.

Pensamos que "organizar o ponto" é juntar, em um só documento, a matéria contida nas diversas fontes de consulta, poupando ao candidato perda de tempo.

Assim, coletando daqui e dali, chegaremos mesmo a transcrever trechos de livros, sem desdouro algum, pois não nos move o desejo de apresentar originalidade, que, de resto, não poderíamos mesmo ostentar.

Dividiremos nosso trabalho em quatro partes:

- Causas da Guerra;
- Relato dos acontecimentos;
- Consequência da Guerra;
- Análise das principais ações militares à luz da doutrina atual.

Na parte referente ao relato dos acontecimentos, indispensável à compreensão das partes que se lhe seguem, limitar-nos-emos à transcrição do livro do Gen F. de Paula Cidade "Lutas, ao Sul do Brasil", com os espanhóis e seus descendentes", edição da Biblioteca do Exército, que muito bem explana o assunto.

2. CAUSAS DA GUERRA

Fixar causas de uma das convulsões havidas nos campos sulinos, numa época em que o estado de beligerância era constante, com alguns períodos de paz apenas aparente, é tarefa difícil.

No território hoje ocupado pela nação uruguaia, fixavam-se descendentes de espanhóis e de portugueses. Inúmeros cidadãos brasileiros e portugueses viviam nesses campos e aí possuíam suas terras e seus bens, misturados aos platinos e aos antigos senhores da terra: os descendentes dos índios, já mestiçados com o branco.

A fronteira não se havia definido e as lutas que aí se travaram é que viriam a traçá-la, separando politicamente as terras.

Podemos dar como causas comuns a qualquer das disputas havidas no Sul, entre elas a Guerra Cisplatina, a efervescência local derivada da instabilidade dos limites e a tradicional rivalidade luso-espanhola, herdada por brasileiros e platinos. Mas essas são causas remotas.

E quais seriam as causas mais próximas? A província Cisplatina fôra anexada em 31 de julho de 1821 ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e pertencia, desde 7 de setembro de 1822, ao Imério do Brasil. O sonho de restabelecimento do Vice-Reinado de Buenos Aires não estava desfeito entre os líderes platinos, todavia.

Esses líderes, todos ambicionando o Poder, não chegavam a um acôrdo quanto à forma de governo a adotar nas Províncias Unidas.

Unitários e confederalistas só convergiam em suas opiniões no tocante à velha questão do Vice-Reinado.

O momento era propício às ações que visassem separar a Província Cisplatina do Império, pois o Brasil atravessava uma fase crítica após a independência. Militarmente estava enfraquecido e o burburinho político monopolizava as atenções dos dirigentes.

Acresce que caudilhos uruguaiois, como Lavalleja e Rivera, mantinham viva a idéia de uma pátria livre, pela qual se batera Artigas até 1820.

Se Buenos Aires conseguisse a adesão dêsses caudilhos, aproveitando o enfraquecimento do Império, a luta se travaria com promissoras perspectivas de levar a Banda Oriental para a órbita de Buenos Aires.

Por sua vez, os chefes uruguaiois viam a questão de modo análogo, exceto quanto ao epílogo da luta, pois contavam que, auxiliados por Buenos Aires, poderiam lograr seus intentos e fazer a independência do Uruguai.

O entrechoque de intenções convulsionava o ambiente e o caminho para a guerra estava aberto.

Resumindo, podemos dizer que as causas da Guerra Cisplatina foram:

a) *Causas remotas:*

- Instabilidade das fronteiras;
- Tradicional rivalidade luso-espanhola.

b) *Causas próximas*:

- Sonho platino de restabelecimento do Vice-Reinado de Buenos Aires;
- Ideal de independência dos caudilhos uruguaios;
- enfraquecimento militar e político do Império do Brasil.

3. RELATO DOS ACONTECIMENTOS

Muito embora devamos estudar o segundo período da guerra, isto é, de 1826 a 1828, ficaria incompleto nosso estudo se não nos referíssemos à ocorrências de 1825, pois a guerra começou em 19 de abril de 1825, com o desembarque dos 33 em Agraciada.

O estudo da 1ª parte é necessário à boa compreensão do restante da Guerra.

De vários livros retiramos a informação de que "Los treinta y tres orientales" não eram 33 e sim 34 e que entre eles havia um brasileiro e que 15 dos demais não eram "orientales".

Dito isto, a título de curiosidade, passamos ao desenrolar da guerra e, para isso, vamos transcrever as páginas 195 a 208, 215 a 228, 235 a 252 e 261 a 279, do livro do Gen F. de Paula Cidade "Lutas, ao Sul do Brasil, com os espanhóis e seus descendentes".

Diz Paula Cidade:

"A 19 de abril de 1825, um grupo de 34 homens, dos quais um brasileiro e 15 de diversas outras nacionalidades, embora entrado na história sob o nome de "los treinta y tres orientales", irrompia no interior do território cisplatino, vindo de Buenos Aires, desembarcando numa região onde já eram esperados por outros companheiros. Desembarcando a 19, quatro dias mais tarde obtém o seu primeiro grande êxito, cujas origens até hoje se conservam obscuras. Perto do ponto em que o pequeno grupo saltou em terra, achava-se uma força legalista, muito mais numerosa, comandada pelo coronel oriental, ao serviço do Brasil, Julian Laguna, um dos colaboradores do capitão-general Carlos Frederico Lecór. O coronel Juan Antonio Lavalleja, que comandava os chamados 33, cai-lhe em cima, com o seu reduzido grupo revolucionário. Laguna e seus soldados são aprisionados e aderem à revolução.

Ao saber desses acontecimentos, o general Lecór envia outro homem de sua confiança, o brigadeiro Frutuoso Rivera, ou Ribeiro para sufocar o movimento. O bravo general é também surpreendido e aprisionado, pelo que adere com as suas tropas ao partido que fazia o jogo de Buenos Aires.

E como era chefe militar de "campanha" uruguiaia, dá ordens a seus comandados e traz para as fileiras insurretas um valioso contingente. O tenente alemão do 27º Batalhão de Caçadores, Carl Seidler, contemporâneo dos acontecimentos, afirma que houve simulação em tudo isso.

Pouco depois, Rivera dá suas ordens a outros comandados seus inclusive brasileiros, do que resulta o "aprisionamento" do Regimento de Dragões Orientais, que com seus homens vem reforçar o exército revolucionário, que em tão pouco tempo fôra criado à vista do general Lecór, com auxílio dos seus mais dedicados servidores e amigos...

O chefe lusitano, que noutros tempos havia sido um bom soldado, fracassara na velhice, quando se arvorava em político.

Obtidos os primeiros êxitos, mais de caráter político do que militar, foi fácil aos revolucionários mobilizar todos os recursos do país, uma vez que Montevidéu, Colônia e poucos outros pontos continuaram em nosso poder.

No dia 7 de maio de 1825, isto é, 17 dias após o desembarque dos 33, a cidade de Montevidéu era posta em sítio, tendo dentro da praça uma forte guarnição, que nada tenta imediatamente contra o mal articulado inimigo que tinha pela frente.

A notícia do Golpe preparado em Buenos Aires estalou como uma bomba, não só em Montevidéu, como no Rio de Janeiro e em Pôrto Alegre. A surpresa obscureceu o raciocínio. Não havia tropas disponíveis no Rio Grande, porque a maioria delas fôra enviada para a Cisplatina. A pequena guarnição rio-grandense perdera a solidez de outros tempos, pela falta de treino, pois a instrução continuada e metódica das forças armadas só 85 anos mais tarde entraria nos costumes militares.

O marechal José de Abreu, comandante das armas do Rio Grande do Sul, desprezando os prudentes conselhos do presidente da Província, Visconde de S. Leopoldo, abandonou o papel passivo de chefe de forças de cobertura e lançou-se em operações ofensivas, aliás obrando de acôrdo com as vistas do governo imperial. Veremos, no entanto, que as atitudes dêsse valente general das coxilhas gaúchas, nessa emergência, foi apenas uma atividade sem sorte, uma ousadia cavalheiresca à qual a fortuna dá as costas.

Na falta de um plano de operações previamente assentado, os acontecimentos vogam ao acaso e, seguindo seu curso natural, consubstanciaram-se em poucas palavras, tracejadas sem levar em conta a relação necessária entre as missões e os meios materiais para cumpri-las; guarnecer fortemente Montevidéu e Colônia e com as tropas da própria Cisplatina e agir ofensivamente contra os rebeldes, lançando mão das tropas do Rio Grande — na sua maioria, milicianos. Um arremêdo mal feito do chamado plano de operações contra Artigas.

No primeiro momento, as poucas tropas disponíveis foram distribuídas pelas fronteiras, localizando-se a maioria delas atrás do rio Santa Maria, que na última guerra fôra considerado uma posição chave.

Das imediações do passo do Rosário, marchava logo depois o inculto, mas bravo marechal José Abreu, no decorrer desses dias elevado a Barão do Cêrro Largo, para as proximidades de Alegrete. Incorporando em marcha outros elementos, constituiu êle o que então se chamava

uma divisão, de duas brigadas e penetrou com ela na região sublevada, para estacionar perto de Mercedes (hoje República Oriental do Uruguai).

Na verdade, o estado de suas cavalhadas não lhe permitia atacar imediatamente.

As várias centenas de quilômetros percorridos numa dura quadra invernososa deviam ter causado não só à tropa, como ao general que a guiava, os maiores sofrimentos, que bem se avaliam quando se sabe que José de Abreu quase ficou cego ao têrmo da investida. Mercedes, situada sôbre o Rio Negro, afluente do Rio Uruguai, permitia fácil ligação com a esquadilha que dominava o rio e mais, facilitava a utilização do rincão das Galinhas para refazer as cavalhadas.

Naquele ponto, aguardaria a incorporação de outras unidades milicianas que estavam sendo puxadas do interior do Rio Grande. Em resumo: influência dos rincões nas operações de guerra daqueles tempos.

Não podia deixar de ser uma surpresa desagradável para os platinos a chegada de Abreu a Mercedes, embora como ponto de concentração para o exército que se pretendia formar, fôsse aquela região muito mal escolhida, por se achar às barbas do inimigo.

Nasce daí, naturalmente, a idéia de expelir dali o chefe-imperial, antes de que se encontre êle em condições de tomar a ofensiva. Rivera, à frente de uma forte coluna, aproximou-se das forças brasileiras e ao cair da noite levou um ataque de surpresa aos arrabaldes do povoado, guiados os atacantes por trânsfugas e espíões. Rivera não foi bem sucedido nessa empresa, mas os assaltos continuaram nos dias seguintes.

Logo depois, Abreu procurava revidar os golpes dos contrários e, por ordem sua, Bento Manoel Rbeiro saía de Mercedes, à noite, furtivamente, para tentar, por sua vez, uma decisão em campo aberto. Por pouco a surpresa não foi completa. Perto da coxilha do Arbolito deu-se o encontro, no dia 4 de setembro. Foi chamado **combate do Arbolito** ou de **Aguila**. A luta começou por um cerrado tiroteio, seguindo-se re-nhido corpo a corpo.

Rivera foi derrotado e perseguido até sete léguas de distância, tendo 64 mortos e 14 feridos.

O combate do Arbolito não deixou de ser para os brasileiros um triunfo de alguma importância, tanto assim que Lavalleja, que no momento sitiava Colônia, correu para o interior, levantando o sítio daquela praça. No entanto, foi o canto do cisne para nossas armas, na primeira fase da guerra. A partir daí a fortuna deu-nos as costas e, embora os chefes permanecessem os mesmos no espírito ofensivo, as tropas sofreram terríveis revêses.

Após o encontro do Arbolito, Bento Manoel foi enviado a Montevideú, à frente de uma coluna relativamente importante, por ordem de Lecór. A 13 de setembro de 1825, já se achava naquela cidade. As forças de Mercedes ficaram com isso muito reduzidas. Para refazer seus prestígio, Rivera projeta um golpe que, favorecido pelo acaso, adquire propor-

ções com que antecipadamente não era dado contar; apodera-se das cavalhadas de Abreu, guardadas no Rincão das Galinhas por uma pequena escolta e separada do grosso das tropas pelo rio caudaloso.

Tal operação, levada a efeito com êxito favorável, seria para nossas tropas um golpe muito doloroso, por deixá-las mais ou menos a pé no meio da "Campanha" oriental, sem nada poder empreender, salvo a retirada dos navios da esquadilha ou um problemático regresso ao território nacional, que poderia transformar numa catástrofe, se o inimigo atacasse a coluna em retirada.

Dizem os platinos que Rivera destinou 450 homens, sob o comando do coronel Latorre, para fazer uma demonstração sobre Mercedes e que com os 260 que lhe restavam dirigiu-se para o rincão, onde sabia perfeitamente que só havia uma guarda de cinquenta homens. As coisas ter-se-iam passado como se segue: os dois chefes orientais marcharam separados, cada qual no seu rumo. A 22 de setembro, chegou Rivera, sem ser pressentido pelo adversário, ao rio Negro. Deixou cair a noite no decorrer da qual, exatamente quando efetuava a travessia do curso d'água, foi informado de que se aproximavam dois regimentos de cavalaria miliciania brasileira, tropas comandadas pelos coronéis Jerônimo Gomes Jardim e José Luiz Mena Barreto. Na manhã de 23, tinha o chefe uruguaio suas forças reunidas do lado interno do rincão. A pequena guarda brasileira que ali se achava destacada nada suspeitava e os seus componentes certamente dormiam nos ranchos cobertos de capim, que naquelas guerras substituíam as barracas.

Sem suspender a operação em que estava empenhado, o chefe oriental mandou acompanhar cuidadosamente os movimentos do inimigo que se aproximava, no momento assinalado ainda muito longe, nas imediações de Paissandu.

Aguardando informações e ocultando a sua presença ali, Rivera não se move no decorrer do dia 23. Na manhã de 24, a escolta brasileira era surpreendida e liquidada.

Abreu devia ter nesse momento sua atenção voltada para o arroio Benguelô, onde Latorre, com sua coluna, já se havia mostrado.

Pouco depois chegam informações que indicam que as tropas inimigas rumam para o rincão das Galinhas. Havia marchado com incrível rapidez. As forças orientais estavam dentro de uma ratoeira, que poderia ser fechada a qualquer momento pelo inimigo. Que fazer? Abandonar a rica presa e procurar reatravessar o rio, para deixar o rincão ou armar uma emboscada, para surpreender os brasileiros, são as únicas alternativas. Rivera deve ter tido boas razões para optar por esta última solução. Certamente, sabia do mau estado da cavalhada e da indisciplina da tropa, que marchava em debandada, numa corrida desenfreada.

Achava-se ainda ocupado em arrebanhar os cavalos e o gado de corte que Abreu ali havia recolhido, quando foi avisado de que os re-

gimentos brasileiros de 2ª linha estavam já chegando ao longo desfila-deiro da boca do rincão.

Eram os de n. 24 e 25, formados por índios das missões. Rivera dispôs rapidamente suas tropas ao combate, abrigando-se das vistas do inimigo. Aguardou a chegada dos incautos e sobre eles caiu de chôfre. A maior parte dos atacados procurou a salvação na fuga. Apenas aqui e ali alguns grupos, chefiados por oficiais resolutos, lutavam desesperadamente. O coronel Mena Barreto recusa render-se e morre de espada em punho.

As perdas brasileiras são, entre mortos e feridos, 120 homens isto é, 1/4 do efetivo surpreendido.

Os nossos vizinhos, como sempre, as exageram.

Com isso, o marechal Abreu sofreu dois golpes sensíveis; ficou privado de uns 7.000 cavalos e dos reforços de que tanto necessitava.

O COMBATE DE SARANDI (FIGS. 1 E 2)

Quando se deu o desastre do rincão das Galinhas, Bento Manoel estava em Montevidéu. A 30 do mesmo mês, isto é, 5 dias mais tarde, abalou aquela praça o ativo chefe imperial, com a intenção de dar o tiro de misericórdia na revolução iniciada por Lavalleja.

A coluna por êle comandada, de acôrdo com as idéias daquele tempo, fôra formada de elementos nada homogêneos, que compreendiam os homens da brigada vinda com êle de Mercedes e 260 que lhe foram dados por Lecór, em Montevidéu.

Esses efetivos completavam-se com praças de cavalaria, com um contingente do 7º Batalhão de Caçadores, 80 índios guaranis provenientes da infantaria, armados de lanças e um pequeno número de soldados que provinham de unidades de artilharia.

Um verdadeiro mosaico de combatentes, reunidos num destacamento exclusivamente de cavalaria. O coronel Bento Gonçalves, que comandava na região de Jaguarão, foi puxado na direção de Minas (Rep Oriental do Uruguai), a fim de reforçar a coluna Bento Manoel.

O general Lecór não estava bem informado sobre os efetivos de que dispunham os revoltosos e acreditou que essas forças fôsem suficientes para batê-los, máxime que na última guerra, poucos anos antes, os exércitos de Artigas haviam sido derrotados por tropas muito menos numerosas do que êles.

A reunião de Bento Manoel com Bento Gonçalves, que trazia consigo 450 homens, todos milicianos, fêz-se sem dificuldades, a 8 de outubro de 1825, em Godói. Logo depois, chega ao conhecimento de Bento Manoel que Lavalleja e Rivera estacionavam em pontos diferentes.

O Chefe brasileiro resolve chocar-se, forte contra o fraco, o que é uma idéia sã em tática, caindo com tôdas as suas tropas em cima de Lavalleja, o caudilho que chefiava a revolução.

Pretendia surpreendê-lo. Pouco mais tarde muda de idéia e passa a preferir um ajuste de contas com Rivera. Nesse sentido norteia suas operações.

É interessante examinar como Lavalleja encara a situação. De que se trata? De ser o mais forte em qualquer ponto em que o inimigo se apresente. Como a articulação de suas tropas lhe assegure isso, fica apenas acompanhando o movimento dos brasileiros, por meio de um destacamento de cavalaria.

Na noite de 11, não há mais dúvidas; os brasileiros marcham na direção de Rivera. Lavalleja expande ordens aos seus subordinados e marcha durante essa noite, de modo que a 12 tem todos os seus meios reunidos nas cabeceiras do arroio Sarandi. Como já estavam longe aqueles tempos de Artigas, em que os orientais não manobravam e deixavam bater por partes.

Bento Manoel, que pensava ter apenas Rivera pela frente, choca-se contra Rivera e Lavalleja reunidos; em vez de ser o mais forte, ataca sendo o mais fraco. Sob o ponto de vista de conhecimentos táticos, os dois bandos se equivalem sobre o campo da luta.

Sabendo que o inimigo está a três quilômetros, Lavalleja dá ordens aos seus para mudar de cavalos. O mesmo faz Bento Manoel. Os dois adversários acham-se separados pelo arroio Sarandi.

Bento Manoel evita um ataque contra o inimigo, ao longo da linha d'água, aliás de pequena importância. Para isso, obliqua à esquerda, despontando o arroio pelas cabeceiras. Lavalleja, para não ser golpeado de flanco, faz uma conversão à direita. Ambos os contendores formam-se em linha de coluna, mas só os brasileiros conservam uma pequena reserva.

COMBATE DE SARANDI

MARÇA DE APROXIMAÇÃO E DESDOBRAMENTO

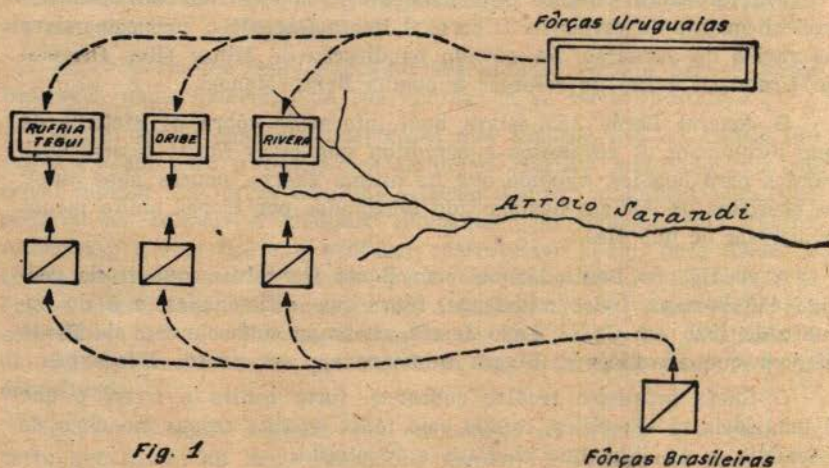


Fig. 1

De acôrdo com o costume brasileiro, que devia acentuar-se nessa guerra, Bento Manoel detém suas tropas a 300 metros do inimigo e à voz de comando, repetida por um clarim, os nossos soldados descarregam suas clavinas sôbre as linhas orientais, depois do que alongam as bandoleiras, para pôr a arma descarregada a tiracolo. Retomada a andadura viva, arrancam das espadas. Lavalleya, um soldado tão bom como Bento Manoel, não espera pela arremetida dos contrários e passa ao contra-ataque, lançando seus homens a galope e de espada em punho contra os brasileiros. O Centro dos nossos dispositivos, formado por tropas originárias do exército, desbarata o centro uruguaio nas nossas alas formadas por tropas milicianas, cedem rapidamente e são postas em debanda. O desastre é completo para estas, que são perseguidas e, em grande parte, exterminadas, não obstante os atos pessoais do heroísmo que ali são praticados.

COMBATE DO SARANDI

ENTREVÊRO

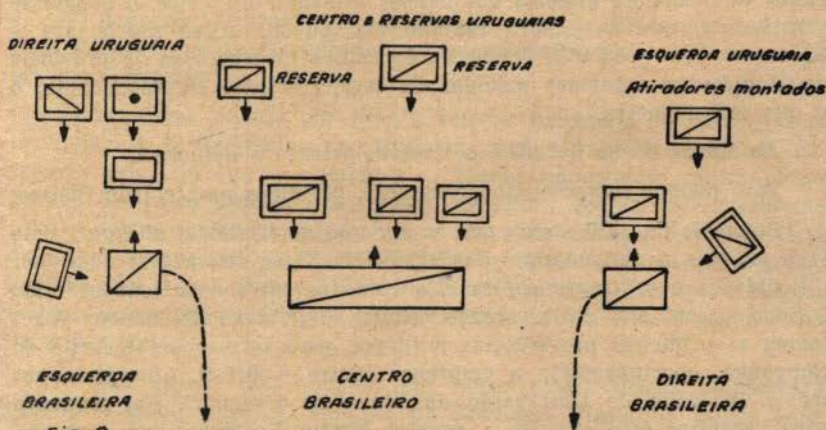


Fig. 2

Com os remanescentes de suas tropas, Bento Manoel e Bento Gonçalves recuam em direções diferentes, deixando os nossos uns 200 mortos sôbre o terreno da luta, além de 575 prisioneiros e um número menos elevado de feridos.

Os orientais tiveram apenas 40 mortos e 93 feridos. O major Joaquim Antonio de Alencastro, que fazia parte do centro, reúne suas tropas e com elas procura abrir caminho para a retirada, mas é esmagado pelo número. Cai prisioneiro com os que o acompanhavam mas sua resistência foi inegavelmente útil aos nossos que batiam em retirada. Bento Manoel dirige-se ao passo do Polanco, no rio Yi, que consegue transpor sem maiores embaraços. Rivera e o coronel Julian Laguna são encarregados de perseguí-lo, mas fracassam nessa missão.

Este foi o combate de Sarandi, que teve lugar no dia 12 de outubro de 1825, aniversário de D. Pedro I.

Abreu, que havia contra sua vontade ficado inativo em Mercedes, notadamente por falta de meios de locomoção, recuou como pôde para o interior do Rio Grande no dia 16 de outubro, isto é, quatro dias mais tarde. Bento Manoel retirou-se para a região de Santana e Bento Gonçalves para a de Jaguarão. Buenos Aires, que havia se descartado de Artigas por nosso intermédio, ia agora procurar bater-nos para reincorporar a antiga província de Montevidéu ao país que estava sendo formado sobre os destroços do seu Vice-Reinado.

Os sucessos militares que culminaram em Sarandi, bem aproveitados pela propaganda inimiga, facilitaram ao Governo de Buenos Aires a tropa de levar o seu país à Guerra, que passou a ser pedida pelo povo da Capital e do interior das Províncias Unidas. O Consulado do Brasil foi atacado por bandos de populares exaltados, fato que ao contrário do que era de esperar, não teve repercussões entre as massas populares do Rio de Janeiro ou de outras cidades brasileiras. Animado pelos êxitos efetivamente grandes dos bandos armados uruguaios, o congresso constituinte, que se achava reunido em Buenos Aires proclamava a 25 de outubro — 13 dias depois de Sarandi a incorporação da província de Montevidéu e tomava medidas de caráter militar correspondente, o que era a guerra.

Ao findar o ano de 1825, o império passava à defensiva.

Para melhor compreensão do assunto, passemos para o lado Platino.

Em maio de 1825, desde que se viu que no território uruaio tudo ia bem, pois o desembarque dos chamados 33 se fizera sem quaisquer dificuldades e as tropas contra eles enviadas em vez de batê-los eram batidas e com eles faziam causa comum, o governo de Buenos Aires tomou as primeiras providências militares, para formar um exército de campanha, oportunamente a empregar contra o Brasil. Começaria por ser o "Exército de Observação da Linha do Uruguai". Foi nomeado para organizar êsse exército o general Martin Rodrigues, seu primeiro comandante. O resto dêsse mês passou-se, bem como o de junho, na expectativa dos acontecimentos que se desenrolavam em território uruaio. No dia 5 de julho, chegava em frente a Buenos Aires uma esquadra brasileira e iniciava uma demonstração naval, destinada a moderar o entusiasmo do povo e do governo daquela cidade. Logo depois, deixava o general Martin Rodrigues a capital e buscava o ponto escolhido para a concentração do exército que devia criar. Poucos dias antes de Sarandi, chegava Martin Rodrigues às imediações do Arroio da China (Concepción del Uruguai), estabelecendo seu acampamento no Arroio del Molino. Deparavam-se-lhe imensas dificuldades, mas a pertinácia dos homens de Buenos Aires sobrepujava a tudo. Um congresso oriental havia, em junho, concedido a Lavalleja o título de Capitão-General e governador da província, confirmando Rivera no posto que êle já tinha no exército do Brasil. A sede do governo, a começo em Flórida, foi trans-

ferida para Durazno, onde estava o quartel-general de Lavalleja. Martin Rodrigues e Lavalleja partem do mesmo ponto, mas querem chegar a lugares diferentes. Surgem situações difíceis que denotam as divergências de objetivos entre os chefes uruguaios e os homens de Buenos Aires.

Buenos Aires punha, 13 dias depois de Sarandi, as cartas na mesa, proclamando a reincorporação da Banda Oriental as províncias Unidas do Rio da Prata, o que equivalia a uma declaração de guerra ao Brasil.

O Império, como já vimos, a 10 de dezembro aceitava a luta, declarando igualmente guerra às províncias Unidas, ou melhor, a Buenos Aires.

Nos últimos dias do ano de 1825, as forças reunidas em Arroio del Molino não excediam de 2.000 homens, mas iam crescendo sempre embora lentamente.

O ano de 1826 veio encontrar os orientais de mão dadas com os homens de Buenos Aires, o que correspondia à idéia de criar camundongos em gaiolas de gatos...

Ao perceber a gravidade da situação que se desenhava ao Sul, Dom Pedro I enviou a tropa de que no momento podia dispor, para a província ameaçada.

Essas forças tinham por base a famosa infantaria nortista e compreendiam o 1º Regimento de Cavalaria, o 3º e o 4º Batalhões de Caçadores, além de outros elementos de menor importância militar. Esse reforço de tropas profissionais, que o imperador enviou apressadamente para o teatro de operações, tomou o nome de Divisão Expedicionária do Sul. Desembarcou em Santa Catarina e marchou por terra até São José do Norte (em frente à Vila do Rio Grande) e dali, para Pelotas e Bagé, a caminho de Santana do Livramento. O seu efetivo não excedia de 2.400 homens.

A essa altura, mantínhamos em nosso poder apenas Montevidéu Colônia e pouco mais. O interior da Província Cisplatina estava tranquilamente em poder do inimigo, com todos os seus recursos. O marechal Abreu, com o que lhe restava das forças com que penetrar em território uruaio, escapara habilmente a um cerco que lhe teria sido fatal, recuando oportunamente para o interior do Rio Grande, para chegar mais ou menos à salvo à região de São Gabriel.

Para cúmulo da balbúrdia, o governador das armas perdera a ligação com o presidente da província, o qual procurou, envolvido pelo pânico generalizado, organizar, como lhe pareceu melhor, a defesa das fronteiras, estendendo um cordão de pequenos destacamentos desde o rio Uruguai até o rio Jaguarão. Com o reaparecimento do marechal Abreu, em fins de 1825, esse dispositivo foi alterado, mas a cobertura continuou em extensão, colocando-se uns 400 homens na barra do Ibicui (rio Uruguai), tendo guardas dali para cima, até Santo Angelo, além de destacamentos volantes nos passos de Santana, Tucumbu e Belém.

No rio Guaraim, foram colocados os regimentos dos coronéis Bento Manoel e Joaquim Jose da Silva, em estreita ligação, mas sem dependencia um do outro. Esses dois chefes deitavam a mão no rio Arapeí curso d'água ao longo do qual passou a correr a linha de vigilancia dos nossos. Bento Gonçalves continuou na região de Jaguarao, para onde se dirigira apos o enrevero do Sarandi. Em Santana foi postado o brigadeiro Sebastião Barreto Pinto, provavelmente com um regimento ou força equivalente. Bage recebeu pequena guarnição. Como as comunicações eram então muito demoradas, não sabia o marechal José de Abreu, ao tomar essas providências, que já estava exonerado de governo das armas, para o que muito deve ter concorrido a sua inimização com o presidente da provincia, Visconde de Sao Leopoldo. Para substitui-lo, foi nomeado, em 1 de dezembro de 1825, o brigadeiro Massena Rosado, comandante da Divisão Expedicionária do Sul. Lecor também fôra atastado de suas funções em novembro.

Ao chegar ao teatro de operações, o novo governador das armas compreendeu que no pé em que se achavam as coisas não era possível empreender imediatamente novas operações. Era preciso reagrupar todas as forças e tomar outras providências. Escolheu a Região de Santana para concentrar o exercito, sem levar em conta as dificuldades que teria para reabastecê-lo e a falsa posição estratégica em que se colocaria em face de uma investida inimiga contra a sua linha de comunicações. De qualquer modo, a concentração que tinha em vista só muito lentamente se foi fazendo.

Depreende-se de um officio de Massena Rosado ao ministro da Guerra, datado de 17 de fevereiro de 1826, de Porto Alegre, que pretendia inicialmente reunir em Bage as tropas que deviam constituir o grosso do exercito, reforçando-as á custa dos elementos que já existiam na fronteira do Rio Grande, isto é, na região de Jaguarao. O exercito passaria a ficar grupado em duas divisões, com uma vanguarda na direção de Cérro Largo. Bento Manoel continuaria com uma brigada no Quaraim, para vigiar a linha do rio Arapeí. Ser-lhe-ia prescrito que, no caso de forte pressão inimiga, recuasse sobre São Diogo, onde seria acolhido.

Isso só foi realizado em parte. Não se conhece o pensamento de Massena Rosado quanto à ação ofensiva, com a qual o imperio devia ganhar a guerra, se bem que exista no Arquivo Nacional, do Rio de Janeiro, um documento anterior ao comando de Barbacena que propõe a colocação de um exército de uns 10.000 homens ao longo de uma frente de várias centenas de quilômetros, num dispositivo sem profundidade, recheado de pedantismos acadêmicos antiquados, como sejam "alas de manobras" "piões estratégicos", etc., e outros termos de uma técnica que ao tempo já era velha. Não tem assinaturas.

E o inimigo? Que estaria fazendo enquanto Massena Rosado reagrupava suas tropas?

Os uruguaios organizavam politicamente o interior da sua provincia. A direção superior da guerra, dominada pelo pulso firme dos gover-

nantes de Buenos Aires, cuidava ativamente da criação de um exército de campanha.

Movidos pela vontade de vencer, mola real de qualquer guerra, os portenhos atiram-se de corpo e alma à tarefa com a qual esperam ganhar a partida e reincorporar a província de Montevideu à esfera política de Buenos Aires. Mas, tudo que se havia feito parecia pouco, pois o tempo trabalhava a favor do Brasil, cujos recursos estavam espalhados pela imensa superfície do país.

O governo de Buenos Aires exigia mais presteza por parte do general comandante do seu exército, porque a situação interna estava a pedir alguma coisa de sensacional e além disso, porque era preciso pôr um pouquinho de água na fervura do autonomismo uruguaio, sentimento que fazia com que os chefes orientais só aceitassem como remédio amargo o concurso das entidades que constituem a Argentina de hoje.

Martin Rodrigues, que até então permanecia em Entre-Rios, no acampamento do Arroio del Molino, teve ordens de passar ao território uruguaio, onde as forças reunidas pelos insurgentes subiam a uns 4.000 homens.

A travessia do rio Uruguai foi prevista em Salto, por meio de canoa, não obstante a possível intervenção de alguma canhoneira brasileira. No entanto, o que mais preocupou o alto comando platino foi uma provável investida de forças inimigas, notadamente no Quaram, apesar da grande distância em que se achavam elas.

Os platinos, como é óbvio, tratavam de cobrir-se nas direções perigosas. Um destacamento lançado para o Norte tinha suas antenas nas imediações do rio Arapeí, onde fazia face à cobertura brasileira; outro destacamento, enviado na direção de Cérro Largo, protegia as tropas de seu partido contra qualquer empreendimento de Bento Gonçalves que, como já vimos, estava na região de Jaguarão.

Não foram julgadas suficientes essas providências. Exigiu-se do comandante do exército de campanha a destruição da brigada Bento Manoel. Veja-se a influência psicológica de um grande nome! As reiteradas ordens de atacar e destruir a brigada de Bento Manoel, contestava Martin Rodriguez com tódia a razão: "Já o teria feito se não soubesse que na distância em que se acha, de mais de 80 léguas, o movimento é infrutífero, porque o inimigo se retrairia em tempo e não se comprometeria num combate desigual, etc. O movimento contra Bento Manoel seria infrutífero e ao mesmo tempo ocasionaria a perda da cavallhada que se empregasse".

Buenos Aires insiste e não há senão cumprir a ordem. Providenciou o comandante platino, relativamente a outras investidas contra nossas forças de cobertura, cujas missões defensivas não foram bem compreendidas pelo adversário.

No entanto, eram tais as dificuldades encontradas para dar cumprimento a essas medidas de segurança de caráter ofensivo, que foi

necessário passar ao território uruguaio antes que elas pudessem ser levadas a efeito.

As forças marchavam para o norte e detiveram-se à altura do ponto fixado para a travessia do rio Uruguai. A operação começou a 27 de janeiro e durou 3 dias, o que mostra a falta de vontade de marchar ou a escassez de recursos apropriados. Após curta parada à margem esquerda do rio, à altura de Salto, as forças de Martin Rodriguez rumaram para o rio Daimán, onde vieram achar-se reunidas no dia 17 de fevereiro de 1826. Só no dia 15 de fevereiro começava a travessia do rio Uruguai por contingentes uriguaio, o que terminaria no dia seguinte. A 17, essas forças também acampam no rio Daimán.

O deslocamento de tropas de Buenos Aires para o norte continuou, a pequenos intervalos, até o Arroio Grande, ainda em território Uruguaio.

Uma parte da opinião buenairense não compreende o que está se passando.

Será que os bandos indisciplinados de Lavalleja, que bateram os imperiais no rincão das Galinhas e em Sarandi, valiam mais do que o exército de que já dispunham o general Martin Rodriguez?

A politicagem alçou a cola. O comandante do exército platino foi acintosamente substituído, mas a substituição não se tornou efetiva, porque o governo de Buenos Aires caiu e o que o sucedeu anulou o decreto do antecessor. Sempre é assim. Quando na guerra as coisas não vão bem, começa um jogo de empurra, em que os chefes militares, notadamente os comandantes superiores, são as primeiras vítimas. A história está cheia de exemplos ilustrativos dessa verdade.....

.....
Vejamos o quadro militar brasileiro, no teatro de operações.

Pouco antes, tinham desaparecido os dois regimentos que se encontravam sobre o rio Quaraim, um no local em que se acha hoje a cidade do mesmo nome e outro nas imediações do passo do Ricardinho, substituídos por uma brigada de cavalaria, que ficou sob o comando de Bento Manoel, o qual resolveu atravessar o rio para a margem Sul e postar-se no rincão do Catalão, continuando no desempenho de sua missão de cobertura.

Em maio de 1826, Bento Manoel não contava com mais de 800 homens. As nossas forças ainda se achavam em plena concentração — a lenta concentração da época, com que Massena Rosado pretendia criar um exército na região de Santana. No momento, havia um importante núcleo de tropas em São Diogo, puxado provavelmente de Santana, ponto de concentração indicado aos dispersos da primeira fase da guerra e que cobria a parte da fronteira correspondente às cabeceiras do rio Arapeí. Uma reunião de tropas em São Diogo, isto é, entre os rios Ibirapuitã Grande e Ibirapuitã Chico, corresponde à idéia de fazer face

ao inimigo, cujos deslocamentos na direção de nossas fronteiras, pelo menos em parte, já deviam ser conhecidos do comando brasileiro.....

Constituiu-se um destacamento ao comando de Rivera, com 400 milicianos uruguaios, sob as ordens do coronel Julian Laguna e de um regimento de cavalaria de 1ª linha, tropa de Buenos Aires, comandado pelo coronel francês Frederico Brandesen, isto é, de tropa exclusivamente de cavalaria. A marcha contra Bento Manoel foi iniciada a 5 de maio, mas logo depois foi o destacamento reforçado consideravelmente, recebendo mais um regimento de cavalaria, 150 couraceiros da guarda e três peças de artilharia. A sua missão era, precisamente, "tentar surpreender a divisão inimiga às ordens de Bento Manoel, ou atacá-la se este já esperasse o combate". Determinava ainda o comando inimigo que Rivera não se internasse no território brasileiro, caso tentassem atraí-lo para lá.

De nossa parte, que fazia Bento Manoel? Confiava, desconfiando... Reduzido a menos de 800 homens, achava-se ao Sul da linha d'água do Quaraim, mas tinha suas patrulhas ao Sul do Arapeí e os passos dêste rio em seu poder.

Rivera conseguiu ocultar seus movimentos, marchando só a noite, até a travessia do rio Arapeí, que levou a efeito pelo passo do Mangrullo, a 10 de maio de 1826, forçando o pôsto de vigilância número 13, pertencente às tropas de Bento Manoel. Verificado êsse acontecimento pela manhã, à noite dêsse mesmo dia já se encontrava o chefe brasileiro informado de tudo. Contadas as sinuosidades do itinerário, não são menos de 100 quilômetros a percorrer pelos estafetas a cavalo, portadores da informação, pois há pontos obrigatórios de passagem, por falta de obras d'arte, há probabilidades de encontrar o inimigo aqui e acolá, etc. Mas, o sistema é tão apropriado aos recursos da época, que chega a funcionar sem atritos; nas estâncias que balizam o caminho, há previamente dispostos verdadeiros postos de muda, onde sempre se encontram cavalos descansados e soldados milicianos que, em caso de necessidade, vão levar mensagens a seus destinos.

Recebida a informação, o comandante brasileiro fez partir na mesma noite uma força capaz de acolher os elementos que se achavam nos passos das Pedras e de Belém, que podiam ser contados do grosso, o que foi feito sem tropeços.

Ainda na mesma noite são organizadas as necessárias descobertas, a fim de que partam pela madrugada; sem perda de tempo, segue para o comando brasileiro, em São Diogo e Santana, a informação de que o inimigo se apresentava em forças no Arapeí.

Coloquemo-nos no lugar de Bento Manoel nessa emergência: Qual o objetivo da coluna inimiga? Qual o seu efetivo? Qual a sua composição? — eis as perguntas que a si mesmo devia fazer, nesse noite mal dormida, alumiada apenas pelas fogueiras do acampamento, o experimentado guerrilheiro das coxilhas.

Certamente, a situação não tardaria em ficar esclarecida, por que de Bento Manoel pode-se dizer o que Napoleão dizia do general Steigel: reunia as qualidades da juventude à experiência da idade madura — era um verdadeiro general de postos avançados. Na manhã de 17 de maio, um dos elementos da descoberta organizada durante a noite assinala a presença da vanguarda inimiga já nas nascentes do arroio Catalão, mas à direita e à esquerda dêsse ponto não havia nada de novo. Esse lance de Rivera afastava qualquer dúvida sobre a direção em que marchava êle, mas ainda ficavam por determinar muitos outros pontos importantes.

O comandante brasileiro, conforme se depreende de uma parte por êle dirigida a seus chefes, envolveu desde logo o destacamento inimigo por uma rede de patrulhas, mantendo as que pisavam os calcanhares dos platinos na permanente missão de observar os movimentos das forças inimigas e de apreender a sua correspondência com o grosso de seu exército. Além dêsses meios diretos para a busca de informações, os meios indiretos não foram desprezados. Um soldado de confiança do chefe teve ordem de apresentar-se ao inimigo, como se houvesse desertado de nossas tropas, a fim de verificar a composição da coluna comandada por Frutuoso Rivera e de trazer outras informações. Nesse mesmo dia, foi possível retirar as cavalhadas que existiam entre o Arapeí e o Quaraim, para a margem norte dêste último rio. As bagagens da brigada Bento Manoel foram encaminhadas para São Diogo, segundo informava o comandante dessa força, para que a tropa ficasse mais “escoteira”, isto é, com maiores facilidades de mover-se. Feito isso e sabendo que o inimigo continuava a avançar, Bento Manoel recuou para a margem Norte do rio Quaraim, que foi por êle atravessado no passo do Ricardinho, a fim de aguardar o desenrolar dos acontecimentos.

À noite dêsse mesmo dia 17, o soldado que simulara desertar para o inimigo regressava às nossas fileiras, trazendo as informações que lhe haviam sido pedidas. A força inimiga orçava por 1.500 homens, trazia 3 peças de artilharia e tinha em vista atacar as forças brasileiras estacionadas no Catalão. Algumas horas mais tarde, essa informação era confirmada por um capitão brasileiro, evadido das tropas inimigas, das quais se achava prisioneiro desde o combate do Sarandi.

A situação havia se esclarecido em menos de 24 horas. A partir daí, Bento Manoel podia encarar a solução do duplo problema que se lhe deparava: evitar que a sua fraca brigada fôsse destruída e assegurar a tranquilidade indispensável às forças que estavam à retaguarda, em flagrante delito de concentração. O comando brasileiro havia-lhe prescrito esquivar a peleja e procurar atrair o inimigo para o interior da província do Rio Grande, o que, como se vê, não era possível, em vista das instruções que trazia Rivera.

No dia 18, o inimigo prosseguiu na sua marcha contra a brigada brasileira, vindo estacionar no rincão do Catalão; marchou sempre em contato com os elementos deixados por Bento Manoel em sua frente,

ue lhe retardavam a marcha, isto é, que se retiravam "fazendo guerra", no dizer do próprio comandante da brigada.

A 19, fizeram os platinos mais alguns quilômetros, chegando às margens do Quaraim, em frente, ao sítio ocupado pelos nossos, de que estavam separados pelo caudal. Frente a frente conservavam-se ali os dois adversários, pelo menos até o dia 22. Os platinos conseguiram apoderar-se do passo, mandando pequenos destacamentos ou partidas para a margem ocupada pelos brasileiros, mas estas não se deixaram arrastar para muito longe.

A 23, houve um choque inesperado de destacamentos de descoberta, em que os nossos tiveram 2 mortos e 2 feridos, por ter o inimigo sido esforçado e não convir a Bento Manoel fazer o mesmo.

O choque verificou-se devido à cerração reinante e 60 homens de nossas tropas foram obrigados e empenhar-se corpo a corpo com uns 200 inimigos.

Passaram-se 7 dias em negaças, em que Rivera esperava o momento para dar o seu golpe; nas horas vagas batia as estâncias entre o Arapeí e o Quaraim, para arebanhar os bovinos e as "muchachas".

Afirmou os próprios escritores platinos que 200.000 cabeças de gado foram roubadas e encaminhadas para o território uruguaio. Bento Manoel espreitava os menores movimentos do inimigo e pedia reforço para poder batê-lo. A 2 de julho, achando-se acampado nas pontas do Arroio Sarandi, informa ao presidente da província que o inimigo se retirava para a costa Arapeí, deixando apenas uma retaguarda de uns 200 homens no Quaraim. Nessa comunicação há um trecho que bem denota os pontos de vista diferentes de Bento Manoel e do general Passena Rosado, governador das armas e, por consequência, o maior chefe militar naquele teatro de operações. "Esta mesma noite, podia amanhecer à retaguarda dos 200 homens e agarrar a todos os retomar-lhes os dois feridos, que estão em Catalão". E conclui que não leva a efeito essa operação porque tem ordens terminantes de nada empreender e sempre transtornar os platinos e seu chefe. A esse ponto, as relações não muito tensas entre comandante e comandados".

Aqui fazemos um salto na transcrição do livro do Gen F. de Paula Cidade, sobre fatos de menor importância passados nessa região de teatro de operações.

Em fins de 1826, Carlos Maria Alvear substituiu Martin Rodrigues do nosso lado foi nomeado comandante-em-chefe das forças brasileiras em operações contra os platinos o tenente-general graduado Felisberto Caldeira Brant Pontes, visconde de Barbacena, elevado a Marquês em 1.º de novembro de 1826. Mas continuemos lendo Paula Cidade:

"A situação geral dos beligerantes era, em fim de 1826, a seguinte: Um exército inimigo, sob o comando de Alvear, achava-se com o seu grosso em Arroio Grande (território uruguaio); o exército brasileiro tinha seu centro de gravidade em Santana do Livramento, onde

se achava a sua ala direita, mas conservava sua ala esquerda na região de Pelotas—Jaguarão isto é, mantinha-se repartido em dois grupos de forças quase equivalentes, separados por um intervalo de mais de 300 quilômetros em linha reta.

O Marquês de Barbacena, ainda longe do teatro de operações, travava, num memorando dirigido ao imperador, o que tem sido chamado de seu plano de operações. Raciocinava exclusivamente sobre a carta e, ao que tudo indica, sob a influência das guerras contra Artigas, que eram ainda recentes. Propunha-se a tomar a ofensiva, jogando as forças inimigas para a margem direita do rio Uruguai; um segundo tempo pretendia invadir o território de Entre-Rios, bater ali as forças Platinas e ocupar aquela região. Acreditava que com isso podia obrigar as Províncias Unidas a pedir paz, sem nenhuma possibilidade de renovar as hostilidades.

Para execução desse plano, exigia 15.000 homens, o que não era muito quando se sabe que, pelos mapas das forças e pelas relações de vencimentos, havia no Rio Grande e Montevideu quase isso. A esse efetivo, distribuído teoricamente, pretendia Barbacena utilizar como se segue: 3.700 homens ficariam em Montevideu, 1.100 em Colônia, 2.500 na fronteira do Rio Grande, 200 no Serrito (Jaguarão) e 7.500 constituiriam o grosso do exército em campanha.

Já se vê que o Marquês, ao calcular os efetivos necessários não se achava muito bem informado quanto às possibilidades do inimigo em pessoal, pois ia atirar-se em operações ofensivas com 7.500 homens contra um número maior de combatentes que Alvear tinha sob seu comando em Arroio Grande. Levaria ao campo de batalha um efetivo que correspondia apenas a 80% do adversário.

Veremos mais adiante que as idéias fixadas pelo novo comandante-em-chefe em seu memorando não passaram de letra morta.

.....

O Marquês desenvolveu desde a sua chegada notável atividade, no sentido de conhecer o estado do exército e para poder corrigir-lhe as imperfeições.

Dentro de pouco tempo fica desapontado. A desorganização era espantosa. Faltava tudo. As tropas estavam descalças, com os fardamentos e soldos imensamente atrasados. Não havia carros de bois (base dos transportes militares daquela época) em número deficiente, pois eram necessários milhares desses veículos e só existiam cinquenta.

.....

No dia 26 de dezembro de 1826, começa a fase da guerra que havia de fixar a estrutura de mais um estado sul-americano. Nesse dia o exército das Províncias Unidas iniciou sua marcha ofensiva, visando entrar no Brasil pela fronteira de Bagé. Entre vários itinerários que podiam ser seguidos, preferiu o general Alvear o que se estendia pelo

fundo do vale do Rio Negro, uma região mal conhecida e quase toda desabitada. Pretendia com isso apresentar-se de surpresa no centro do território da província do Rio Grande de São Pedro. No dia 1 de janeiro de 1827, isto é, cinco dias mais tarde, sem saber o que se estava passando o lado do inimigo, o Marquês de Barbacena assumia o comando do exército brasileiro, em Santana do Livramento.

Os cargos mais importantes foram assim distribuídos por Barbacena: brigadeiro Francisco José de Souza Soares de Andréa, ajudante-general; brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos, para quartel mestre general; coronel Tomé Fernandes Madeira, para comandante da artilharia. A esse grupo, reunia Barbacena logo depois o marechal Gustavo Henrique Brown (ordem do dia 6-1-1827), um técnico estrangeiro de valor.

Esse último foi nomeado para exercer as funções de chefe do estado-maior do comandante em chefe, cargo que pela primeira vez tivemos no Brasil e cujas atribuições ainda por muitos anos permaneceriam nebulosas.

Ao partir Barbacena para Santana, coube ao marechal Brown o comando das forças que ficavam na região de Pelotas—Jaguarão.

Qual o plano de Alvear? Segundo a famosa "Exposición" que ele mesmo escreveu, para rebater acusações de seus adversários políticos, pretendia "ponerse em disposición de tomar de flanco todos los rios del continente" e ocupar Bagé, antes que "lo hiciesen los imperiales", porque em Bagé, "además, se facilitaba la reunión (das tropas de Santana) com el cuerpo que mandaba Brown".

Dado o dispositivo do exército brasileiro e a idéia de impedir a reunião da ala direita com a ala esquerda, a marcha do inimigo pelo vazio de nosso centro não pode deixar de ser considerada uma operação pela linha interior.

A 1 de janeiro de 1827, o Marquês de Barbacena estava em Santana absorvido pelas preocupações relativas à reorganização de suas forças, frente de que o inimigo ainda se achava no seu acampamento de Arroio Grande e, no entanto, as forças de Alvear há 5 dias marchavam pelo vale do rio Negro, para batê-lo.

Assim se passam ainda 9 dias...

Em Santana faziam-se exercícios de mudar a frente para a direita, para a esquerda, de carregar à baioneta, de atacar por esquadrões sucessivos ou em linhas, quando se tratava de cavalaria, passavam-se revista às praças para corrigir os mapas e anotar o estado dos fardamentos. Ninguém pensava no inimigo, nem se preocupava com o que ele pudesse estar fazendo.

No dia 10, o comandante-em-chefe brasileiro é informado, embora imperfeitamente, da marcha de seu adversário.

Lá se ia por águas abaixo o seu plano ofensivo. A iniciativa passava às mãos de Alvear!

Forçoso seria deixar de lado o seu memorando, em que havia registrado o que pretendia fazer, sem se preocupar com a vontade e as possibilidades do inimigo. No dia seguinte, de acôrdo com o costume militar da época, mais do que com as leis, reuniu um conselho formado pelos mais graduados chefes ali presentes que concordaram em recuar para a região de Bagé. Parece que influiu mais nessa decisão a boa qualidade e abundância das pastagens ali do que a ação do inimigo. No entanto, o exército platino poderia colocar-se entre as duas alas do exército brasileiro, sendo, fora de qualquer dúvida, não só mais forte do que qualquer delas e até do que essas duas alas reunidas. A ação de Barbacena e as suas cartas ao ministro da guerra fazem ver que êle compreendeu muito bem o problema estratégico com que se defrontava. Trouxe de deixar apressadamente o acampamento de Santana, procurando situar-se num ponto em que houvesse boas pastagens e no qual pudesse, com suas forças em guarda, receber informações mais precisas sobre o inimigo, que provavelmente se achava em marcha contra as forças que com êle ali se encontravam, de acôrdo com a idéia que a todos dominou desde o primeiro momento. No dia 12, partem de Santana 2 regimentos de cavalaria, que são enviados em exploração para as nascentes de Taquarembó. Pensa-se em chamar Brown com urgência para Oeste. As forças que constituíam a ala de Santana foram reagrupadas em duas brigadas de cavalaria independentes (cavalaria ligeira) e 2 divisões, cada uma de 4 brigadas. Já se vê que um pequeno número de combatentes deu lugar a um grande número de brigadas. Contadas as de cavalaria ligeira, não foram menos de 10! A 13 de janeiro de 1827, deixava o pequeno exército a região de Santana, onde centenas de soldados ficavam enterrados, mortos de desinteria ou de inanição. Tinha Barbacena, como vimos, a intenção de deter-se em Bagé. Mais uma vez, será obrigado a fazer o que a situação lhe permite e não o que quer.

A marcha foi curta nesse primeiro dia (cêrca de 7 quilômetros) pois as tropas acamparam à margem esquerda do arroio Cunhaperu. Os bois dos carros estavam tão magros que não puderam acompanhar o exército nesse pequeno lance, ficando as bagagens para trás. Barbacena que ficara doente no acampamento de Santana, reuniu-se pouco depois ao exército. Na noite dêsse mesmo dia, foi informado de que o inimigo já tinha antenas na região de Bagé. Mais um contratempo...

Resolveu-se a contornar aquêle ponto. Do acampamento do Cunhaperu, foram expedidas as ordens de Brown, fixando-lhe precisamente, o ponto de reunião, junto às nascentes do arroio Lexiguana, um dos formadores do rio Camaquan.

No dia 14, as tropas não se moveram, naturalmente para dar lugar a reajustamento e aguardar informações. No decorrer dêsse dia a brigada de cavalaria ligeira de Bento Manoel, que se achava nas pontas do Ibirapuítan Chico e que naturalmente fôra chamada por Barbacena, reuniu-se ao exército, no arroio Cunhaperu. Essa brigada, com outras tropas da mesma arma, foi posta sob o comando superior do brigadeiro Sebastião Barreto Pereira Pinto e lançada à nossa direita em missão de

cobertura e exploração. Essa tropa marchou na mesma noite, o que indica a pressa que Barbacena tinha em saber o que o inimigo estava fazendo, notadamente para onde estava caminhando, uma vez que seu principal cuidado era evitar um encontro com os platinos. O exército ficou no mesmo lugar e ainda a 16 ali permanecia, sem ter recebido qualquer informação do general Sebastião Barreto Pereira Pinto; no entanto, por outros condutos, Barbacena obteve a certeza de que o inimigo investia contra a nossa ala direita. Tomou então a resolução enérgica de privar-se de grande parte das bagagens que restavam ao exército, que foram mandadas para São Gabriel, bem como os doentes. No dia 17, põe-se a tropa em marcha, para logo depois deter-se.

No dia seguinte permanece no mesmo acampamento. Nos dias que se seguem, deixa Bagé à direita e pelo arroio Taquarembó dirige-se às cabeceiras do rio Camaquan.

Os lances curtos, irregulares, indicam duas coisas: mau estado da cavallhada e dos bois de tração, a incerteza do rumo a seguir, por falta de informações precisas sobre o inimigo. Os platinos entram em Bagé a 26 de janeiro de 1827; a esse tempo, as nossas tropas palmilhavam o chão entre o Taquarembó—Chico e Taquarembó—Grande, onde já se consideravam com o flanco às investidas dos contrários, pelo que se cobriam ao Sul com a cavalaria do general Sebastião Barreto Pereira Pinto. A situação havia se esclarecido. O comando brasileiro prossegue então com a maior energia no desenvolvimento de sua manobra e os platinos ficam em Bagé, onde perdem 5 dias devido às chuvas.

Só a travessia do rio Camaquan exigiu dos brasileiros 2 dias, dado o crescimento das águas.

A 1 de fevereiro de 1827, pode-se considerar terminado o primeiro lance estratégico; as tropas de Santana, salvas pela manobra de Barbacena e pela falta de vontade de combater dos chefes platinos, estão nesse dia nas margens do Camaquan e Brown bem perto dali. A 5 do mesmo mês, as duas alas do exército brasileiro fazem junção nas nascentes do arroio Lexiguana, na mesma ocasião em que os platinos marchavam na direção de São Gabriel.

A reunião de nossas forças de oeste com as de leste era realmente um grande êxito estratégico, mas a verdade é que uma acentuada inferioridade tática raramente pode ser compensada por vantagem estratégica.

Brown trazia com ele menos de 2.000 homens, verdade que de excelentes tropas, mas ainda assim o inimigo continuava a ser muito superior em número, armamento e até, para a maioria das tropas, em instrução.

.....
Apegado à idéia de arrancar das mãos do inimigo a iniciativa das operações, resolve, apesar de sua inferioridade numérica, ou porque na

guerra nunca se sabe tudo o que se precisa saber, marchar para São Gabriel (onde o inimigo já se encontrava), esperando assim alcançar o adversário e obrigá-lo a bater-se já que se esquivava à luta, ao afastar-se dos brasileiros em vez de correr-lhes no encalço.

No dia 11 de fevereiro, apresentou-se a Barbacena o marechal José de Abreu, com um corpo de 243 paisanos por êle reunidos. Essa gente não tinha instrução militar suficiente. A disciplina dela era das guerrilhas. Pio de tudo: havia entre os homens de Abreu numerosos desertores dos corpos do exército ali presentes, cujos chefes entraram logo a reclamá-los, sem que o comandante-em-chefe encontrasse um meio de atendê-los sem suscetibilizar o chefe que os abrigava sob seu grande prestígio.

Nasceu daí uma generalizada má vontade contra o corpo de paisanos. No dia 13, o exército brasileiro rompeu a marcha muito cedo, arrostando as maiores dificuldades quanto aos transportes, cuja base era constituída pelos carros de bois. Retornou o comêço sôbre os seus próprios passos e transpôs o rio Camaquan para amargem oposta, de onde já viera ao têrmo da 1ª fase. No dia 17 de fevereiro, depois de várias marchas, a vanguarda de Barbacena, comandada pelo Barão de Cêrro Largo, marechal Abreu, entra em São Gabriel, de onde o inimigo se retirava. Uma retaguarda platina havia permanecido em São Gabriel até às 16 horas do mesmo dia. Às 17 horas, Barbacena recebeu uma informação da máxima importância, datada de 15 (2 dias antes), do comandante da 1ª brigada de Cavalaria Ligeira. Dizia Bento Manoel: "O carretame inimigo baixou hoje pelo Campo da Cruz, entre o banhado do Jaguaré e o Cacequi; é certa a retirada por São Simão. Eu hoje vou ficar em Ibicuí, no passo do Urubu, pôr minha cavalcadas em segurança e fazer-lhe guerrilhas, até passar em Santa Maria, logo que passem o passo no fundo do Loreto e vou sair adiante. Ele segundo suas marchas, depois de amanhã, poderão chegar ao passo".

Barbacena viu, ou pelo menos pensou que estava vendo tudo muito claro. Não parece que tenha ligado grande importância ao atraso de dois dias com que a comunicação lhe chegou às mãos. Acreditou numa retirada do inimigo. Aquilo não era menos que uma fuga vergonhosa segundo os têrmos da proclamação que dirigiu ao exército. O entusiasmo foi enorme e todos só pensavam em dar no detestado invasor o tiro de misericórdia. Nesse estado de espírito, o comandante-em-chefe das forças brasileiras tomou a decisão de atacar o adversário em fuga e, como já estava atrasado em relação aos platinos, que, quando êle recebeu a célebre informação de Bento Manoel, já deviam estar atravessando o rio no passo de São Francisco, marchou célere pelo passo do Rosário, no intuito de ainda alcançar os fugitivos do outro lado do rio Santa Maria.

Por uma questão de método expositivo, deixamos os dois exércitos marchando e acompanhemos as atividades da brigada de cavalaria ligeira de Bento Manoel, que fôra lançada contra o flanco das tropas platinas no dia 3 de fevereiro de 1827, para vigiar os movimentos

dessas tropas e ao mesmo tempo, segundo Machado de Oliveira, para "salvar dos acontecimentos do inimigo as fazendas e povoações que ficassem ao seu alcance".

Dez dias mais tarde, isto é, a 13 de fevereiro, já Bento Manoel ganhava, com a 1ª Brigada de Cavalaria Ligeira, as margens do rio Vacacaí, quando o inimigo se encontrava em São Gabriel.

Ao Sul de São Gabriel, achava-se o exército brasileiro.

Nesse mesmo dia 13, o primeiro escalão de vanguarda de Bento Manoel, que contava apenas com 200 homens, atacou de surpresa um piquete platino. Aos primeiros tiros, veio em socorro do piquete o coronel Juan Lavallo, à frente de dois regimentos de cavalaria. O corpo da vanguarda brasileira acolheu o seu primeiro escalão e combateu em retirada, até que foi apoiado pela 1ª Brigada de Cavalaria Ligeira, a qual faz cessar a perseguição. Os brasileiros tiveram 2 mortos e 6 feridos embora os documentos platinos atribuíam-lhes 30 baixas.

Este foi o combate de Vacacaí que Alvear transformou numa ação importante.

A 14 de fevereiro, o comandante das forças das Províncias Unidas destacou o seu chefe de estado-maior, o general Lucio Mansilla, com importantes forças, contra a incômoda brigada brasileira, com a missão de atacá-la para eliminar o que ele considerava uma ameaça permanente à sua segurança. A 15, pela manhã, o coronel Bento Manoel ainda não esperava ser atacado nesse dia, conforme se vê de sua informação a Barbacena, acima transcrita.

Fiel à sua missão, achava-se a 1ª Brigada de Cavalaria Ligeira nas proximidades do passo do Umbu, coberta apenas por um pequeno destacamento, quando seu comandante foi informado da aproximação de uma forte coluna inimiga. Para permanecer fiel à sua missão, fez apressar a passagem da cavalaria de substituição para a margem oposta do rio Ibicuí e, deixando uma retaguarda em contato com o inimigo, tomou com o grosso de suas forças o mesmo caminho. Uma vez na outra margem acolheu os seus deixados atrás e defendeu enérgicamente a passagem. Houve luta renhida, porém apenas entre pequenas frações de tropas. As perdas foram insignificantes de parte a parte. Este foi o combate de Umbu.

Mansilla, cumprida a sua missão que aliás teve o inesperado resultado de afastar a brigada de Bento Manoel, do Campo de Batalha já que se podia prever que estava à vista — recuava para o Cacequi, ao passo que Bento Manoel rumava para o rio Jaguari, onde pretendia pôr a cavallada em segurança, para no momento oportuno, por um atalho de caminho sair na frente do inimigo, conforme sua comunicação de 15 de fevereiro ao Marquês de Barbacena.

Enquanto Alvear saía de São Gabriel e marchava para o Norte, deixando à sua esquerda o caminho que levava ao passo do Rosário, aparentemente buscando o passo de São Simão, Mansilla cobria os movimen-

tos do grosso de seu exército contra as vistas da cavalaria brasileira de Bento Manoel.

Havíamos deixado os 2 exércitos marchando, num verdadeiro brinquito de cabra cega ... As vacilações de comando em chefe platino eram realmente de fazer perder a cabeça a quem, guiando-se pelo que é normal, procurasse tirar conclusões das suas marchas e contramarchas.

No dia 17 de fevereiro, os brasileiros já estão em São Gabriel e os platinos, no passo do Cacequi, no rio dêsse nome, afluente do rio Ibicuí.

A 18, Barbacena faz um pequeno movimento e acampa junto ao arroio do Salso. Alvear que, como se viu, a comêço marchou para o Norte, objetivando o passo de São Simão, mudou mais tarde de direção de marcha para SO, retrocedendo na direção do passo do Rosário.

Na tarde do dia 18, os platinos estão a um boa etapa de marcha do passo do Rosário, ao qual é de esperar que o exército brasileiro, cujas veleidades ofensivas vão se tornando evidentes, chegue no dia 20 de fevereiro.

No dia 19, pela manhã, rompem a marcha os brasileiros, convencidos de que o inimigo em retirada caminhava para o passo de São Simão. Às 8 horas, Barbacena recebe a informação de que os platinos, ao contrário do que se esperava, estavam perto!

Pouco depois do meio dia, o exército brasileiro acampava a uma légua (6 quilômetros) do passo do Rosário.

A sua vanguarda continuou em estreito contato com o inimigo e pôde enviar informações que indicavam que os platinos se dispunham e enfrentar-nos.

Barbacena reuniu um conselho de generais e coronéis, nesta tarde, ficando resolvido, por unanimidade de votos, que o inimigo seria atacado em qualquer ponto em que fôsse encontrado.

A 1ª Brigada de Cavalaria Ligeira foi chamada a reincorporar-se ao exército (esta ordem não chegou às mãos de Bento Manoel).

Que motivos teriam levado Alvear a andar de um lado para outro entre 17 e 20 de fevereiro? Os acontecimentos posteriores, os comentários que nos ficaram, as entrelinhas daquilo mesmo que êle escreveu quando teve de defender-se em seu país das acusações que lhe fizeram, dão-nos a certeza de que tinha realmente a intenção de atravessar o rio no passo de São Simão. Porque isso não foi feito é que não se sabe. No entanto, essas marchas e contramarchas resultaram certamente de idéias errôneas que dominaram o exército platino, notadamente após a reunião de Barbacena com Brown, no dia 5 de fevereiro, junto ao Arroio Lexiguana. Pelos "diários", que registram conversas e opiniões vê-se que Alvear acreditava na superioridade numérica, e mesmo de armamento, do exército imperial. A nossa famosa infantaria de linha contribuiu grandemente para isso. No fim das contas, tudo indica que foi para o comando platino uma informação muito desagradável a que lhe

trouxe a certeza de que o exército brasileiro estava em seu caminho e que provavelmente se daria um encontro sangrento, que já não poderia ser evitado.

No dia 18 de fevereiro, quando Barbacena acampa no arroio de Salso, após curta marcha, Alvear compreende a necessidade de ser o primeiro a chegar ao passo do Rosário, quer para atravessá-lo, quer para fazer frente ao inimigo, escolhendo as mais vantajosas posições. Para conseguir isso, rompe a marcha na tarde do mesmo dia 18 e não se detém com o cair da noite. Passa marchando a noite de 18 para 19 e continua pelo dia adentro. Dêsse modo, tem parte de suas forças no passo do Rosário às 11 horas da manhã. Uma hora mais tarde, o exército brasileiro interrompeu sua marcha, como já vimos, a uma légua do referido passo.

Desde que chegou ao ponto de travessia do rio, Alvear iniciou a passagem para a outra margem, para logo depois suspender a operação dada a impetuosidade da corrente e a grande altura das águas. Forçoso era combater.

Predomina entre os platinos a idéia de travar na planície a batalha a que eram compelidos, mas o general Alvear, aconselhado por dois chefes dissidentes e, mais que isso, sob a imposição dos acontecimentos, escolhe outro terreno.

Há, não longe do rio Santa Maria e do passo do Rosário, duas linhas de altura, formadas por duas cristas de coxilhas, mais ou menos paralelas, nitidamente separadas entre si por um profundo corte do terreno, ou sanga. Este será o campo de batalha. Alvear instala então, sobre a linha de coxilhas mais próxima do rio um destacamento atrás do qual as suas tropas vão marchar e desdobrar-se em relativa segurança.

A Batalha do Passo do Rosário (Fig. 3)

(ITUZAINGÓ para os platinos)

No decorrer da tarde do dia 18 e durante todo o dia 19, Alvear preparava-se para o que desse e viesse, instalando, como vimos, um destacamento sobre as alturas que dominavam o futuro campo de batalha, aproximando suas forças, que lutavam com as maiores dificuldades de transportes e se achavam espalhadas ao longo dos caminhos, numa extensão de várias léguas. A sua tentativa de atravessar o rio falhou devido à impetuosidade da corrente e à altura das águas. Já que era compelido a combater, tomava tôdas as medidas para jogar a sua cartada — para êle decisiva — nas melhores condições possíveis. Pouco depois de clarear o dia, a vanguarda, enviada para as alturas em que era preciso deitar mão quanto antes, instalava-se ali e recebia ordem de se fazer matar, se preciso fôsse, naquele ponto.

Compunha-se de um batalhão de infantaria, de uma bateria de artilharia e de quase tôdas as tropas milicianas uruguaias, aliás bem treinadas em mais de um ano de guerra vitoriosa.

Algumas confusões verificaram-se entre as tropas que marchavam atrás dessa cortina protetora, dada a escuridão da madrugada, pois o movimento começou quando a lua desapareceu.

O marquês de Barbacena, até esse momento crente de que o inimigo ia se escapando pelo passo de São Simão, ficou perplexo, na manhã de 19, quando recebeu a informação de que Alvear estava perto e que provavelmente o enfrentaria. Que haverá, no fim das contas? O exército brasileiro acampa a pequena distância de passo do Rosário, mas já não há a menor dúvida de que o inimigo está perto, pois a vanguarda de Abreu mantinha-se em contato com elementos platinos. No entanto, limita-se a isso. Na opinião de todos, não será o grosso, mas uma parte do exército inimigo que está do lado de cá do rio, em contato com gente de Abreu.

Forma-se onda de boatos otimistas. Assim se passa o resto do dia 19. No dia 20 de fevereiro de 1827, o exército brasileiro rompe a marcha muito cedo. O grosso inicia seu movimento às 2 horas da madrugada e a vanguarda tinha ordem de partir à mesma hora. Estava muito escuro. A marcha é lenta e cada um leva a cabresto o seu cavalo de substituição. Certas frações desgarram-se e é preciso algum tempo para reconduzi-las ao devido lugar. Às 4 horas, o grosso chega junto à vanguarda, que se acha ainda no ponto em que dormira e que não cum-

BATALHA DO PASSO DO ROSARIO

APROXIMAÇÃO

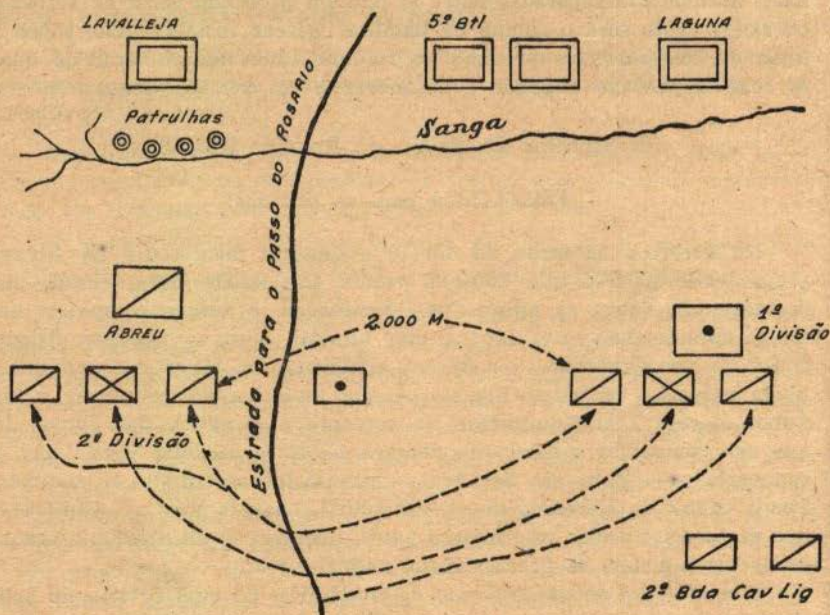


Fig. 3

priira a ordem de romper a marcha duas horas antes. A vanguarda põe-se então em movimento, naturalmente aos primeiros alhores do dia, que nessa região e no mês em curso começa muito cedo. A partir de 5 horas recebem-se repetidas notícias sobre a proximidade do inimigo. Às 6 horas, não há mais dúvida de que o inimigo está em posição, pronto para enfrentar-nos, mas ainda não há certeza sobre os seus efetivos. Acredita-se geralmente que parte do exército de Alvear já está do outro lado do rio Santa Maria, tendo feito a travessia pelo passo da Rosário. Nesse caso, o exército imperial defrontava-se apenas com uma retaguarda. As tropas brasileiras fazem alto e trocam de cavalos. Do alto da coxilha em que se acham, vêem a cavalaria da vanguarda lá em baixo, no fundo do vale, a tirotear com os platinos. Na elevação em frente, que fica a uns 700 ou 800m da posição em que o exército brasileiro se acha, está uma força inimiga, cujos efeitos não parecem tão pequenos como a princípio se acreditou. Foi difícil conter a tropa, pois cada unidade queria isoladamente correr sobre o inimigo. O Marquês de Barbacena convoca os chefes mais graduados e faz sumário reconhecimento. Dá a sua ordem verbal de desdobramento e de ataque. A 1ª Divisão (general Sebastião Barreto Pereira Pinto), que marchava na cauda do grosso do exército, lançou-se em 1º lugar à luta, sem esperar que a divisão vizinha (general João Crisóstomo Calado), que aliás, segundo afirma Seweloh devia constituir a reserva, se desenvolvesse. Foi um corre, corre... A Brigada de Cavalaria Ligeira (2ª) (coronel Bento Gonçalves) recebe ordens de colocar-se à direita da 1ª Divisão, no flanco direito do exército. Brown informa que não se tomavam disposições prévias porque a vanguarda não deu em tempo informações adequadas. É claro que a vanguarda, que como vimos tinha feito alto e ficado nas suas posições até o dia amanhecer, só poderia dar informações à hora em que as deu.

A partir desse momento, estamos em presença de uma batalha de encontro, em que o que chega por último ao campo de luta é obrigado a atacar o inimigo colocado nas melhores posições.

O exame do terreno, coberto de macega alta, deixava ver que a marcha em qualquer direção era relativamente fácil para todas as armas. Lá em baixo, ao sopé da coxilha, havia qualquer coisa que os conhecedores da região diziam ser uma sanga. A passagem da coluna de marcha para a formação de combate vai se fazendo tumultuariamente. A cavalaria irregular de Abreu vem ficar em escalão avançado à esquerda, já tendo de outro lado da sanga algumas patrulhas de combate, em contato com elementos avançados das forças inimigas, que constituem a direita do destacamento platino. (1º Corpo formado de milicianos orientais, sob o comando de Lavalleya).

A 2ª Divisão (general Calado) continua descendo do alto para a fralda da coxilha, a 1ª Divisão (general Sebastião Barreto), que marchava na cauda do exército, entra à direita da 2ª Divisão, deixando um intervalo entre a sua esquerda e a direita da Divisão vizinha, destinado à artilharia, a qual, depois de aí ter chegado, recebeu ordem de enviar parte de seus canhões para junto das unidades de infantaria.

Dêsse engajamento automático das partes componentes do exército resulta que não há reservas nem parciais, nem geral, que permitam ao comando brasileiro fazer sentir a sua vontade no decorrer da luta, ao passo que o comando inimigo, com os seus meios escalonados em profundidades, não porque tivesse dado ordem nesse sentido, mas devido ao atraso de marcha de metade de suas forças, ia dispor de reservas que o acaso, aliado dos pequenos generais lhe proporcionava.

Inicia-se verdadeiramente agora marcha de aproximação dos brasileiros. A 2ª Divisão, coberta nos dois flancos pela sua cavalaria divisória, recebe ordem de desviar-se para a esquerda, o que a separa da 1ª Divisão, que marcha à sua direita, interrompendo com essa direção de marcha a estreita ligação que devia existir entre os dois corpos de batalha que constituíam o exército. A 1ª Divisão dirige-se para o seu setor de ataque, que correspondia à esquerda inimiga, mas para isso serpenteia pela frente da posição ocupada pelos platinos, terminando por desfilar ao alcance da artilharia inimiga e, com o seu flanco esquerdo voltado para a coxilha ocupada pelo adversário.

Logo depois de iniciada a marcha de aproximação, a 2ª Divisão, certamente por falta de ordens precisas, ia flutuando ao sabor da corrente, avançando em flexa, como se se dirigisse isoladamente sobre a ala direita das tropas de Alvear. Muito afastada para a esquerda e muito avançada, o comando brasileiro considerou-a grandemente exposta e determinou-lhe que se retraísse, o que o general Calado executou sem perda de tempo, recuando algumas centenas de metros e voltando ao ponto em que pouco antes se achava.

Ao entrar em contato com as forças platinas, as duas Divisões brasileiras estão separadas por um vazio de quase dois quilômetros, o que, dado o armamento da época e os meios de transmissão, representava um perigo. Sem que isso tenha sido buscado pelo comando brasileiro, nossas tropas vão encontrar-se divididas em dois núcleos combatentes, independentes entre si, com a agravante de não haver uma reserva para soldá-los.

Brown desempenhava um papel mais importante, porém menos amplo do que aquele que lhe caberia como conselheiro técnico de Barbacena e como responsável pelas medidas de execução, chamando a si o comando da 1ª Divisão, deixando à margem o comandante dessa unidade. Como ia achar-se com os 2 flancos no ar, coloca, desde o começo, a cavalaria nas duas alas das tropas que dirige. As 7 horas e 30 minutos, a nossa artilharia abre fogo contra as tropas inimigas, mas mostra-se inferior à platina, quer no alcance, quer na potência e número de bôcas de fogo. Alvear do observatório que havia eleito, atrás de seu destacamento, acompanhava a olhos desarmados a marcha de aproximação das duas divisões brasileiras. Não obstante a sua modesta preparação militar, poderia perguntar a seus botões o que era aquilo; onde faria o inimigo o esforço principal? Na direita? Na esquerda? ... Difícil dizê-lo, por-

que os brasileiros estavam divididos em duas porções aproximadamente iguais. E efetivamente eram muito menos numerosos de que antes se acreditava.

No entanto, como era indispensável reunir no ponto crítico suas forças, cujo grosso ainda se achava em marcha, precisava ganhar tempo.

Resolveu-se por isso entrar a marcha da divisão brasileira (Gen Calado), que se dirigia sobre sua direita, onde comandava Lavalleya. Dá ordens ao chefe oriental para que ataque a divisão brasileira com tôdas as forças de que dispõe, aliás, de cavalaria.

Lavalleya, no entanto, não tem o mesmo ponto de vista e para cumprir tal missão exige que lhe dêem uma reserva. Como isso não é possível, nada se faz, pelo momento, dêsse lado.

Alvear volta então as vistas para a esquerda de sua posição, que está sendo investida pela 1ª Divisão brasileira. O momento era crítico, porque o inimigo avançava com desassombro. Vai acertadamente entravá-lo em sua marcha, pelo emprêgo de algumas unidades de cavalaria. Recorre ainda a elementos uruguaios, que formam a esquerda de sua linha de batalha (general Julian Laguna). Brown deve ter percebido as medidas preparatórias dêsse golpe, porque toma suas contramedidas, reunindo as suas duas brigadas de cavalaria no flanco direito da 1ª Divisão, com o que forma uma verdadeira divisão de cavalaria provisória, que coloca sob o comando do general Sebastião Barreto, sem no entanto deter a sua infantaria. Provavelmente buscava, ao termo do lance, alcançar a sanga que separava brasileiros e platinos. Logo depois, a cavalaria uruguaia de Laguna, lançada ao ataque da divisão brasileira, transpõe a sanga.

Ao pronunciar-se êsse ataque, Brown detém a marcha do seu centro e da sua esquerda, formados pela infantaria, a meio caminho da sanga, ao mesmo tempo que parte da cavalaria que reunira na direita (40º Regimento de Cavalaria de 2ª linha, ou de Milícias de Lunarejo e esquadra de lanceiros alemães) passa ao contra-ataque. O inimigo é repellido e perseguido até o outro lado da sanga. Retornam os uruguaios à carga mais duas vezes, mas sempre com o mesmo insucesso.

Com muitas perdas, recuam definitivamente para suas linhas, perseguidos até bem longe pelas nossas unidades de cavalaria, que os haviam contra-atacado. Enquanto essas coisas se passavam em nossa direita, na esquerda de nosso dispositivo a 2ª Divisão permanecia inativa e desembaraçada.

Tudo indica que Brown e Barbacena ainda não haviam chegado à conclusão de que tinham pela frente todo o exército inimigo, muito superior em forças. Nestas condições, a 1ª Divisão retoma o movimento desde que a cavalaria uruguaia é repellida. O lance termina perto da sanga, onde a infantaria se detém.

Com o emprêgo de sua cavalaria Brown se assegura da posse dêsse obstáculo, que a seguir transpõe com o grosso de suas tropas, procurando colocá-la à distância de assalto da posição inimiga. Deixa aquêda sanga a 1ª Brigada de Cavalaria e a artilharia de que dispunha, que dali continua a apear com seu fogo o ataque de nossas tropas.

Alvear, do seu observatório, pode ver que as tropas brasileiras se preparam para assaltar a posição ocupada pelas tropas do seu comando.

As suas forças ainda se acham, em grande parte, em marcha e, por mais que as deseje sobre o terreno da luta, só pouco a pouco poderá tê-las ali. Em compensação, já se encontram a seu lado vários comandantes de unidades que vêm chegando, aos quais dá instruções. Essas forças, bem treinadas e das três armas então existentes, entram sem demora em posição, prolongando a frente platina. Apesar de tudo, Brown agarra-se à idéia de dar um giro favorável à luta, levando um assalto com a nossa direita, ao centro inimigo, pelo que não se detém na sua investida, embora obrigado a movimentos sinuosos, feitos sob o fogo não só da artilharia, como da própria infantaria platina. Nesse momento se examinarmos as disposições tomadas pelo chefe do estado-maior de Barbacena no setor da 1ª Divisão, concluiremos que a idéia fundamental que o norteia é defender-se à direita e avançar com a esquerda (1ª Brigada de Infantaria) contra o centro inimigo.

O comando platino precisa deter esse empreendimento dos brasileiros, que possibilitaria a ruptura do seu dispositivo, acontecimento de conseqüências imprevisíveis. Afortunadamente para ele, estavam chegando ao teatro da luta outras forças suas, entre as quais a 1ª Divisão do 2º Corpo, comandada pelo mercenário francês, coronel Frederico Brandsen, um dos mais bravos e capazes comandantes platinos e a 1ª Divisão do 3º Corpo, formada igualmente por dois regimentos de Cavalaria, comandada pelo coronel José Maria Paz, argentino.

Alvear, para impedir o assalto brasileiro, que estava se desenvolvendo, atira a divisão de Brandsen contra os nossos infantés, os quais rapidamente formam quadrados, de acordo com os regulamentos da época. À frente de seu regimento, carrega contra a nossa infantaria o impávido francês, ao lado do qual galopa o próprio comandante-em-chefe do exército platino. Os nossos quadrados abrem fogo quando a cavalaria já se acha a poucos passos de distância e os soldados viram as pontas de suas baionetas contra os peitos dos cavalos dos assaltantes. Os esquadrões platinos (aliás o inimigo carregava em coluna de meios esquadrões) esfaram-se e recuam em debandada, deixando morto, entre um número elevado de seus comandados que tiveram a mesma sorte, o valoroso coronel francês. A nossa cavalaria persegue tenazmente os retirantes, empurrando-os à ponta de sabre para as linhas. Voltam eles, depois de refeitos, à carga, mas não são mais felizes nos seus sucessivos empreendimentos ofensivos. No entanto, o assalto da infantaria brasileira foi paralisado.

Com a chegada de outras forças os platinos mostram-se cada vez mais empreendedores. Na esquerda brasileira, onde a 2ª Divisão (general Calado) permanecia como energia potencial não aproveitada, o cenário anima-se de repente. Com a nova missão dada às forças de Bento Gonçalves, mandadas para a direita do exército, o corpo de paisanos de Abreu ficara muito isolado e imprudentemente exposto aos golpes do inimigo.

Lavalleja, que comandava a ala direita platina (1º Corpo) não perde a ocasião e cai de rijo sobre as forças brasileiras. As tropas de Abreu

pretendem resistir, mas logo se deixam tomar pelo pânico e fogem em desordem. São perseguidas a sabre e recuam, debandadas sobre o grosso da divisão, misturadas com seus perseguidores. Os dois Batalhões que constituem a 2ª Brigada de Infantaria formam um quadrado e, ao comando do próprio chefe da Divisão, abrem fogo contra amigos e inimigos.

Em escalão recuado, à esquerda e à direita do quadrado, a 3ª e 4ª Brigadas de Cavalaria, formada sem coluna, estão prontas para sair ao encontro do inimigo, o que tem lugar logo depois que o fogo da infantaria o dezima. Entre os muitos mortos que ficam caídos na frente do nosso quadrado, conta-se o marechal José de Abreu, Barão do Cêro Largo, um dos maiores heróis da guerra contra Artigas. Tinha cumprido a sua palavra: acabava de restituir à guerra o que a guerra lhe tinha dado, o 5º Regimento de Cavalaria, que havia sido desorganizado pelos paisanos em fuga, recompõe-se rapidamente e vai ao lugar anteriormente ocupado pelas forças de Abreu, para trazer para as nossas linhas o que facilmente consegue, um canhão que os paisanos haviam deixado ali e de que o inimigo não chegou a se apoderar devido à perseguição de nossa cavalaria.

Os platinos já refeitos voltam à carga, mas são repelidos facilmente pelos dois regimentos de Cavalaria (5º da 1ª linha e 20º de 2ª linha), que o general Calado enviou contra eles. Pouco depois, a nossa esquerda perde uma de suas brigadas de cavalaria, em benefício da direita: o Marquês de Barbacena determina que a 3ª Brigada de Cavalaria (3º Regimento de Cavalaria de 1ª linha e 20º Regimento de Cavalaria de 2ª linha) se desloque para o flanco oposto do exército, onde graves acontecimentos exigiam a sua presença.

Lavalleja pode então ver novas forças brasileiras serem retiradas do setor da 2ª Divisão, que continuamente se enfraquece para atender à direita. Resolve jogar contra as tropas que constituem a única brigada de infantaria dessa divisão, importantes forças de que dispunha. A cavalaria platina corre pelo flanco exterior das tropas de Calado sobre a nossa retaguarda; o general Calado vê um esquadrão inimigo que desfila à vista dos nossos e manda atacá-lo por outro esquadrão brasileiro, mas os soldados milicianos só a muito custo e sob grave ameaça, cumprem a ordem, assim mesmo, secundados por um esquadrão de 1ª linha.

A esse tempo, podiam-se ver os preparativos do inimigo, para descarregar pesado golpe sobre a 2ª Divisão. Nada menos de 10 esquadrões estão sendo articulados, para serem lançados contra as tropas do general Calado, o que leva este a precaver-se. Ao despenharem os platinos pelas encostas da coxilha abaixo, de espada em punho e a galope largo, os dois batalhões brasileiros formam quadrados de baineta armada e com os fuzis prontos para criar uma zona de fogo e morte em torno de si. A cavalo, no centro desse quadrado, sem se perturbar com a cena lúgubre que o envolve, o general Calado bem merece os soldados que comanda.

Espera que a cavalaria inimiga chegue a 20 passos e comanda: Fogol! Uma sucessão de pequenos clarões ilumina o espaço. Homens e cavalos

caem envolvidos no seio dos capinzais altos, são perfurados a baioneta quando pretendem erguer-se para fugir. Ainda há os que ficam para sempre imóveis... Os atacantes recuam em debandada. O general Calado sai do quadrado e lança o 5º Regimento de Cavalaria contra os fugitivos. O velho chefe divisionário galopa ao lado de seus soldados de espada alçada. Terminada a perseguição, o general vai reunir-se à sua infantaria, mesmo porque o inimigo prepara nova carga. Pretende tirar sua forra do 5º Regimento de Cavalaria, que quer cortar de nossa infantaria. Calado espera que o inimigo penetre em cunha entre nossa cavalaria e nossa infantaria, para cobri-lo com o fogo dos fuzis dos dois batalhões, formados mais uma vez em quadrado. As tropas inimigas que se animam a chegar ao alcance de nossas armas são dois esquadrões apenas, mas dêsses um debanda, deixando muitos mortos no terreno, ao passo que o outro é realmente dizimado pois só uns 16 de seus componentes conseguem regressar às suas linhas.

Esses acontecimentos devem ter tido seu comêço quando a 1ª Divisão, na direita, se via obrigada a deter seu movimento ofensivo. Nessa ocasião, Alvear lançou outras forças de cavalaria contra a 2ª Brigada de Cavalaria Ligeira (coronel Bento Gonçalves), que havia permanecido, como simples cobertura, em nosso flanco direito. Os platinos contornaram a posição ocupada por Bento Gonçalves, evidentemente mal postado e mal articulado, caindo de surpresa sobre a brigada brasileira, que é desbaratada (21º Regimento de Cavalaria de 2ª linha, ou de Milícias da Vila do Rio Grande e 39º Regimento de Cavalaria de 2ª linha ou de Milícias de Cêrro Largo). Um dos dois regimentos desta Brigada, com seu chefe à frente, fugiu do campo de batalha para o interior da província (o 39º). Com os elementos que lhe restavam e com os remanescentes do 1º Regimento de Cavalaria de 1ª linha, hoje "Dragões da Independência", unidade que marchou de Santana já com efetivo muito reduzido, mas que, embora esfacelada pela luta não se deixou contaminar pelo pânico, Bento Gonçalves recuou para a retaguarda de nossa posição, onde procurou reconstituir suas forças e se opôs às investidas da cavalaria inimiga.

Brown, envolvido na luta que simultâneamente se travava à direita e à esquerda, pouco podia saber do que estava se passando fora de suas vistas. Barbacena, que circulava pelo campo de batalha e que pelo menos a comêço teve seu pôsto de comando junto à 2ª Divisão (general Calado), podia fazer uma idéia mais perfeita do que se passava. A êsse ponto, o combate não poderia ter deixado de tornar clara a situação: estávamos em face de todo exército platino e não apenas de uma parte dêle. Brown sentia-se muito inferior em número e em recursos materiais aos platinos com que se defrontava. Passou automaticamente à defensiva.

Ouve-se o toque de retirar, pois naquele tempo as ordens de combate ou eram transmitidas de viva voz ou por meio de cornetas. Os toques partidos do quartel-general eram repetidos por todos os corpos. No entanto, a distância em que se achava a 2ª Divisão e o ruído da luta impediam que o toque fôsse ouvido pelos combatentes que integravam as forças sob o comando do general Calado. A cavalaria inimiga

havia chegado à retaguarda do exército brasileiro e se apossado de nossas bagagens, de nossas munições, enfim, tudo, exceto das cavalhadas, porque os guardadores de cavalos tinham tomado a resolução de tirá-los dali, levando-os para São Gabriel.

.....

O campo de batalha estava em chamas, pois o adversário, utilizando a tática gaúcha de propagar o incêndio da coberta vegetal de acordo com a direção do vento, ateara fogo à macega. Criavam-se, assim, zonas interditas ao movimento, no seio das quais os feridos dos dois partidos, reconciliados em presença de uma horrível morte, eram queimados vivos!

Restava ao exército brasileiro a única alternativa de abrir caminho entre o inimigo e o fogo.

O movimento retrógrado começa pela direita, onde Brown, sob a proteção de alguns elementos das 3^{as} armas, forma suas tropas em coluna e ganha em pouco tempo o ponto de que partira, no alto da coxilha. Na cauda da 1^a Divisão deslizará dentro em pouco a segunda (general Calado) cujo comandante só uma hora mais tarde vem a saber que a divisão vizinha batia em retirada. O exército brasileiro, cortado do caminho para São Gabriel, busca o passo do Cacequi, que se encontra livre. A cavalaria inimiga persegue frouxamente e sem qualquer idéia de conjunto. Perseguição direta, a sua ação não se faz sentir fora do campo de batalha, à retaguarda, a 2^a divisão forma um grande quadrado, no centro do qual vão os feridos e as suas bagagens. Até os bovinos encontrados no caminho foram por esta divisão arrebanhados sem maiores dificuldades. A cavalaria brasileira toma a seu cargo o serviço de segurança e abre caminho entre os elementos inimigos que procuram embarçar a nossa marcha em retirada; a infantaria, que segue na cauda, mostra às vanguardas da cavalaria inimiga as pontas de suas baionetas e as mantém afastadas. Bandos de salteadores, a que se associavam mulheres, matam feridos poupados pelo fogo e saqueiam os mortos... Os retirantes ouviam ao longe os tiros disparados pelos malfeitores contra os agonizantes e adivinhavam o resto... o trabalho das facas afiadas!

As 11 horas da noite, o exército, que havia muito perdera de vista o inimigo, fez alto a meia légua do passo do Cacequi mas, após curto descanso, atravessou o rio e foi acampar do lado oposto. A deserção era grande e numerosos os extraviados. No dia seguinte, nossas forças prosseguiram por São Sepé, para o passo de São Lourenço, no rio Jacuí (região onde aproximadamente se acha hoje a estação do Ferreira, da estrada de ferro Porto Alegre a Uruguaiana). Nesse ponto, no dia 2 de março de 1827, atravessaram o rio para a margem Norte e acamparam. Terminava mais uma fase da luta, porque o inimigo ia rumar em sentido oposto."

Aqui interrompemos a transcrição. O restante da guerra, até à paz, foi de pouca importância.

Alvear vagou pela campanha saqueando e voltou ao território uruguaio. Mais tarde voltou ao Rio Grande e ocupou Bagé.

Algumas ações mais se verificaram, como o combate de Camaquã (ou do Rufino), o combate de Pedras e outros, todos de pequena importância.

Até 27 de agosto de 1828, seguiram os adversários mais em fintas e pequenos encontros do que realmente em guerra. Enquanto isso políticos negociavam e a essas negociações não era indiferente a Inglaterra, cujo interesse era firmar sua influência na bôca do Rio da Prata, já que não poderia dominá-la pròpriamente.

Em 27 de agosto de 1828, firmou-se a Convenção Preliminar de Paz entre o Império do Brasil e a República Argentina, que se tornaram fiadoras da Independência de uma nova nação que surgia na América: República Oriental do Uruguai.

Parece ociosa a citação de quase tôda a campanha, como fizemos. Mas para compreender suas conseqüências e, principalmente para procedermos à análise das principais ações militares, essa transcrição tão longa é necessária, já que o estudante dêesses assuntos precisa formar um lastro de conhecimentos sôbre os fatos havidos, para bem raciocinar e concluir.

4. CONSEQÜÊNCIAS DA GUERRA

A primeira das conseqüências desta guerra foi a independência do Uruguai, o surgimento de mais uma nação em terras da América do Sul.

Já que Buenos Aires não conseguira atrair a Província Cisplatina para sua órbita e já que o Império do Brasil não podia conservar, acordaram os dois países em que a Banda Oriental não pertenceria nem a um, nem a outro; seria livre de se governar independentemente.

Daí, outra conseqüência: o surgimento de um Estado-tampão, a separar os seculares contendores: descendentes de portugueses e de espanhóis na América do Sul.

O sonho do Vice-Reinado de Buenos Aires estava malogrado para sempre.

Enquanto o Uruguai fôr independente e o Paraguai e a Bolívia também, o Vice-Reinado não se reconstituirá e a política internacional brasileira, mesmo em nossos dias e para o futuro, foi, e será orientada no sentido de manter e desenvolver êsses países como nações livres. Com isso, a fronteira da Argentina com o Brasil se restringirá à pouca extensão atual e o nosso tradicional contendor não nos "abraçará" perigosamente pelo Sul e pelo Oeste. Das conseqüências que ora estudamos, é essa a mais importante, pois, com a independência do Uruguai, o sonho de reconstituição do Vice-Reinado de Buenos Aires se desmoronou.

No tratado de paz de 1828, ficou assentada a livre navegação do rio da Prata para os dois contratantes. É uma conseqüência não só de ordem econômica, mas também militar, pois a comunicação com Mato Grosso se fazia, naqueles tempos (e por muito tempo ainda se fêz), através do rio da Prata e dos rios Paraná—Paraguai.

Podemos alinhar aqui, muito embora não seja uma conseqüência direta da guerra, mas da independência do Uruguai, por ela ocasionada, a fixação dos limites Sul do Brasil, ocorrida em 1851.

Foi possível fixá-los por ser o Uruguai uma Nação livre, com seu governo próprio, definido e não mais o palco das correrias e arbitrariedades ali já tradicionais.

Em 1851, ante a ameaça de absorção pelo tirano argentino Rosas, o Uruguai pede auxílio ao Império e este o concede, exigindo como melhor a fixação dos limites.

Para a política interna do Brasil a guerra trouxe, também, uma consequência: a abdicação de D. Pedro I, em 1831. Se bem que não tenha sido uma causa primordial, foi, no entanto, um dos motivos que concorreram para solapar a popularidade do soberano, não só pela maneira humilhante para as nossas armas com que a contenda foi conduzida, mas também, pela antipatia com que foi encarada essa luta.

Aliás, a própria anexação da Província Cisplatina, em 1821, não foi bem recebida pelo povo do Brasil. A guerra que impedia sua separação não haveria de ser bem aceita, máxime por ter sido levada a efeito desleixadamente, sem que o governo desse às tropas em campanha o apoio moral e material de que careciam. Não foi uma "guerra nacional" que contivesse o entusiasmo popular e o impulso da ação governamental. É bem verdade que a fermentação política de após-independência absorvia D. Pedro I e seus auxiliares, mas de qualquer modo sua impopularidade se acentuava e para isso concorria a guerra da Cisplatina.

Podemos resumir dizendo que foram consequências da guerra que estamos estudando:

- a. Independência do Uruguai;
- b. Formação de um Estado-tampão entre os seculares contendores Sul-Americanos;
- c. Malôgro do sonho de reconstituição do Vice-Reinado do Rio da Prata;
- d. Livre navegação no Rio da Prata para argentinos e brasileiros;
- e. Fixação dos limites do Brasil com o Uruguai, em 1851; e
- f. Abdicação de D. Pedro I, em 1831.

5. ANÁLISE DAS PRINCIPAIS AÇÕES MILITARES A LUZ DA DOUTRINA ATUAL

Não apenas pelo seu desenrolar, mas, também, por suas consequências, são ações militares principais, nessa guerra, o COMBATE DE SARANDI e a BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO (ITUZAINGÓ, para os platinos).

Analise-mos:

a — O Combate de Sarandi (Figs. 1 e 2)

Há nesse combate, indubitavelmente, o fator deficiência de comando "para ser lamentado de parte dos brasileiros. Conquanto Bento Manoel

fôsse um guerrilheiro de mérito, valente e tenaz, não há como absolvê-lo de certos erros cometidos frente ao inimigo. A circunstância de se ter empenhado em combate, não como um comandante geral, como fêz Lavalleja, mas como um simples comandante de ala, não lhe permitiu uma ampla visão dos acontecimentos. Aliás, mesmo que se tivesse mantido no comando geral, nada poderia ter feito, pois em outro erro grave incorreu: empenhou tôdas as suas forças sem guardar uma reserva, ainda que pequena, ante o contra-ataque inimigo, ficou sem poder manobrar”.

O valor da tropa de que dispunha era muito pequeno, pois, no dizer de Paula Cidade, não passava de um “mosaico de combatentes” retirados de diversas armas e improvisados em cavalarianos.

Eram milicianos em sua grande maioria e foram incapazes de suas posições ante o ímpeto platino. Apenas o centro de nosso dispositivo se manteve e foi sacrificado, mas êsse outro era de boa cepa, já que se constituía de tropa de 1ª linha. Não podemos deixar de apreciar, já que estamos analisando o combate, a ação de Lavalleja. Ele desprezou o valor defensivo do obstáculo representado pelo arroio Sarandi, ainda que não muito grande, procurando as cabeceiras de curso d'água, porque não desejava se manter passivamente à espera do ataque imperial. Antes até, procurou terreno aberto, onde pudesse manobrar e, mal Bento Manoel se atirou ao ataque, tomou, também, atitude ofensiva e contra-atacou vigorosamente. Além dessa ação valente de chefe destemido, foi o comandante uruguaio providente quando, antes do combate, destacou um elemento de cavalaria para acompanhar o movimento dos brasileiros e mantê-lo em condições de manobrar em tempo, unindo seus efetivos aos de Rivera. É a “informação”, que a Bento faltou completamente.

Quando o nosso centro herôicamente resistiu com denôdo, restava em mãos de Lavalleja a Reserva, que lhe permitiu fazer sentir a vontade de chefe no ponto de resistência inimiga.

A tropa uruguaia era composta de milicianos, é verdade, mas era mais numerosa e foi melhor comandada. Não desejamos diminuir o valor guerreiro do grande caudilho que foi Bento Manoel, mas o fato é que no combate de Sarandi não se houve com a maestria que lhe era peculiar.

Não sabemos que razões teve para oscilar entre a decisão de atacar Lavalleja ou Rivera, quando êstes ainda estavam separados e o combate nas cabeceiras do Sarandi ainda não se havia travado. Se o chefe imperial tivesse se coberto face a Rivera e atacado (forte contra o fraco) o destacamento de Lavalleja, batendo depois a Rivera, teria feito a manobra por “linhas interiores” e batido o inimigo por partes.

A vitória talvez sorrisse às nossas armas e a consequência do combate teria sido, certamente, o desbarato do adversário e o fim da revolução iniciada com os legendários 33. A sorte foi inversa, no entanto e a consequência foi outra: a revolução tomou corpo, em Buenos Aires os espíritos se inflamaram e as Províncias Unidas reincorporaram a Banda Oriental, iniciando a guerra entre Buenos Aires e o Império.

b — *A Batalha do Passo do Rosário* (Fig. 3)

Vamos analisá-la à luz da doutrina atual, mas, em honra daqueles heróis que caíram em 1827, lembremo-nos do empirismo com que eram realizadas as guerras da época. Não nos esqueçamos de que na mais adiantada Europa, também palco experimental de tantas contendas, só 50 anos mais tarde se iria metodizar o jogo da guerra e que o Brasil esperaria um século para isso. O estudo da História, no entanto, deve ser objetivo para ser lucrativo e deve visar o aprendizado, para merecer que se o realize.

Assim sendo, passaremos de leve sobre os aspectos positivos que devem ser gravados e nos deteremos mais sobre os aspectos negativos, que deverão ser evitados.

Barbacena se iniciou nessa luta um tanto cheio de ilusões, quando traçou planos de campanha, de longe, sem tomar pé nas realidades da guerra que iria encontrar. Na escolha de seu Estado-Maior, no entanto, andou bem, já que se cercou de figuras das mais ilustres na época.

Muito embora haja cometido erros no emprêgo de suas forças acertou quanto à repartição inicial de sua cavalaria, que não soube, no entanto, empregar. Não soube ou não pôde.

Acertadamente dividiu-a em duas partes: a divisionária, com as divisões e a que lhe ficou subordinada. Aí está: elemento apto a reconhecer e manobrar, nas mãos dos comandantes de divisão e elemento apto a reconhecer para o comando superior e massa de manobra, nas mãos desse mesmo comando superior.

No emprêgo, no entanto, nada disso foi pôsto em execução, pois, a rigor, não houve um comando superior durante a luta, já que 2.000 metros (distância considerável para as armas da época) separava as duas porções do exército imperial, não permitindo coordenação de ações e fazendo com que se realizassem dois combates quase que independentes.

A cavalaria não foi bem empregada no reconhecimento e mesmo a vanguarda do grande e valente general Abreu sãbiamente destacada, deixou de cumprir a missão, não iniciando a marcha no momento devido e, não informando a tempo.

Pareceu-nos que as buscas não andaram ativas como seria de desejar. Na realidade o exército de Barbacena surpreendeu o inimigo, mas foi, por sua vez, também surpreendido.

Da aproximação dos dois exércitos, que dizer?

Alvear parece que não queria a luta, evitou-a quanto pôde. Só a travou porque a isso se viu obrigado, já que foi alcançado sem poder atravessar o Santa Maria. O acaso favoreceu o exército platino, pois tendo passado parte de suas tropas e sendo mais numeroso seu efetivo, encontrou, ainda, terreno favorável onde pôde instalar uma cobertura. Com seu maior número de homens, alimentou o combate com "reservas forçadas" que manteve, já que ia reatravessando seus corpos e engajando-os na luta. Parece-nos que esses e o desacerto com que o exército imperial foi empregado, foram os fatores que impediram a derrota de Alvear.

O combate foi "do encontro", não há dúvida e, como tal, aquele que chegou e se desdobrou primeiro, levou vantagem.

Alvear se defendeu, mas fez dinamicamente, agressivamente. O exército imperial não foi propriamente batido, mas, extenuado, empreendeu a retirada e isso é derrota...

Como foram empregadas as divisões? Sem coordenação, separadas, sem definição de esforço principal, sem manobrar e, sobretudo, sem reservas. Elas foram como que "atiradas" sobre o inimigo. E do lado platino? O mesmo quadro: falta de informação, de comando, de vontade e de técnica. Limitou-se o comando platino a aparar os golpes do adversário e a contra-atacar. O emprêgo das tropas que iam chegando, vindas do passo do Rosário, dando injeções de força à defesa e alentando os contra-ataques, só foi possível porque o acaso assim quis e não por ter obedecido a um plano. Na realidade Alvear não procurara o combate e, após a retirada dos brasileiros, apenas realizou fraca perseguição tomando logo rumo oposto ao inimigo e voltando ao território uruguaio.

A nossa própria retirada não foi objeto de plano, também. Foi uma marcha para trás e pronto... Nada de reconhecimentos, de retaguardas organizadas, ou de coberturas. Quase uma fuga.

E Bento Manoel? Foi certo ter sido destacado para o flanco. Mas perdeu o contato com o inimigo e a ligação com o grosso. Quando enviou informações, foram inexatas. Deu informações ao inimigo, quando escreveu a Barbacena: "é certa a retirada pelo passo de São Simão" e foi atacado pelo inimigo que supunha fugir... Com sua informação inexata, levou Barbacena a acelerar a marcha e a se atirar contra o inimigo que, por sua vez, também supôs em fuga. Foi a informação de Bento Manoel que o induziu a êsse erro.

Além disso, outra pergunta ainda está sem resposta: por que Bento Manoel não interveio no combate? Que teria se passado? Ignoramos. Uma coisa, no entanto, é certa e nos deve ficar o ensinamento: o fator Moral foi por demais ressaltado nessa Batalha do Passo do Rosário. Para alegria nossa, encontramos-lo nas forças imperiais e o vemos ausente do lado platino.

Com erros ou não, o certo é que Barbacena procurou o combate, andou à caça do inimigo e o atacou.

Alvear, no entanto, só lutou porque se via espremido contra o curso do rio Santa Maria, que não pôde atravessar com todo seu exército, como desejou e tentou. As tropas brasileiras vencidas pelo número, emprenderam a retirada, mas Alvear não as perseguiu tenazmente e, antes, fez meia volta e voltou ao Uruguai.

O ardor e vontade de lutar dos brasileiros está claro pelo modo com que se atiraram à luta e isso bem o demonstra o fato de ter a 1ª Divisão se lançado contra o adversário, sem esperar pela vizinha e sem que seus oficiais a pudessem conter.

Apesar da derrota, honra, pois, aos heróis da Batalha do Passo do Rosário.

O ESPÍRITO CRIADOR DO GUERRILHEIRO

Cel JAMES E. MRAZEK (Army, EE.UU. Junho, 1964).

Tradução do Maj Art Rubens Mário Jobim, Of de EM.

O que torna o guerrilheiro tão formidável?

Um surto de guerrilheiros no Vietname mantém um Golias em apêrto. Penosamente relembramos que o heterogêneo exército de Castro derrotou forças dez vezes superiores. Nos idos de 1940, foi necessária uma operação militar de grande envergadura, apoiada na esmagadora ajuda econômica norte-americana e em seu poder militar, para que o governo grego subjugasse os guerrilheiros nas fortalezas do norte. Com bandos de selvagens nômades, o misterioso Lawrence da Arábia cruzou, em dorso de camelo, desertos incrivelmente escaldantes, surpreendeu as guarnições turcas e quebrou seus grilhões na Arábia. Os rebeldes espanhóis esgotaram os marechais de Napoleão e transformaram a invasão "dos pequenos gigantes" em uma onerosa e vexatória "débâcle".

Estes exemplos selecionados ilustram a letalidade do vírus da guerrilha. A História revela que somente uma campanha militar bem planejada e exaustiva pode erradicá-lo. Houve ocasiões, entretanto, em que nem isso foi suficiente. Na China, Iugoslávia e em Cuba, o vírus foi um assassino vitorioso.

Enfrentamos atualmente uma pergunta sem resposta: Uma vez que o vírus da guerrilha empestou um país, a que são devidas sua virulência e persistência?

FONTE DE PODER

É verdade que o guerrilheiro tem consciência de sua missão, é intensamente politizado, geralmente identifica-se com a população e frequentemente goza de seu apoio ativo, na região em que opera. Embora estas condições sejam indispensáveis, algo parece brotar de fontes muito mais profundas, do íntimo do homem, para dar à guerrilha grande poder. É uma qualidade sutil e fugidia e que por isso tem passado grandemente despercebida e desconhecida. Esta qualidade é criadora e intuitiva.

Lawrence da Arábia, êsse desconcertante e independente gênio militar, parece haver descoberto essa qualidade de modo puramente casual. Prêso à cama, arruinado pela doença e pelo desespero, após a

campanha para tomar Hejaz, meditou sobre a direção que essa guerra deveria tomar para quebrar os grilhões turcos. Carecendo dos homens e das armas de seus oponentes, sua missão parecia impossível. Para um homem menor, assim teria sido.

Sopesando os ensinamentos de Clausewitz, Saxe, Jomini e Foch, para responder a questões sobre essa guerra, Lawrence finalmente rejeitou-os, afirmando que eles "me indispunham com os soldados, aborreciam-me de glória servil, fazendo-me crítico de toda sua luz. No meu caso, meu interesse foi abstrato, concernente à teoria e à filosofia da arte de guerra, especialmente pelo lado metafísico".

Considerando a escassez de suprimentos turcos e sua dependência das vias férreas, Lawrence refletiu:

"A morte de uma ponte ou linha férrea turca... é mais proveitosa para nós que a morte de um turco. No exército árabe, no momento, somos parcimoniosos tanto em materiais como em homens. Os governos só vêem os homens globalmente; mas nossos homens, como irregulares, não constituem formações, são indivíduos.

"Na busca de condições ideais, poderíamos matar turcos, porque não gostávamos nada deles, mas a matança seria mero luxo. Se eles se fôssem quietamente, a guerra acabaria. Se não, nós os instigariamos ou procuraríamos pô-los para fora. Em última instância, seríamos obrigados ao desesperado caminho do sangue e às máximas de uma "guerra assassina".

Dessa forma, Lawrence começou a formular uma filosofia de longo alcance, que deveria orientar sua conduta na guerra e terminar pela vitória árabe — uma vitória que alguns disseram ter sido o golpe de misericórdia nas esperanças dos Podêres Centrais.

Supõe-se houvesse ele pensado: "... nós (os árabes) somos uma influência, uma idéia, uma coisa intangível, invulnerável, sem frente ou retaguarda, flutuando como um gás? Os exércitos (tradicionais) são como plantas, imóveis, firmemente enraizados, nutridos por longos caules até a copa. Poderíamos ser uma névoa flutuando onde nos aprouvesse. Nosso reino está na mente de cada homem; assim como não aspiramos a nada material para viver, bem poderíamos oferecer nada de material para a morte. Parece-nos que um soldado regular ficaria desorientado sem um objetivo, apenas com sua consciência, e somente destruindo o que, por ordem, atingisse com seu rifle".

Ao distinguir o indivíduo da massa, como uma peça autônoma, — à parte da estrutura das tropas regulares, "intangível", uma força independente para manobrar onde de sua escolha, com o intelecto livre e supremo — Lawrence transferiu para a guerra de guerrilha algumas das condições fundamentais da criação e também o que há de racional na criação, como a entendemos agora. Assim procedendo, deu ao intelecto a tarefa de compensar a diferença em força.

A AVENTURA DA CRIAÇÃO

Os estudiosos do comportamento humano, analisando a criação intelectual e procurando identificar o talento criador em outros campos, fizeram importantes descobertas e chegaram a valiosas conclusões sobre indivíduos criadores, que apresentam notável semelhança com guerrilheiros, suas operações e seu meio ambiente.

O indivíduo criador tem o "espírito da rebelião, pensamento discordante, que o leva constantemente a novas direções". Os criadores são classificados como tipos imaginativos ou intuitivos — pessoas que agem por instinto. Individualismo e não conformismo são suas características.

Uma autoridade observa: "É falso imaginar que a criação apenas acontece. A capacidade criadora é inerente aos seres humanos, mas a utilização desta capacidade é tarefa árdua. Não é passatempo "tirar cursos" ou "manter-se ocupado". Criação é trabalho que leva a algum lugar; é esforço persistente a caminho de um ideal".

O Dr. T. W. Adams, no "Army Research and Development News", também sustenta ponto de vista semelhante, ao criticar a administração, da qual reclama que "até agora tem falhado em compreender as características essenciais da aventura do pensamento criador". Diz, por exemplo, que todos os tipos de pessoas são potencialmente criadores, quando estão trabalhando sob intensa motivação e autodisciplina, no ambiente certo.

O criador é igualmente mais primitivo e mais cultivado, mais destrutor e mais construtivo, mais louco e mais sã do que homem comum. Com frequência, e quase sempre inconscientemente, ressentem-se de muitas das pressões da sociedade, que o levam a resignar-se. "O ato criador, está verificado, resulta de uma ação recíproca entre o indivíduo e um meio — sociedade, lar ou negócios — modificando tanto o indivíduo quanto o meio", dificultando ou facilitando o "trabalho criador". A criação é melhor onde há liberdade, e a mente está aberta a idéias expressas. Como diz uma autoridade, "No indivíduo, sem levar em consideração a inteligência, (o espírito criador) resulta da falta de instinto para imitar os padrões culturais existentes. O processo criador é o surgimento em ação de um novo produto, resultante da originalidade do indivíduo, por um lado, e dos elementos, acontecimentos, pessoas ou circunstâncias de sua vida, de outro".

O coronel Wendell Fertig, o líder guerrilheiro americano em Mindanao, nas Filipinas, durante a II Guerra Mundial, saúda a essência do espírito criador: "imaginação, engenhosidade e iniciativa" como as qualidades que viu se desenvolverem em seus homens, quando aprisionados. Isto produziu milagres, transformando recursos modestos em formidáveis armas de defesa.

O Marechal de Campo Sir Archibald P. Wavell cita o termo "heterodoxo" como símbolo de criação e diz que os que gozam dêste dom"... podem ser, às vèzes, mais eficientes que os regulares". Declara êle que Lawrence se tornou um líder bem sucedido porque, "... acima de tudo, não estava acorrentado aos grilhões prejudiciais da instrução e dos preconceitos profissionais". Sobre o General Orde Wingate, soldado heterodoxo, escreveu êle: "Era antes um original, inteligente, mas excêntrico...".

A liberdade é condição indispensável para a criação, e aqui o guerrilheiro é afortunado. Opera em dois ambientes livres — um intelectual e outro físico.

Leis impostas pelos governos aos governados, regras e regulamentos aos soldados, e costumes à sociedade — cada qual dizendo ao homem o que êle pode e o que não pode fazer — restringem a liberdade intelectual e física. O pensamento e ações do indivíduo acabam por se conformar às leis e normas da sociedade; êle hesita em pensar sobre novas e diferentes coisas, temendo tanto a "proibição" quanto o rótulo de "excêntrico".

LIBERDADE PARA CRIAR

Virtualmente nenhuma lei cerceia o guerrilheiro. Verifica-se, geralmente, ser êle um fugitivo, ou ter sido condenado por um dado governo ou sociedade. Em qualquer desses casos, a presença ameaçadora da lei não mais está suspensa sobre êle, e assim, em certo sentido, recupera êle a liberdade que lhe fôra tirada. À proporção que um movimento de guerrilha se desenvolve e acumula força e sabedoria, uma forma de governo pode surgir; algumas leis podem ser codificadas, criando um sistema legal rudimentar. A despeito dessas leis, entretanto, no meio operacional da selva ou das montanhas, ou onde quer que o guerrilheiro realize suas operações, a lei é rudimentar e êle ainda é completamente livre em movimento e ação.

O guerrilheiro é um renegado, um perseguido, forçado a prosseguir sozinho, afortunado se tem a companhia de alguns poucos companheiros. Seu intelecto é aguçado na luta forçada pela autopreservação. Para utilizar recursos naturais da terra à sua volta, para empregar as armas, munições e outros suprimentos que capturou, desenvolve iniciativa e intuição, que forçam seu intelecto à inovação e à invenção. Lawrence também manipulou recursos, adquirindo ilimitado potencial, raramente alcançado pelo exército regular, dependente de rações e de outros suprimentos regulamentares. Sua força em homens, apesar de marginal, "representava, como dizia êle, a vantagem (total) neste ambiente de guerra que era o nosso. Se nos apercebêssemos do material bruto de que dispúnhamos e nos habilitássemos a empregá-lo, então o clima, a ferrovia, o deserto e as armas técnicas poderiam também servir ao nosso

interesse". Manipulando tais recursos, muitas vezes nebulosos e imprevisíveis, venceu êle a guerra.

Novas maneiras de matar foram criadas por outros guerrilheiros — armadilhas refinadas, covas assoalhadas com bambus pontiagudos, atalhos preparados com bambus de pontas afiadas que saltam e empalam o descuidado, ou passagens subterrâneas, como as que acabamos de descobrir no Vietnãme, para manobrar ou ocultar fôrças. Pistolas são embutidas em cachimbos; armas-relâmpagos e cachimbos explosivos resultam de uma diabólica arte criadora.

Os guerrilheiros também criam suas próprias táticas e sua estratégia, — uma marca registrada local, inteiramente condicionada às circunstâncias do momento, a mais conveniente para iludir o inimigo. Lawrence não deplorou o fato de lhe faltarem soldados treinados, ou princípios de guerra para o guiarem, ou massas organizadas obedientes a comandos formais. Considerava antes sua posição mais afortunada, com a ausência desses elementos. "Nossos soldados de jardim-de-infância estavam dando início à nossa arte da guerra", como afirma, "na atmosfera do Século XX, recebendo nossas armas sem preconceitos".

"Combates na Arábia". declara Lawrence, "são um erro, uma vez que nêles ganhamos apenas a munição que o inimigo abandona".

"A nossa (a guerra contra os turcos) deveria ser uma guerra de isolamento. Deveríamos conter o inimigo pela ameaça silenciosa do vasto deserto desconhecido, sem nos descobirmos enquanto não agíssemos... A interrupção da linha férrea seria geralmente feita, deixando um trecho sem trilhos; e quanto mais trechos assim vazios, maior o sucesso tático. Deveríamos tornar nossa maneira de atuar uma regra e adquirir o hábito de jamais nos empenharmos contra o inimigo.

"Nada tínhamos de material a perder, assim nossa melhor linha de ação era nada defender e em nada atirar. Nossos trunfos eram a velocidade e o tempo, não o poder de choque... A extensão da Arábia valia mais que o poderio dos exércitos".

Como um artista, experimentado e criando, o guerrilheiro usa as florestas indevassáveis, as montanhas íngremes, os suprimentos que capturou, para criar suas próprias armas.

GUERRILHAS E COMUNISMO

A despeito de estarmos inclinados a acusar o movimento comunista internacional de insuflar os descontentes a se tornarem guerrilheiros, ou a também acusá-lo de apoiar muitos dos movimentos de guerrilha dos últimos anos, sabemos que êsses movimentos tomaram imprevisíveis ângulos titoístas, que se revelaram atrozmente embaraçosos, e que têm feito vacilar o comunismo internacional. O mundo ocidental que tire o consôlo que puder de tais movimentos terem justamente originado os primeiros reveses sérios sofridos pelas várias ramificações do comunismo internacional.

Embora muitos líderes guerrilheiros e movimentos de guerrilha possam ter inclinações socialistas ou comunistas, e ser dirigidos pelo comunismo, uma vez tenham os guerrilheiros provado a liberdade e gerado novas idéias, tornam-se cada vez menos inclinados à escravizante aceitação da inflexível ideologia comunista. Desviam-se, segundo correntes independentes, para formar seu próprio govêrno e instituições sociais, — comunistas, mas adaptados às necessidades locais e às suas próprias idéias criadoras.

Isto ficou perfeitamente comprovado, com alguns desvios surpreendentes do comunismo, desde a II Guerra Mundial. Os regimes da China e da Iugoslávia, da Albânia e de Cuba, cada um dêles surgido de movimentos de guerrilha, desviaram-se das formas tradicionais do comunismo e prosseguiram em sua autonomia e independência de Moscou. Os da Tcheco-Eslováquia, Polônia, Bulgária e outros países da Europa Central, onde o comunismo foi impôsto do exterior e sem o apoio de movimentos de guerrilha, seguiram a linha de Moscou e são, em certo sentido, verdadeiros satélites.

Em consequência, é obvio que Moscou olha com suspeita líderes guerrilheiros como Tito, Castro, ou quaisquer outros novos, sejam rosados ou vermelhos, porque êsses líderes indubitavelmente evitarão quaisquer vínculos que lhes tire a liberdade de seguir seu caminho à parte.

A NOVA LUZ

Em conclusão, uma nova luz é lançada sôbre um velho fenômeno. Há uma relação real, vital, entre espírito criador, intuição e o meio ambiente, de um lado; e força, capacidade de resistência e ações de guerrilheiros isolados ou de bandos irregulares, de outro.

O homem continua sendo o ingrediente essencial, na guerra. Mas a guerrilha nos mostra que há algo mais além da força material e do treinamento tradicional. Revela-nos que o intelecto criador, deixado livre na guerra, é capaz de compensar a escassez de armamento.



Nenhuma resposta recebo que não seja a pronta dispersão e submissão dos rebeldes.

Caxias

LEIA NO PRÓXIMO NÚMERO

- **O cavalo no cenário da guerra moderna**
Gen-Div A. Franco Ferreira
- **O complexo problema ferroviário brasileiro**
Gen-Bda Antônio Negreiros de Andrade Pinto
- **Relações Públicas no Exército**
~~Cel Inf Francisco Ruas Santos~~
- **Problemas do Exército**
Ten-Cel Art Walter dos Santos Meyer
- **Para a frente! (ou A Marcha Épica da Coluna Barbalho)**
Cel Inf Francisco Carlos Bueno Deschamps
- **A Campanha do Contestado e as Operações Antiguerrilhas nos Bálcãs**
Cel Art Newton C. de Andrade Mello
- **O papel social do oficial**
Cap Art Paulo Macedo Carvalho
- **Expansionismo meridional luso-brasileiro (continuação)**
Cel Moacyr Ribeiro Coelho
- **Histórico da Guerra Nuclear**
1º Ten Art A. Machado Paiva



Preço deste exemplar
Cr\$ 150,00

SMG
IMPrensa DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1964